

FEVEREIRO ■ MARÇO ■ ABRIL/97 Nº 44 R\$ 7,50

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

DEPOIMENTO
João Amazonas fala
sobre a Guerrilha do Araguaia

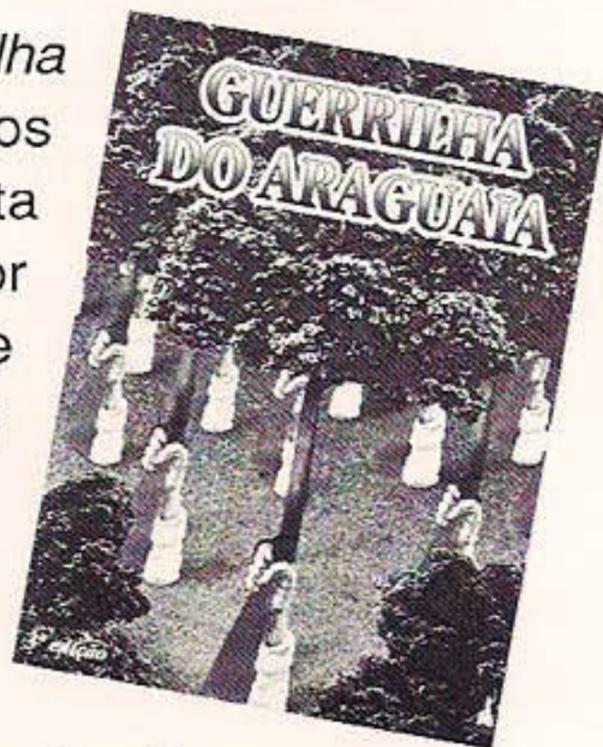
O BRASIL À VENDA

Luis Marcos Gomes
Os países ricos pregam o
liberalismo mas protegem
seus mercados

Socorro Gomes
A privatização da
Vale do Rio Doce beneficia
o capital estrangeiro

GUERRILHA DO ARAGUAIA

Com esta 3ª edição ampliada do livro/revista *Guerrilha do Araguaia*, a Editora Anita Garibaldi homenageia os heróis que tombaram na luta pela liberdade e resgata um importante período da história de nosso povo, por mais que as classes dominantes tentem esconder e ignorar. É fantástico que só depois de 21 anos, após muitos massacres de trabalhadores naquela mesma região como os de Rio Maria e Eldorado do Carajás, a Guerrilha do Araguaia ocupe espaços nos grandes meios de comunicação. Esta publicação é a mais completa já produzida. Nela o leitor encontrará comunicados da guerrilha, cartas, poemas, fotos e biografias dos guerrilheiros, entrevistas, depoimentos e documentos que analisam este acontecimento. Vale a pena conferir.



R\$ 12,00

o IPSUS responde tudo aquilo que você queria saber sobre seu público, mas não sabia como perguntar!



pesquisa
de opinião



pesquisa
de mídia



avaliação
de gestão

*Tem vezes que tomar uma
decisão não é a coisa mais simples do mundo.
Principalmente quando as conseqüências da
sua decisão afetam centenas, às vezes
milhares de pessoas.*

*Por isso, a maneira mais lógica
de reunir os elementos para
garantir o êxito dessa decisão
seria perguntar a todos
os interessados, um a um.*

*Mas como conhecer os anseios,
pareceres e expectativas de tanta gente, de
tantos e tão diferentes pensamentos?*

avaliação
de eventos



programação
visual



pesquisa
de mercado



IPSUS - Instituto de Pesquisas e Suporte Social
Al. Santos, 2223 cj. 11 Jd. Paulista
CEP 01419-002 São Paulo SP
tel: (011) 883-2499 / fax: 277-0269
e-mail: ipsus@base.com.br



INSTITUTO DE PESQUISAS E SUPORTE SOCIAL

Autonomia ou dependência: qual o melhor caminho para o país?

O Brasil vive momentos cruciais neste começo de ano. O governo parece invencível na implantação do projeto neoliberal, e vai de vitória em vitória a um custo inconfessável, transformando de vez a política num balcão de negócios. Parece que, de tanto falar no domínio do mercado, convenceu-se da inevitabilidade de trazer suas práticas para as artes da administração! Ao mesmo tempo, a Vale do Rio Doce, prêmio mais cobiçado pelos caçadores de estatais, descobre jazidas de ouro e cobre de riqueza inimaginável, complicando o cálculo daqueles que sonham em transferir a mineradora brasileira, uma das três maiores do mundo, para as mãos de particulares, brasileiros ou não.

Luís Marcos Gomes enfrenta o desafio, nesta edição, de tentar compreender o sentido da ação entreguista do governo de Fernando Henrique Cardoso, e pergunta: o Brasil ainda precisa de um projeto nacional? E qual a natureza desse projeto? Um projeto como o que Fernando Henrique gerencia, e que atende aos interesses do grande capital brasileiro e internacional, ou um projeto nacional novo, que aponte no sentido do desenvolvimento autônomo do país e tenha como objetivo atender às necessidades de seu povo? Haroldo Lima, por sua vez, analisa os interesses econômicos que moveram a campanha pela reeleição do presidente da República, interesses que vêm na permanência do sociólogo-presidente à frente do executivo a melhor forma de garantir seus próprios privilégios. E Socorro Gomes enfatiza a importância da Vale do Rio Doce para o Brasil, e denuncia os atentados contra ela, atentados que são, na verdade, ameaças profundas contra a soberania nacional. Aldo Rebelo, finalmente, faz o balanço do governo FHC ao longo de 1996 e mostra como, ao longo do ano, o que restava da máscara de "ético" que o presidente exibiu, e com a qual se elegeu, foi gradualmente sendo desmontado.

A luta dos comunistas portugueses e italianos é relatada nas intervenções de Álvaro Cunhal e de Armando Cossuta. Eles permitem a conclusão de que, apesar de todas as mentiras da propaganda burguesa, a bandeira do comunismo e da revolução continua em pé naqueles países. A mesma bandeira que, hasteada no Brasil em 1922 e reerguida em 1962, é empunhada com orgulho pelo PCdoB no ano em que comemora 75 anos de fundação e 35 de reorganização, como mostra o artigo de José Carlos Ruy. Uma trajetória marcada por momentos de heroísmo, como a guerrilha do Araguaia, principal evento da resistência armada contra a ditadura militar de 1964, cuja epopéia é rememorada pelo depoimento de João Amazonas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, transcrito nesta edição.

Os êxitos da luta de Cuba para afirmar sua soberania e retomar uma vida econômica normal e próspera são relatados por Miguel Urbano Rodrigues. Aldo Arantes, por sua vez, toca num tema que, por duas décadas, esteve fora do centro do noticiário, apesar de sua dramaticidade e crueza: a resistência do povo de Timor Leste contra a ocupação estrangeira e contra o barbarismo genocida da Indonésia.

No campo das idéias, Edvar Bonotto apresenta as críticas de Marx e Engels à concepção do direito de Emanuel Kant, e Philadelpho Menezes registra, com fina ironia, as mudanças na concepção da arte representadas na Bienal de São Paulo de 1996.

E mais: as razões dos estudantes e da UNE contra o provão criado pelo ministério da Educação para criar barreiras discriminatórias entre as universidades brasileiras, apresentadas por Wladimir Vinicyus. José Reinaldo Carvalho lembra a obra de Jack London, comemorando os 80 anos de sua morte.

Dedicamos esta edição ao decano dos jornalistas e dos patriotas brasileiros, Barbosa Lima Sobrinho, que completou, em 22 de janeiro, 100 anos de uma vida dedicada à democracia e à defesa da Pátria. A coerência de suas atitudes confunde-se com a história da luta pelo progresso social neste século, e é um exemplo para todos nós.



BRASIL

6 Projeto nacional e nova ordem mundial

Uma crítica à atual política-econômica brasileira, que privilegia a privatização das empresas estatais, a partir da análise histórica da trajetória econômica do país e da crítica ao conceito de *pensamento único*.

LUIZ MARCOS GOMES

13 A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros

As riquezas minerais brasileiras e a importância da Companhia do Vale do Rio Doce para o desenvolvimento nacional.

SOCORRO GOMES

17 1996: o ano que vivemos em perigo

Um balanço do governo FHC no ano de 1996 e as perspectivas para 1997.

ALDO REBELO

22 Condicionantes econômicos da reeleição

A relação da emenda da reeleição com a situação econômica brasileira.

HAROLDO LIMA

26 A tradição revolucionária do PCdoB

A trajetória comunista no Brasil. As lutas do partido e suas conquistas.

JOSÉ CARLOS RUY



INTERNACIONAL

31 O caminho é o da luta que continua

O XV Congresso do Partido Comunista Português discute a importância de um partido independente dos interesses e da ideologia do grande capital na luta pela construção do socialismo.

ÁLVARO CUNHAL

37 A refundação comunista na Itália

O III Congresso do Partido da Refundação Comunista da Itália faz uma avaliação da atuação do partido e do cenário político do país.

ARMANDO COSSUTA

41 Timor-Leste e o Prêmio Nobel da Paz 1996

A luta do povo timorense contra a ocupação das forças indonésias e a solenidade de entrega do Prêmio Nobel da Paz.

ALDO ARANTES

46 Cuba cresceu em 96 no ritmo dos tigres asiáticos

O crescimento da economia cubana no ano de 1996 humilha o capitalismo neoliberal e os analistas da Wall Street.

MIGUEL URBANO RODRIGUES



José Ramos-Horta

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr. (licenciado)

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá e Priscila Arantes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes

Projeto Gráfico: Augusto L. de Oliveira

Distribuição e Vendas: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Assinaturas: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Ltda.

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010

São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331

E-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Viaduto 9 de Julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 23-7108 GOIÂNIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (073) 424-2311.



TEORIA

48 Índícios para uma crítica às bases kantianas do direito

A análise marxista dos pressupostos básicos da *Crítica da Razão Pura* de Kant, explicitados em *A Ideologia alemã*.

EDVAR LUIZ BONOTTO

EDUCAÇÃO

51 Educação, trabalho e o provão

A reforma educacional no ensino superior enquanto instrumento do projeto neoliberal.

WLADYMIER VINYCIUS DE MORAES CAMARGOS

ARTE

57 O olhar do turista acidental

A obra de arte contemporânea e a participação do público na XXIII Bienal Internacional de São Paulo.

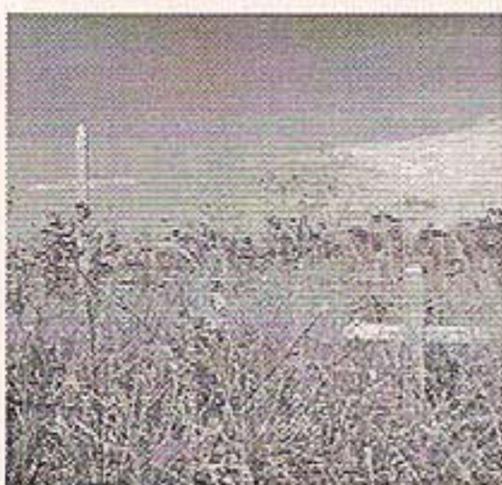
PHILADELPHO MENEZES



61 Jack London, expoente da literatura socialista

Uma homenagem à Jack London no 80º aniversário de sua morte; escritor norte-americano, que se dedicou na divulgação das idéias socialistas.

JOSÉ REINALDO CARVALHO



DEPOIMENTO

64 João Amazonas fala sobre a Guerrilha do Araguaia

Depoimento de João Amazonas, na reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a respeito da Guerrilha do Araguaia.

79 Homenagem

Artigo de João Amazonas homenageando a guerrilheira do Araguaia Maria Lúcia Petit.

81 Pesquisa

Capa: Edição gráfica de Flávio Nigro.

Projeto nacional e nova ordem mundial

Se o Brasil, com todas as suas limitações, conseguiu estar entre as dez maiores economias do mundo, deve isso essencialmente à montagem do setor produtivo estatal

LUIZ MARCOS GOMES

O Brasil enfrenta, novamente, um grande dilema, que tem sido recorrente em sua história. Este final de século foi pródigo em acontecimentos que provocaram uma enorme reviravolta na situação internacional, do ponto de vista político, econômico e social. Uma nova onda comandada pelo capital financeiro, a chamada “globalização”, tendo à frente os Estados Unidos, atingiu em cheio o conjunto da humanidade. Esta onda, gerada por leis objetivas que comandam o processo de acumulação capitalista monopolista na atual situação histórica concreta, impõe, por toda a parte, sobretudo às nações que não integram o círculo restrito das potências imperialistas que estão no comando deste processo, enormes desafios. Como se colocar diante desta realidade? Continua válido o esforço de se buscar a realização de um projeto nacional? Se a resposta é positiva, como situar este projeto frente a uma situação tão desfavorável? É correta a proposição das forças que hegemonizam o governo Fernando Henrique, no sentido de que o único caminho possível é o de promover a “inserção” do país no processo de globalização, mais uma vez de maneira caudatária e subordinada, sob pena de o país “perder o bonde da história”?

Não existem respostas fáceis para estas questões, ainda mais nu-

ma situação em que o *mainstream* (corrente predominante) ideológico, o neoliberalismo, sufoca completamente quaisquer tentativas de se colocar para a sociedade uma visão crítica desta ideologia e a apresentação de alternativas a ela. Ignacio Ramonet, refletindo sobre este novo dogmatismo que o capitalismo espalha insistentemente por toda a parte, desenvolveu um conceito que chamou de “pensamento único”. E o definiu como sendo a manifestação, do ponto de vista ideológico, em escala mundial, dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular aquelas do capital internacional¹. A repetição constante do catecismo neoliberal – que inclui a primazia do mercado, a estabilização da moeda a qualquer preço, o Estado mínimo, a desregulamentação, a privatização, a liberalização, etc – por todos os meios de comunicação, por jornalistas, políticos e analistas, confere a este “novo evangelho” uma tal força de intimidação que sufoca as tentativas de reflexão livre, estabelecendo-se então o predomínio total do “pensamento único”, chamado por Ramonet de “novo obscurantismo”.

No Brasil, este obscurantismo permeia atualmente tudo o que se divulga para a sociedade. Uma das conseqüências mais danosas que ele gera é que se deixa de discutir as particularidades que marcaram

a formação histórica de nosso país e as características básicas da sociedade brasileira no presente. Somente entendendo este processo é que se pode formular com seriedade as bases de um projeto nacional capaz de encaminhar os graves problemas econômicos e sociais que o país vem acumulando ao longo de sua história. Do mesmo modo, este é também o caminho para se evitar falsas comparações com outros países ou se cair na armadilha doutrinária dogmática do “pensamento único”, imposta pelos grandes interesses da oligarquia financeira internacional juntamente com os setores internos associados a ela, representados sobretudo pelo PSDB e PFL.

O Brasil tem suas particularidades que o diferenciam dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha, só para tomar três exemplos que são hoje paradigmáticos.

Os Estados Unidos foram a primeira república democrático-burguesa organizada no mundo, desde que a revolução norte-americana conquistou a liberdade face à Inglaterra e as treze ex-colônias inglesas da América do Norte firmaram, em julho de 1776, a famosa “Declaração da Independência”, adotando o regime republicano e a ideologia dos “direitos naturais” do homem (ainda que a nova república convivesse com a escravidão). Os motivos bá-

sicos da revolução norte-americana contra a Inglaterra estão relacionados com razões econômicas, em particular a necessidade de se desenvolver as manufaturas e de se quebrar o monopólio do comércio externo imposto pela Inglaterra às suas colônias. Nos anos que se seguiram à revolução, os Estados Unidos, opondo-se ao pensamento econômico dos livre-cambistas ingleses, implementaram forte política protecionista, formulada sobretudo por Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro dos EUA, sob o presidente George Washington. Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos se envolveram numa violenta guerra civil (1861-1865), que opôs o Norte, burguês e industrializado, ao Sul, aristocrático e escravista. Ao final da guerra, as forças separatistas foram derrotadas, garantindo-se a unificação do país e estabelecendo-se a hegemonia do Norte, o fim da escravidão e um poderoso estímulo à industrialização, ao trabalho assalariado e ao mercado interno. Já neste século, com a grande depressão iniciada em 1929, os EUA, sob a direção do presidente Franklin Delano Roosevelt (período 1933-1945), operaram grandes modificações na política interna. O presidente Roosevelt promoveu, para os padrões norte-americanos, reformas sociais e fiscais de vulto e a reativação da economia por meio de investimentos e gastos públicos. Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, a economia norte-americana recebeu novo impulso e, ao fim do conflito, com a vitória das potências aliadas (União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra), os EUA se firmaram definitivamente co-

mo grande potência internacional, com a enorme vantagem de ter sido a única potência que não teve seu território atingido diretamente pela guerra, mantendo-se intacta sua base industrial e econômica. Com o desenlace final da guerra fria a seu favor e a desintegração completa da União Soviética, tomou novo alento e firmou sua completa hegemonia em todo o mundo. É quem tem dado as cartas no presente processo de globalização, que é, até agora, a forma que assumiu o processo de expansão imperialista na ordem mundial unipolar.

Alemanha e Japão tiveram trajetória bem distinta, seguindo um caminho sem rupturas drásticas, em que as principais mudanças foram promovidas “por cima” pelas antigas classes dominantes, com pouca participação popular.

No âmbito da Europa Ocidental, a Alemanha teve industrialização tardia. A revolução burguesa de 1848 fracassou e a região conti-

nuou sob a hegemonia dos *junkers* (aristocracia rural) prussianos. Somente por volta no fim do século XIX, com a reunificação dos Estados alemães sob a direção do primeiro-ministro da Prússia, Otto von Bismarck (ele próprio um *junker* de fortíssima tradição autoritária) e o ressurgimento do Império é que a Alemanha experimentou um grande desenvolvimento capitalista. Uma das bases objetivas que impulsionou a formação da nação alemã foi a idéia do *Zollverein* – a união aduaneira nacional dos Estados alemães – como forma de viabilizar sua industrialização e de se contrapor às demais potências europeias (França e Inglaterra). Quem lançou a idéia do *Zollverein* foi o economista alemão Friedrich List, cuja obra principal, não por acaso, chama-se *Sistema Nacional de Economia Política*². List criticou as teorias de Adam Smith e de Ricardo e defendeu a tese de que qualquer país, em fase inicial de industrialização, pre-



Usinas de pelotização da Nibrasco, ao centro, no terminal marítimo de Ponta de Tubarão. Vitória (ES), 1978.

cisa de uma política de proteção tarifária contra produtos estrangeiros. O desenvolvimento e o expansionismo alemão desequilibrou a balança de poder mundial então dominado pela Inglaterra, acirrando as contradições em torno da disputa por mercados, zonas de influência e fontes de matérias-primas. Derrotada na Primeira Grande Guerra e humilhada pelos Tratados de Versalhes, a Alemanha mergulhou numa grande crise social, econômica e política, condições que favoreceram a chegada dos nazistas ao poder, em 1933, com Adolf Hitler assumindo o cargo de chanceler. O governo hitlerista deu enorme impulso econômico ao país, inclusive com o veloz rearmamento militar. A Alemanha estava, novamente, na condição de potência com pretensões expansionistas e hegemônicas. Hitler olhava sobretudo para o leste e para a União Soviética, acalentando o sonho de destruir e escravizar os povos eslavos e naquela direção expandir o grande Reich. Derrotada completamente na Segunda Guerra Mundial foi, logo em seguida ao final do conflito, largamente beneficiada com o desencadeamento da chamada Guerra Fria, que opôs os Estados Unidos à União Soviética. Na verdade, a antiga República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) era, na Europa, o posto mais avançado de contenção e enfrentamento do bloco socialista. Isso a colocou em situação extremamente privilegiada, pois recebeu durante todo o período da guerra fria tratamento diferenciado dos Estados Unidos, que para lá carregaram um montante incalculável de recursos, favorecendo seu rápido soerguimento. No período final da guerra fria, aproveitou-se da fraqueza demonstrada pela União Soviética e pela República Democrática da Alemanha (Alemanha

Oriental), desmontou rapidamente esta última sob a bandeira da “reunificação” e se firmou como principal potência capitalista em toda a Europa, qualificando-se, mais uma vez, para a disputa de posições hegemônicas. Está claro que a principal interessada no projeto da “União Européia” é exatamente a Alemanha, pois é ela a maior beneficiária deste projeto, do ponto de vista econômico e político.

Entendendo as particularidades da formação histórica de nosso país poderemos formular as bases de um projeto nacional capaz de encaminhar os graves problemas econômicos e sociais do país

O Japão, por seu lado, manteve-se isolado do Ocidente praticamente até meados do século passado. Tinha um regime feudal. No período 1868-1912, o Japão passou por grandes transformações, sob o imperador Mutsuhito, período conhecido como “Renovação Meiji”. Sob o impacto dos choques provocados pelos contatos com o Ocidente, o imperador quebrou o regime feudal japonês, centralizou o poder em Tóquio, lançou as bases da modernização capitalista do país, reestruturou o exército e a marinha, ao mesmo tempo em que iniciou uma nova era de expansionismo japonês na Ásia. O caminho japonês também foi, à sua maneira, o de uma modernização conservadora e autoritária. Sempre premido por suas limitações de recursos naturais e por suas pretensões hegemônicas na Ásia e no Pacífico, o Japão operou uma das mais rápidas e bem sucedidas transformações econômicas deste século, tendo em conta seu atraso relativo face às potências ocidentais. No começo da década de 1930 invadiu a China, es-

tabeleceu um Estado fantoche na Manchúria e deixou claras suas pretensões de erigir um grande império na Ásia. Alinou-se à Alemanha e à Itália na Segunda Guerra Mundial e se lançou contra as posições inglesas e norte-americanas no oceano pacífico, a partir do ataque surpresa à base de Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941. Derrotado na Segunda Guerra Mundial, foi o único país a sofrer ataques nucleares, com o bombardeamento atômico das cidades de Hiroshima e Nagasaki, pelos Estados Unidos, em agosto de 1945. Destruído pela guerra e sob ocupação norte-americana foi, como a Alemanha, enormemente beneficiado pela Guerra Fria, pois, na Ásia, era o posto capitalista mais avançado de contenção do campo socialista (deve-se lembrar que a União Soviética era uma potência euro-asiática). A vitória da revolução chinesa, em 1949, só veio aumentar a importância do Japão para os Estados Unidos, assim como a eclosão da guerra da Coreia, em junho de 1950. Ali, também, o imperialismo norte-americano aplicou somas enormes, estimulando e favorecendo a reorganização e soerguimento econômico do país. O Japão manteve, porém, sua forte identidade nacional. Possui uma das bases econômicas mais modernas do mundo, opera em áreas tecnológicas de ponta e mantém um mercado interno muito fechado. É o país com quem os Estados Unidos têm o maior déficit comercial, situação que vem perdurando há muitos anos, em que pese todos os esforços e pressões norte-americanas por uma maior abertura do mercado japonês. Hoje, o Japão é, de longe, a principal potência capitalista da Ásia e uma das três maiores economias do mundo.

O fato objetivo é que estes três países, com trajetórias históricas

muito diferentes, mantiveram sempre seus respectivos projetos nacionais e praticaram o protecionismo econômico com a maior desfaçatez quando isso lhes era conveniente (e, de uma maneira ou de outra, ainda que disfarçadamente, praticam-no até hoje). A base material destes projetos foi a montagem de um esquema de acumulação capitalista próprio, comandado por suas respectivas burguesias, que também passaram a controlar seus Estados nacionais, interferindo decisivamente nas suas trajetórias históricas. Nem os Estados Unidos e nem a Alemanha e o Japão são fruto de tendências puramente espontâneas ou da “mão invisível” do mercado: é provável que, se não tivessem combinado projetos nacionais bem definidos com circunstâncias históricas favoráveis, os Estados Unidos talvez tivessem sido divididos entre Norte e Sul, e o presidente Roosevelt teria deixado de intervir na economia, sem realizar o “New Deal”, tão importante para a recuperação do poder norte-americano e para sua participação na Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, a ação de Bismarck e as idéias de List não teriam vicejado e talvez ela tomasse outro rumo, sem jogar papel tão estratégico na Europa e no mundo. E o Japão – quem sabe – não se modernizaria tão rapidamente, sucumbindo ao poder das potências ocidentais.

Não se entenda que se queira tomá-los como exemplos a serem cegamente seguidos, pois todos estes projetos foram projetos nacionais capitalistas e, em seguida, imperialistas, na medida em que estes países se transformaram em potências imperialistas, com pretensões hegemônicas em escala mundial. Com suas economias completamente dominadas pelos monopólios e pela oligarquia financeira, Estados Unidos, Alemanha e Japão deflagram conflitos mundiais ou regionais

e agrediram e submeteram muitos povos e nações, cometendo todo o tipo de atrocidades, com um alto custo em vidas humanas (basta lembrar a Alemanha nazista, pivô da Segunda Guerra Mundial, que foi o maior conflito em que a humanidade até hoje se envolveu). Mas, o importante a se destacar é que a ideologia que as burguesias monopolistas deste três países pregam há muito para os outros povos e nações, não corresponde, absolutamente, como quer fazer crer o “pensamento único”, à própria trajetória histórica que eles percorreram.

E o Brasil? Aqui, à independência não se seguiu nenhuma revolução burguesa, que já direcionasse um projeto nacional (burguês) para o país. Nem tão pouco ocorreu qualquer tipo de “despotismo esclarecido” que operasse, ainda que “por cima”, as necessárias transformações sociais e econômicas capazes de modernizar o Brasil e fazê-lo contemporâneo do curso da história mundial. País de desenvolvimento capitalista muito tardio, sempre fomos e continuamos a ser – apesar do tamanho de nosso território, dos nossos recursos naturais e da nossa população –, uma nação periférica no cenário mundial, caudatária das potências do momento e em crise constante de identidade. As elites que permanentemente aqui hegemônizaram o poder – pois este, até agora, jamais foi alcançado pelas classes populares – nunca implementaram um projeto que resultasse num país próspero e independente, mesmo dentro dos marcos do regime capitalista. Houve poucas tentativas neste sentido e se perderam muitas oportunidades históricas. Quem es-

tuda a evolução econômica do Brasil percebe que problemas como crise cambial, inflação e dívida externa estão sempre presentes e entrelaçados. Tais problemas resultam de um regime capitalista deturpado e manco, submetido a interesses externos. Além das contradições e das mazelas normais do capitalismo, ainda tivemos de suportar uma permanente interferência das potências hegemônicas e do capital monopolista internacional na estruturação de nossa vida política e econômica. Ao longo de nossa história, inclusive na fase capitalista mais recente, temos transferido uma parcela considerável das riquezas aqui criadas para as potências imperialistas, pelos mecanismos da dívida externa, dos pagamentos de juros, das remessas de lucros, das trocas desvantajosas, etc. Grande parte do excedente econômico (mais-valia) aqui gerado vai para fora e, em termos relativos, somente uma parcela reduzida deste excedente é reuplicada no Brasil.

Isso não quer dizer que aqui nada se fez. Nos períodos das duas guerras mundiais, houve razoável desenvolvimento industrial, pois estes conflitos, afetando os fluxos de capitais e mercadorias das potências capitalistas, estimularam as iniciativas de produção interna dos bens importados, sobretudo dos bens de consumo. A fase da Segunda Guerra Mundial foi a mais significativa do ponto de vista da industrialização nacional. Fatores

O fato objetivo é que os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha, com trajetórias históricas muito diferentes, nunca abriram mão de seus projetos nacionais

internos e externos se conjugaram para estabelecer esta situação. Internamente, o Brasil estava sendo dirigido por Getúlio Vargas, o mais expressivo quadro político saído das fileiras da burguesia nacional. Aproveitando-se das condições criadas



pela guerra, o primeiro governo Vargas deu um enorme impulso ao capitalismo de estado, procurando equacionar alguns dos principais pontos de estrangulamento que impediam a plena acumulação capitalista no Brasil. Estabeleceu a grande siderurgia, em 1941, com a Companhia Siderúrgica Nacional³. Em 1942, nacionalizou a Itabira Iron Ore Company, dominada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar e que controlava as maiores jazidas de minério de ferro do país, localizadas em Minas Gerais. Em seu lugar, criou a Companhia Vale do Rio Doce, viabilizada pelo Acordo de Washington, no qual o governo brasileiro, organizando a Vale e também assumindo a Estrada de Ferro Vitória-Minas, comprometia-se a atender as necessidades de minério dos Estados Unidos e Inglaterra, envolvidos num enorme esforço de guerra⁴. O governo Vargas funda também a Fábrica Nacional de Motores, com o fim de fabricar aviões de guerra e que, a partir de 1946, passa a produzir caminhões pesados. Forma, em 1943, a Companhia Nacional de Alcalis, para fabricar barrilha e soda cáustica para a indústria química. No âmbito da administração federal, cria um conjunto de órgãos administrativos voltados para o pla-

nômico, junto ao Conselho de Segurança Nacional (1944)⁵.

No segundo governo Vargas (1950-1954), expande-se ainda mais o capitalismo de estado no país com a formação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, e a Petrobrás, em 1953, esta última como resultado de ampla campanha popular e nacionalista. O segundo período Vargas termina tragicamente, em agosto de 1954, com seu suicídio. O projeto por ele acalentado sofre modificações durante o governo Kubitschek (1956-1961), período em que a economia brasileira experimenta um grande processo de internacionalização, com o estabelecimento da indústria de bens de consumo duráveis (sobretudo automobilística), por grupos estrangeiros. O governo Kubitschek, de certa forma, substituiu a bandeira do nacional-desenvolvimentismo pela do desenvolvimentismo, expresso em seu Plano de Metas – conjunto de planos setoriais com a fixação de metas a serem atingidas predominantemente em áreas industriais, como petróleo, fertilizantes, siderurgia, alumínio, metais não ferrosos, cimento, celulose e papel, borracha, automóveis, construção naval, mecânica e material elétrico pesado. O Brasil, durante os anos cinqüen-

nejamento da produção de setores estratégicos, como o Conselho Nacional do Petróleo e o de Águas e Energia Elétrica (1939), a Comissão do Plano Siderúrgico e a Superintendência do Vale do A m a z o n a s (1940) e a Comissão de Planejamento Eco-

ta, torna-se predominantemente um país industrializado, com o valor da produção industrial superando o da produção agrícola e a indústria assumindo o papel de dinamizadora da economia. Entretanto, problemas centrais continuam sem solução: o país continua como grande importador de máquinas e equipamentos, de insumos básicos e de tecnologia; persiste a crise cambial que, por sua vez, alimenta a inflação. Além disso, a indústria de bens de consumo duráveis, quase toda formada por monopólios internacionais, pressiona gravemente a balança comercial com a importação de máquinas e insumos. Há também estrangulamento na área de serviços públicos – energia elétrica, comunicações – dominadas por companhias concessionárias estrangeiras, que não realizam os investimentos necessários, reforçando a campanha nacionalista pela estatização destas companhias. O país vai marchando para o impasse, há intensa mobilização sindical e em prol da reforma agrária e o projeto nacional, especialmente no curto período do presidente João Goulart, assume uma feição mais à esquerda, com características nacionais e populares, provocando um realinhamento das forças à direita – reunindo latifundiários, grandes capitalistas e os monopólios internacionais. Ecoam, nesta época, por toda a América Latina, os resultados da revolução cubana. A Guerra Fria se acirra e os Estados Unidos tomam a ofensiva na região, apoiando golpes militares e fazendo intervenções. Em março de 1964, o presidente Goulart é deposto e começa o regime militar, que iria durar cerca de 20 anos.

O regime instaurado pelo golpe militar alinha o Brasil no bloco norte-americano, apoiando-se nas formulações da “segurança nacional” elaborada pelos meios militares dos Estados Unidos. No plano interno,

os militares abandonam quaisquer veleidades de um projeto nacional autônomo e passam a pregar a doutrina da interdependência, reconhecendo abertamente a hegemonia norte-americana. Para muitos, contraditoriamente, o regime militar desenvolve mais ainda no país o capitalismo de estado. Na verdade, ele modifica o papel do setor produtivo estatal, colocando-o a serviço da acumulação dependente. Sua fórmula era: endividar-se para crescer, crescer aumentando significativamente as exportações para gerar superávits e controlar a dívida. Há o período da euforia e do “milagre brasileiro”, mas esta equação vai por água abaixo quando modificam-se as condições do mercado financeiro internacional, sobre as quais o Brasil não tinha o menor controle. Os governos Geisel e Figueiredo, enfrentando a diminuição do fluxo de capitais externos e altas constantes das taxas de juros no mercado internacional, fazem o Estado assumir o risco cambial do setor privado e utilizam as empresas estatais para a contratação de operações de crédito externos em condições cada vez piores, endividando pesadamente estas empresas. A ordem, antes como agora, é a de conseguir dólares a qualquer preço. Os militares, em meados dos anos 80, saem do poder e entregam um país e um setor público falidos, com obrigações em atraso e amarrado a um serviço da dívida estrangulador. A taxa de investimento público cai a níveis baixíssimos.

No plano internacional, já se delineia o esfacelamento da União Soviética e a imposição da “nova ordem mundial” pelos Estados Unidos. Esta nova ordem, na América Latina, atinge furiosamente o chamado capitalismo de estado, em particular as grandes empresas estatais. O governo Collor e, posteriormente, o governo Fernando Henrique, alinham-se completamen-

te à nova ordem e abandonam qualquer projeto de desenvolvimento nacional independente, que passa a ser considerado idéia absurda e ultrapassada. Vem a época do Plano Real, que sofre grande impacto com a crise mexicana de dezembro de 1994. Tudo – controle da inflação, taxa de investimento, política cambial – repousa na expectativa de um grande fluxo de capitais externos e o país declara-se disposto a pagar qualquer preço para garantir este fluxo. Uma das principais moedas de troca oferecidas é a privatização das empresas estatais. Gustavo Franco, principal teórico do governo FHC no terreno econômico, chega a afirmar, em trabalho divulgado em fins de 1996, que o atraso do Brasil se devia àqueles que o amarraram ao “viés do mercado interno” e à industrialização por meio da substituição das importações. “Sem dúvida”, afirma, “o atraso para pegar o bonde da globalização se deve ao viés pró-mercado interno (pró-substituição de importação) das políticas locais, cuja ênfase esteve sempre associada à noção de auto-sufi-

ciência e à constituição de superávits comerciais”⁶. Defende a tese de que tudo se resume a uma questão de produtividade e que, com “a abertura e as transformações dela decorrentes”, espera-se “que o país mude progressivamente a natureza de sua competitividade”, resolvendo-se o *nó górdio* de nosso atraso. Ataca qualquer idéia de “projeto nacional” com base na ação do Estado, afirmando que “o governo não é mais o agente primordial do processo”, pois o “progresso e o crescimento se obtém crescentemente na área privada e, nestas circunstâncias, o governo precisa se acostumar, ao exibir um cartel de realizações, que não se limita e nem mesmo prioriza, o número de obras ou programas que iniciou”.

Voltamos, assim, ao “pensamento único”, ao pretenso enunciado de leis econômicas que dariam certo em qualquer parte, sob quaisquer circunstâncias. A grande realização do governo Fernando Henrique, em 1996, apresentada e decantada é o montante recorde de investimentos estrangeiros que ingressaram no país, da ordem de US\$ 9 bilhões.



Manifestação contra a privatização em Brasília.

Não se discute que, mais uma vez, a taxa de crescimento da economia foi muito baixa, inferior a 3% (segundo estimativas oficiais), além de um déficit recorde na balança comercial (exportações menos importações), de US\$ 5 bilhões, e um buraco nas transações correntes com o exterior de US\$ 23 bilhões. De que adiantam bilhões de dólares externos com uma taxa de crescimento tão baixa e resultados tão negativos nas contas externas? Na verdade, os tais investimentos não são investimentos no sentido de que a capacidade produtiva esteja aumentando de maneira significativa. São, em grande parte, simples aquisições de fábricas e empresas brasileiras, públicas e privadas, como a Light/Rio (adquirida em 96 pela empresa estatal francesa Electricité de France) e a Metal Leve (adquirida, também no ano passado, pela sua concorrente alemã Mahle). Até mesmo João Sayad, banqueiro e ex-ministro do Planejamento, coloca-se como um crítico àqueles que acham que este tipo de investimento externo seja um progresso para o Brasil. “Confesso que não acredito nessa alternativa – inédita na história do desenvolvimento de um país – em que muitos empresários ficam eufóricos com a entrada de investimentos estrangeiros, que vêm comprar seus negócios”, escreveu ele⁷.

O governo Fernando Henrique está desmantelando a espinha dorsal da economia brasileira, ou seja, o setor produtivo estatal, que é a base da geração de riqueza no país. O regime militar desvirtuou e endividou este setor e o governo Fernando Henrique quer lhe dar o golpe final, transformando-o em simples moeda de troca para o pagamento

de dívidas que expressam a subordinação do país à oligarquia financeira internacional. Este capitalismo

O governo FHC está desmantelando a espinha dorsal da economia brasileira, ou seja, o setor produtivo estatal, que é a base principal da geração de riqueza no país

de estado é o produto mais importante de décadas de desenvolvimento e do trabalho gerado pelo povo brasileiro. Ele representa o que o Brasil, bem ou mal, conseguiu organizar em termos de nação e compreende não uma ou duas companhias, mas um grande conjunto de empresas estatais como Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Telebrás, Banco do Brasil, BNDES, etc, a maioria delas com estruturas que abrangem todo o território nacional. Este conjunto de empresas (inclusive, é claro, as que já foram privatizadas) é que garante as condições básicas de funcionamento de nossa economia, fornecendo insumos básicos, energia elétrica, petróleo, infra-estrutura de comunicações, matérias-primas, sistema de crédito e financiamento para novos investimentos, etc. Fora desta área, não há, praticamente, geração de tecnologia no país. Se o Brasil, com todas as suas limitações, conseguiu estar entre as dez maiores economias do mundo, deve isso essencialmente à montagem do setor produtivo estatal.

Sob o comando de forças conseqüentes e apoiando-se nesta estrutura, seria possível deslanchar um grande projeto nacional, que não se reduziria jamais à simples “inserção” subordinada do Brasil no atual processo de globalização, mas um projeto independente e próprio, comandado de dentro do país, apoiando-se nos interesses nacionais e populares e baseado na participação popular. Não seria, obviamente, apenas a retomada do projeto nacional dos anos quarenta e cinquenta, de

vez que os cenários nacional e internacional sofreram profundas modificações. Não há, no país, nenhum setor da burguesia capaz de conduzir este projeto. Ou as forças populares assumem seu comando – incluindo a resistência tenaz e o combate ao governo FHC, expressão acabada, em nosso país, da nova ordem unipolar e de sua ideologia – ou o Brasil poderá sofrer enorme retrocesso como nação que se pretende soberana e independente.

LUIZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião e Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

Notas

(1) Ignacio Ramonet, “La pensée unique”, *Le Monde Diplomatique*, janeiro/1995.

(2) Ver Georg Friedrich List, *Sistema Nacional de Economia Política*, trad. de Luiz João Baraúna e apresentação de Cristovam Buarque, in “List/Sistema Nacional de Economia Política e Hodgskin/A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital”, coleção “Os Economistas”, Nova Cultural, São Paulo, 1986.

(3) Isso dá uma idéia do atraso do Brasil, pois enquanto se desenrolava uma guerra mundial decisiva entre as potências aliadas e o eixo nazi-fascista, com o emprego de armas e de tecnologias jamais vistas – entre as quais a tecnologia dos foguetes e a nuclear –, o Brasil cuidava de montar sua primeira usina de aço de grande porte!

(4) Para uma visão abrangente dos antecedentes e da formação da Companhia Vale do Rio Doce, ver Derval José Pimenta, *A Vale do Rio Doce e sua história*, Editora Vega S. A., Belo Horizonte, 1981.

(5) Francisco Iglésias, *História Geral e do Brasil*, Edições Júpiter, 4ª ed., Belo Horizonte, 1976.

(6) Gustavo H. B. Franco, *A inserção externa e o desenvolvimento*, mimeografado, 1996.

(7) João Sayad, *É possível ter um Estado Desenvolvimentista?*, Folha de S. Paulo, 08/04/96.

A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros

A Companhia Vale do Rio Doce é a última expressão do esforço nacional para trilhar um caminho de desenvolvimento econômico e independente

SOCORRO GOMES

O governo de Fernando Henrique Cardoso deu partida oficialmente, no limiar do ano de 1996, ao processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – com leilão previsto para o primeiro semestre de 1997.

A notícia correu mundo e está provocando enormes expectativas em todos os mercados, sobretudo após a descoberta das duas megajazidas de ouro em Carajás, com reservas de 150 toneladas e 300 a 500 toneladas, respectivamente. Nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, grandes investidores do capital financeiro e grupos de interesse no mercado internacional dos minérios produzidos e comercializados pela Vale do Rio Doce, sobretudo seus concorrentes australianos, preparam-se para o grande leilão. Como nos tempos das ordenações manuais, não esconde sua ansiedade por se apossar dos “veeiros de ouro ou qualquer outro metal encontrados em terras do Brasil”.

Numa espécie de ato falho, uma inconfidência, em que revela onde se encontram os verdadeiros interessados na alienação da Cia Vale do Rio Doce, usando linguagem que mais se assemelha à de um garoto-propaganda anunciado as excelências de sua mercadoria, o inglês Nicholas R. Hurd, diretor geral do Banco Flemings no Brasil declarou, eufórico:

“A Vale é uma empresa de primeiríssima linha. Não conheço no mundo nada igual. Nenhuma outra empresa de mineração no mundo tem o potencial da Vale. O grupo é completo. Além de ser líder em ferro, tem minas de ouro, cobre, bauxita, e ainda atua em papel e celulose, navegação e ferrovias”.

É curioso, de fato os números comprovam. O lucro líquido obtido pela Vale de janeiro a setembro deste ano demonstra um crescimento 33.9% maior do que o obtido no mesmo período do ano passado. A Companhia Vale do Rio Doce é a maior e talvez a última expressão do esforço nacional para abrir e trilhar um caminho de desenvolvimento econômico independente e sustentado, numa época de predomínio cada vez maior dos grandes gru-

pos econômicos internacionais sobre as nações do chamado Terceiro Mundo. Criada há pouco mais de meio século, a Vale do Rio Doce foi o resultado da luta de setores nacionalistas pela industrialização do país e pela aplicação de um projeto nacional de desenvolvimento, favorecida pela conjuntura mundial de então.

Hoje, a Cia Vale do Rio Doce é um poderoso conglomerado, com 14 empresas controladas, 22 coligadas



Primeiro embarque de minério de ferro no Porto de Vitória, em junho de 1940.

e quatro participações minoritárias, operando em nove estados brasileiros nas áreas de mineração, pelotização, pesquisa mineral, siderurgia, metalurgia, fertilizantes, bauxita, madeira, celulose, papel, ferrovia e navegação. É a maior produtora de minério de ferro do mundo; detém 25% do mercado mundial desse produto. É ainda a maior produtora de ouro da América Latina e uma das cinco maiores do mundo, com uma produção de 17 toneladas anuais. Possui uma fabulosa infra-estrutura e eficientes meios de transporte: duas ferrovias – Vitória-Minas e Carajás – que, embora representem apenas 7% da malha ferroviária do país, transportam mais de 64% da carga movimentada em ferrovias. A Vale é responsável por 40% da movimentação portuária do Brasil. Os 50 navios da Docenave (pertencente a Vale) transportam 30 milhões de toneladas de produtos por ano.

Os investimentos realizados e previstos atestam que a empresa encontra-se em franca expansão. Nos últimos dois anos, a Vale investiu cerca de 4 bilhões de dólares. Recentemente, com a inauguração da nova fábrica da Alunorte em Barcarena, no estado do Pará, cujos investimentos chegaram perto de um bilhão de dólares, o Brasil deixou de depender da importação da alumina, estágio intermediário entre a bauxita e o alumínio. Na área de papel e celulose, onde a empresa tem intensificado suas atividades, estão sendo viabilizados projetos cujos investimentos se aproximaram de 1,8 bilhão de dólares. No Projeto Cobre Salobo, também no Pará, serão investidos 1,5 bilhão de dólares, enquanto que, para a exploração do caulim, cujas reservas são calculadas em 100 milhões de toneladas, o Projeto Pará Pigmentos, também de responsabilidade da Vale, absorverá investimentos da ordem de 174 milhões de dólares. Também a produção de

minério de ferro está em vias de expansão, com o projeto para a instalação de mais uma usina de pelotização no Porto de Tubarão, no Espírito Santo, com investimentos estimados em 200 milhões de dólares.

Esses dados, que traçam com nitidez o perfil de uma empresa patrimonialmente forte, produtiva, lucrativa, com atuação diversificada e excelente desempenho, segundo todos os indicadores econômicos e financeiros, denunciam, ao mesmo tempo, que sua alienação, se consumada, constituirá grave crime de lesa-pátria do governo de Fernando Henrique, um flagrante atentado à soberania do país, um golpe mortal aos anseios de desenvolvimento do povo brasileiro. Ressalte-se que não há no Brasil nenhum

grupo econômico com recursos para adquiri-la. O interesse em privatizar a Vale do Rio Doce parte de grandes grupos econômicos internacionais, que cobiçam os abundantes minérios que repousam na vastidão do território nacional e, em especial, na Amazônia. Frise-se ainda que somente uma empresa no mundo compete com a Vale, em desvantagem, no mercado internacional de minério de ferro: o conglomerado australiano CRA-DHP. A venda da Vale ou sua fragilização por meio da pulverização das empresas que fazem parte do seu complexo desbancaria a empresa brasileira da posição que ocupa no mercado mundial, que passaria a ser hegemônico pelo conglomerado australiano. A privatização da Vale interessa diretamente, também,



Mina do Cauê – Itabira (MG).

aos grandes corretores de títulos e ações no mercado internacional de capitais, lucrativos rentistas na parasitária atividade da especulação financeira.

Quando faço referência à pujança da Companhia Vale do Rio Doce é para pôr em evidência os prejuízos que sua privatização acarretaria ao País. Mas isto não esgota o problema. Os ministros e tecnocratas do governo estimulam a discussão sobre o valor das ações da Vale no mercado financeiro e vinculam a venda da empresa ao reforço de caixa do tesouro, a fim de reduzir a dívida pública, inominável falácia, visto que, por maior que seja a cotação das ações, e supondo que toda a sua venda resultasse em ingresso de dinheiro vivo no caixa do tesouro, nem mesmo 10% da dívida pública seria am-

mortizada com a operação. Os leiloeiros ganham tempo para anestesiar a opinião pública. Lançam balões de ensaio nos jornais, falam ora em 8 bilhões de dólares, ora em 10, ora em 12, discutem a forma de vender a companhia, se em bloco ou por partes, debatem sobre percentuais, anunciam a pulverização do conglomerado CVRD e a diversificação dos compradores.

Eludem, assim, o problema principal. A venda da Vale não está relacionada a este ou àquele valor a entrar no caixa do tesouro, nem é uma questão de cotação de títulos, se o governo ganhará tal ou qual soma no mercado de capitais. A questão de fundo é a alienação dos vastos recursos minerais do Brasil aos interesses imperialistas. Aqui o problema é de natureza estratégica, de concepção de desenvolvimento nacional. De defesa ou de renúncia à soberania do país. De responsabilidade com seu futuro ou de capitulação, tão vergonhosa quanto pragmática, às pressões dos grandes potentados internacionais.

O Brasil ocupa posição privilegiada no mundo quanto às reservas e à produção de uma série de minerais estratégicos, alguns dos quais chamados de minerais do futuro, porquanto relacionados às revoluções tecnológicas e à descoberta de novas tecnologias de ponta. Dados de 1992 de Departamento Nacional da Produção Mineral, que extraímos da brochura Retrato do setor mineral no Brasil, publicado no ano passado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), atestam a posição privilegiada de nosso país quanto à posse de reservas em relação às reservas mundiais (tabela 1) e quanto à produção, também em comparação com a produção mundial (tabela 2). No território nacional, particularmente a Amazônia e, de modo ainda mais específico, a Província Mineral de Carajás, controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, são os maiores depósitos naturais dessas riquezas.

A Companhia Vale do Rio Doce é guardião, detém direitos minerais sobre imensas reservas de minério de ferro, ouro, cobre, bauxita, níquel, estanho, manganês, zinco, titânio e outros minerais com alto potencial econômico, como cobre associado ao ouro, prata e molibdênio, o níquel e a cassiterita,

Tabela 1 – Classificação das reservas minerais brasileiras no mundo – 1992

1ª Reserva de nióbio: 88,3% do total mundial
2ª Reserva de caulim: 14,1% do total mundial
3ª Reserva de alumínio, fluorita e talco
5ª Reserva de ferro e magnésio
6ª Reserva de estanho
7ª Reserva de níquel

Fonte: DNPM - Sumário mineral, 1993

Tabela 2 – Situação mineral brasileira no mundo – 1992

1º nióbio
2º ferro
3º alumínio e estanho

Fonte: DNPM - Sumário mineral, 1993

existentes nas ricas jazidas da Província Mineral de Carajás numa área de mais de 400 mil hectares da floresta amazônica.

A Província Mineral de Carajás é uma das áreas mais ricas em minérios do planeta. Ali estão depositadas 18 bilhões de toneladas de minério de ferro com teor de 67% de hematita, o suficiente para, mantido o ritmo atual, fornecer minério de ferro por mais 500 anos. A jazida de manganês possui reservas estimadas em 65 milhões de toneladas. As reservas de ouro são calculadas em mais de 500 toneladas – sem considerar a última descoberta em Carajás. Hoje, o projeto Carajás, tocado pela Cia. Vale do Rio Doce, responde pela produção, beneficiamento, transporte e exportação anual de 35 milhões de toneladas de minério de ferro, além de 1 milhão de toneladas de manganês e 9 toneladas de ouro. O Brasil é o 3º produtor mundial de bauxita (minério de alumínio) com reserva de 3,8 bilhões de toneladas, das quais 3,231 bilhões de toneladas em Carajás guardadas pela Cia. Vale do Rio Doce, sofregamente cobiçadas por três das “seis irmãs” do alumínio com empreendimentos no Bra-



CVRD - Arquivo Jornal da Vale

sil – as norte-americanas Alcoa e Reynolds e a canadense Alcan. Repousam no território brasileiro seis bilhões de toneladas de titânio, 5 bilhões das quais na Amazônia, sob controle da Cia. Vale do Rio Doce. O titânio, valorizado pelas tecnologias de ponta, é considerado um “metal do futuro”, um dos principais componentes de superligas, conhecido como anatásio, resistentes à corrosão e às deformações mecânicas, mesmo quando submetido a elevadas temperaturas. É usado, por essa razão, em veículos espaciais, condensadores de instalações nucleares navais, usinas dessalinizadoras de água do mar, protótipos de reatores de fusão nuclear, etc. Especialistas afirmam que, no total, poderiam ser obtidas, a partir dessas reservas, mais de 700 milhões de toneladas de óxido de titânio puro, o que posicionaria a CVRD como controladora de 50% das reservas mundiais desse metal do futuro. Tal como a bauxita, cobiçada pelas “três irmãs” do alumínio, o titânio brasileiro, com a alienação da Cia.

Vale do Rio Doce cairia em mãos da norte-americana Du Poty e da luxemburguesa Samitri, principais interessadas na apropriação desse metal precioso.

A venda da Vale do Rio Doce aparece, assim, como passo decisivo para a alienação do rico patrimônio mineral brasileiro, uma vez que, com sua venda, a estatal perderá os direitos minerários acima referidos.

Se por um lado, constatamos que se acelera o processo de privatização da Vale, no quadro da aplicação da política neoliberal pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, por outro, temos razões para confiar no espírito patriótico do povo brasileiro e de suas lideranças mais lúcidas. Nos últimos dias, várias iniciativas trilham no rumo de um verdadeiro movimento patriótico em defesa da Companhia Vale do Rio Doce: um Manifesto contra a venda da Vale tendo a frente o ex-Presidente Itamar Franco, Aureliano Chaves, ex-Ministro das Minas e Energias, D. Luciano Mendes de Almeida, Ar-

cebispo de Mariana, entre outros, foi lançado recentemente em Minas Gerais e assume dimensão Nacional; da mesma forma, uma campanha para alcançar 1 milhão de assinaturas a um Projeto de Iniciativa Popular, propondo incluir a Vale do Rio Doce entre as exceções do Programa Nacional de Desestatização é assumido por personalidades, entidades civis e populares de todo País; também uma Ação Popular assinada por nós e toda bancada Federal do PCdoB, propõe a suspensão dos atos que conduzem à privatização da CVRD.

Estamos em um momento decisivo. Só mesmo um levante nacional, como este que se inicia, poderá barrar a fúria entreguista do governo de Fernando Henrique Cardoso.

SOCORRO GOMES é deputada federal pelo PCdoB-PA, membro da Frente Parlamentar em Defesa da Vale e Coordenadora do Movimento Paraense em Defesa da Cia. Vale do Rio Doce.

ASSINATURAS

Assine as publicações regulares do Partido Comunista Português – PCP
Remessa pelo correio a partir de São Paulo - SP (portes incluídos)

- **AVANTE!** Jornal semanal, 24 números, 6 meses R\$ 60,00
- **AVANTE!** Jornal semanal, 12 números, 3 meses R\$ 30,00
- **O Militante** Revista bimestral, 6 números, 1 ano R\$ 18,00

Remeta-nos um cheque no(s) valor(es) acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____

Receberemos em breve as Conclusões do XV Congresso do PCP, realizado na cidade do Porto em 6, 7 e 8 de Dezembro de 1996.

RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR.

DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Livraria portuguesa

LIVRARIA PORTUGAL LTDA.
Telefax: 604.1748
R. Genebra, 165
Cep 01316-010 - São Paulo - SP



SEMANAL



BIMESTRAL

1996: o ano que vivemos em perigo

Se conseguir êxito em seus intentos – como no 1º turno da reeleição – a tropa de choque do capital financeiro avançará nas chamadas reformas políticas, mutilando a liberdade partidária e eleitoral

ALDO REBELO

O ano de 1996 começou com uma grave advertência para as correntes conservadoras de todo o mundo: os distúrbios promovidos por milhões de trabalhadores franceses ao longo de um mês de manifestações, apontava os limites suportáveis para o povo de uma das nações mais desenvolvidas e civilizadas do planeta ao programa de estabilização baseado no corte de direitos sociais, principalmente da população mais pobre.

Na Itália, a resistência às reformas neoliberais combinada com sucessivos escândalos de corrupção conduziu a instabilidade recorrente, fazendo de 1995 um ano terrível para a direita italiana.

Fernando Henrique Cardoso, embalado na unanimidade artificial promovida por uma imprensa servil, parece não ter dado ouvidos aos clamores contra o “pensamento único” voltado para o deus do mercado, conforme escreveu o editorialista do *Le Monde Diplomatique* logo após os episódios que sacudiram a França em dezembro de 1995.

Após realizar o mais difícil das reformas econômicas, a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, a liquidação do conceito de empresa nacional e da reserva em áreas como navegação de cabotagem e gás canalizado, o governo preparou-se para tornar 1996 o ano das reformas políticas, administrativas e previdenciária.

A reforma da previdência despertou a cobiça de poderoso *lobby*

privado interessado em pelo menos duzentos bilhões de dólares que comporiam os fundos de previdência com o fim da administração pública sobre os recursos das aposentadorias.

Confiando nas vitórias obtidas com relativa facilidade no ano anterior, o governo preparou-se para mais um êxito tranquilo no caso da previdência. Subestimou a influência que a indignação dos aposentados teria sobre os parlamentares e a primeira dificuldade surgiu na atitude do próprio relator escolhido, Deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), desconfiado de que o papel de carrasco de velhinhos e velhinhas não ficaria bem para quem precisa do voto popular.

A Comissão Especial reunida para debater a Emenda Constitucional foi outra pedra enfiada no sapato do governo. Para presidi-la, o PFL escolheu o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da própria pasta da previdência Deputado Jair Soares.

Homem acostumado aos humores das ruas, Jair Soares negou-se a transformar a Comissão em correia de transmissão das intenções do Executivo. No duelo que se seguiu entre o presidente da Comissão, ajudado pelas oposições, e as lideranças do governo, sobrou chumbo para os dois lados. O presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo Magalhães, simplesmente encerrou os trabalhos da Comissão e levou para o plenário o enfrentamento final.

A derrota do Relatório Euler Ribeiro no plenário da Câmara foi o ato final previsível da insensibilidade do governo diante da insegurança de sua base parlamentar em surrupiar os direitos dos aposentados. A oposição pôde tomar fôlego enquanto, num golpe parlamentar, preparava um novo Relatório, desta vez aos cuidados do deputado do PMDB paulista, Michel Temer.

A votação realizada sob clima de tensão resultou em nova derrota das forças governistas. Apesar da aprovação do relatório, aspectos importantes pretendidos pelo Executivo, como o fim da aposentadoria especial para professores, foram retirados do texto.

Assustado com o tumulto que a matéria provocou na Câmara, o Senado até hoje não se manifestou sobre o assunto. O governo preferiu não voltar a mexer no vespeiro em pleno ano eleitoral, o que não impediu que os eleitores cobrassem o devido preço aos candidatos do PSDB, como veremos mais adiante.

A reforma administrativa, cultivada exigência do credo reformista conservador, também se arrasta em meio a confusão. O governo não consegue formular um programa de reorganização de uma máquina administrativa deformada por anos e anos de manipulação pelas forças fisiológicas e autoritárias. No máximo, os atuais governantes pretendem impor parte do ajuste fiscal (corte de despesas) à custa dos funcionários públicos, promovendo in-



fame campanha contra seus direitos e sua função social.

A aprovação do Relatório do Deputado Moreira Franco apenas evidenciou a intenção descrita acima, alimentada pela histeria da imprensa governista (hoje, composta pelos principais veículos de comunicação do país) contra a coisa pública em geral e os funcionários do Estado em particular.

A multiplicação de escândalos financeiros (o primeiro foi o caso Econômico) culminou com a edição de uma medida provisória criando um programa de socorro aos bancos falidos – o Proer, iniciativa largamente contestada, principalmente quando vieram a público os fatos relacionados com a quebra do Banco Nacional, instituição financeira tradicional, ligada indiretamente ao presidente da República pelo casamento de um de seus filhos com uma das herdeiras do banco quebrado.

O Congresso logo mobilizou-se no sentido de instalar uma CPI que investigasse as causas e responsabilidades pelos crimes cometidos na quebra do banco. A investigação era um clamor nacional e a omissão do

Congresso poderia custar inestimável desgaste à instituição.

A retaliação contra o Poder Legislativo não tardou. Na alça de mira o governo colocou primeiro o próprio presidente do Congresso, senador José Sarney, que declarou a intenção de instalar a CPI tão logo as assinaturas exigidas fossem alcançadas.

Os ataques ao Poder Legislativo e ao presidente do Congresso não surtiram os efeitos esperados. A CPI foi instalada. Só uma manobra de bastidores permitiu aos governistas abortar seus trabalhos com um recurso que impedia o funcionamento da Comissão enquanto os partidos do governo não oficializassem os nomes de suas fileiras para integrá-la.

As eleições municipais revelaram que os conflitos de uma sociedade profundamente desigual e desajustada não permitem vitórias fáceis mesmo para quem se encontra no poder apoiado maciçamente na propaganda, em vastos recursos públicos e privados, e na simpatia externa das principais correntes imperialistas.

Fernando Henrique assistiu acobrunhado a derrota de seus princi-

pais candidatos ao pleito municipal. Em São Paulo, o senador José Serra, estrela de primeira grandeza da constelação tucana, foi batido pelo candidato do prefeito Paulo Maluf, festejado líder da oposição à direita do governo FHC. No Rio e em Belo Horizonte os tucanos também foram derrotados estrepitosamente. Na cidade maravilhosa o vitorioso é um arquiteto ex-esquerdista apoiado pelo hoje direitista César Maia. Em Belo Horizonte, o autor da proeza foi o médico Célio de Castro, do Partido Socialista Brasileiro – PSB, apoiado pela esquerda e por algumas correntes do centro.

O que sai da eleição é um país retalhado pelos votos, distribuídos quase que equitativamente ao longo do caleidoscópio político-ideológico, mas fundamentalmente mergulhado em dúvidas quanto ao futuro. A onda neoliberal mostra visíveis sinais de que iniciou sua vazante, mas não se vê ainda os indicadores da contra-onda que lhe venham tomar o lugar.

A batalha da reeleição terá portanto, papel decisivo em prolongar ou retardar o concerto das forças neoliberais. Vencendo a batalha, Fernando Henrique certamente disso tirará proveito fortalecendo sua própria posição, centralizando as alianças para a tentativa de mais quatro anos de governo. Até o encerramento desta edição, o governo já havia ganho a votação em 1º turno da emenda da Reeleição, faltando o 2º turno na Câmara e os 1º e 2º turnos do Senado.

É sabido que embora o núcleo do governo FHC e a essência de sua política tragam a marca dos postulados do neoliberalismo, nem todos que ali gravitam comungam totalmente do evangelho do grande capital financeiro. A vitória final da reeleição reforçará a manutenção desse quadro de composição de forças. Mesmo assim, setores preteridos nas bargaa-

nhas políticas estimularão a liberação das contradições prisioneiras de conveniências políticas e do fisiologismo do poder.

O ano de 1996 ficará marcado ainda como um período sombrio para a soberania nacional. O governo conseguiu finalmente aprovar a lei de patentes, cavando ainda mais fundo o buraco que nos separa da alta tecnologia e das indústrias do futuro. A lei de patentes brasileira transformou-se em verdadeiro vexame internacional, exibida em todo o mundo pelos laboratórios norte-americanos e europeus como a quintessência do que eles desejam para o mundo.

O encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cingapura, em dezembro, cobriu de vergonha e ridículo a delegação brasileira. Acostumada a discutir os temas mais importantes (patentes, tecnologia de foguetes, satélites, informática, entre outros) nos fóruns internacionais, dessa vez, quando escolhemos como tema prioritário o da agricultura, vimos a reunião começar e terminar sem que o assunto fosse incluído na pauta de conversações.

O ambiente social e econômico interno leva para 1997 pontos de tensão inevitável. O desemprego as-

sombra os trabalhadores e põe os economistas neoliberais na defensiva. Os números alarmantes geram um sentimento inquietante para os governantes, vindo da desconfiança das massas trabalhadoras na utilidade da atual política econômica para os interesses dos assalariados.

A construção de um mega-déficit na balança comercial (importações menos exportações) abala a crença na âncora cambial, fundamento do plano real. A dívida pública e a falência de Estados e Municípios agravados ao longo de 1996, chega em 1997 como uma granada cujo pino de segurança foi destravado pelos governantes.

A decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce já articula a mais ampla e combativa frente contra a venda e o desmonte de uma empresa desde que o programa de desestatização foi posto em prática no Brasil. É certo que no caso de

vitória, o desgaste do governo será inevitável diante da opinião pública nacionalista e democrática. O go-

verno ainda pode recuar do crime imperdoável de vender uma das três mais importantes empresas do país.

Se conseguir êxito em seus intentos – reeleição, privatização, etc. – a tropa de choque

do capital financeiro avançará nas chamadas reformas políticas, mutilando a liberdade partidária e eleitoral. Derrotado, o governo terá mais dificuldades em impor os retrocessos aos direitos políticos dos brasileiros.

A oposição popular tem pela frente o desafio de colocar no centro de suas preocupações a derrota do plano neoliberal, mas só terá êxito se despertar no povo a desconfiança e a repulsa contra a orientação dos atuais governantes.

ALDO REBELO é jornalista e deputado federal pelo PCdoB/SP.

Voto em separado do Deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) ao parecer do Relator da Proposta de Emenda à Constituição Nº 001, de 1995 (reeleição)

Janeiro de 1997

Relatório

A inelegibilidade do Presidente da República, dos governadores de estados e dos prefeitos de municípios para os mesmos cargos, no período imediatamente posterior a seus mandatos, é uma das tradições mais antigas e mais consistentes do direito constitucional brasileiro. Introduzida pela carta de 1891, essa proibição foi repetida por todas as Constituições republicanas, inclusive as do regime militar. A Carta outorgada em 1937 foi a única que omitiu a regra, sem revogá-la explicitamente. Reafirmada na Lei Magna vigente, a proibição foi

novamente confirmada, há apenas dois anos, pela emenda constitucional que diminuiu o prazo do mandato presidencial para quatro anos.

Quem consultar nossos constitucionalistas mais eminentes, verificará que essa tradição secular se alicerça em sólidas razões jurídicas e numa preocupação sincera com a precariedade de nossa vida democrática. Procura dificultar a personalização do poder, a disputa sangrenta e fútil entre grupos oligárquicos e a utilização eleitoral da máquina administrativa, muito mais fácil, é óbvio, se o próprio chefe do Poder Executivo é candidato. Como alertou João Barbalho, um desses juristas

ilustres, em obra reeditada recentemente pelo Senado Federal, “admitir presidente candidato é expor o eleitorado à pressão, corrupção e fraude na mais larga escala”.

A preocupação com a lisura dos pleitos eleitorais e com a rotatividade dos titulares de cargos executivos se tornou tão acentuada em nossa tradição constitucional que a inelegibilidade se estendeu aos parentes próximos do chefe do Poder Executivo e destes se exigiu, mesmo para concorrer a outros cargos, que renunciassem aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito. A experiência confirmou que essas restrições, embora insuficientes, serviram como barreiras úteis ao continuísmo de grupos e caudilhos e à manipulação administrativa dos pleitos.

Um país que respeitasse suas instituições republicanas, não admitiria subverter essas normas democratizadoras sem motivos sérios e, além do mais, urgentes, que justificassem, dois anos antes da próxima eleição, a reapresentação improvisada de uma emenda constitucional, atropelada pelo final de uma sessão legislativa e tramitando num período de convocação extraordinária do Congresso. Lamentavelmente, por mais que se leia, com afincamento e boa vontade, a exposição de motivos do projeto original e o voto do Exmo. Sr. Relator, essas razões sérias e prementes não são encontradas.

Invoca-se o exemplo de outros países, notadamente dos Estados Unidos, negligenciando-se o exemplo oposto de numerosas nações, inclusive latino-americanas, de formação histórica e trajetória política mais assemelhadas à nossa. No inveterado vício nacional de transplantar instituições de outros países, esquece-se, inclusive, que a possibilidade de reeleição presidencial nos Estados Unidos, originalmente irrestrita, foi reduzida após a Segunda Guerra Mundial ao limite de dois mandatos, consecutivos ou não. A questão crucial, porém, é que estamos no Brasil e não nos Estados Unidos, ou na Argentina, ou no Peru. A experiência de outros povos deve ser estudada, sem dúvida, mas não copiada. Devemos modelar nossas instituições de forma independente, em função das circunstâncias concretas de nosso país e atendendo-nos a nossas melhores tradições, que devem ser modificadas apenas quando razões sérias e nacionais o recomendarem.

Alega-se que o prazo de quatro anos é exíguo para a execução de um programa de governo. Alegação estranha, pois o atual presidente e os atuais governadores, ao se candidatarem dois anos atrás, em nenhum momento consideraram que o período era insuficiente para as promessas que faziam ao eleitorado. Aliás, naquela ocasião, tão recente, o presidente e boa parcela dos atuais governadores atuaram como congressistas em sentido contrário, aprovando a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos. Pode-se compreender que, em-

possados, desenvolveram um apego muito rápido às pompas e privilégios dos cargos. Pode-se entender também, que os partidos e as lideranças que sustentam os atuais governantes desejem prorrogar seu domínio do poder sem correr o risco de novos candidatos e incertas coligações. Mas as condições de elegibilidade dos chefes do Poder Executivo representam normas muito importantes do sistema político constitucional, de consequências duradouras, para serem decididas ao sabor desses cálculos imediatistas e eleitoreiros de partidos e candidatos.

É surpreendente também o argumento de que os eleitores devem gozar do direito de manter nos cargos os governantes que estejam realizando boas administrações e desfrutem de aprovação popular. Levado a sério, esse argumento recomendaria não uma reeleição, mas a possibilidade de os governantes serem reconduzidos aos cargos ilimitadamente, à semelhança das sucessivas e fraudulentas reeleições de Stroessner no vizinho Paraguai. Aprovado tal retrocesso, pouco restaria da democrática rotatividade dos ocupantes do poder. A pretexto de facilitar a governabilidade, uma das tradições latino-americanas mais nocivas seria ressuscitada, a do poder pessoal de caudilhos messiânicos, mesmo que abrilhantados com títulos universitários e modernizados com a pregação neoliberal da abertura externa indiscriminada e das contra-reformas privatizantes e anti-trabalhistas.

O Exmo. Sr. Relator, dando-se conta da lógica absurda implícita no argumento dos direitos do governante a recandidatar-se e do eleitor a reconduzi-lo, procura, segundo suas palavras, um “equilíbrio” entre esses direitos e os valores opostos de despersonalização e rodízio. A solução que recomenda, porém, de limitar a reelegibilidade a um único mandato consecutivo, não elimina o vício de fundo desse arrazoado de ocasião, que é confundir o prosseguimento de programas de governo com o continuísmo pessoal dos governantes. Se uma proposta política e administrativa conta com apoio popular e quadros dispostos a levá-la adiante, sua continuidade pode ser assegurada por meio de uma salutar renovação de lideranças, sem necessidade de reeleições. Se o Presidente Fernando Henrique acredita que seu programa de governo desfruta de apoio e atende aos interesses da maioria, por que avalia, presunçosamente, que só ele é capaz de defendê-lo e implementá-lo? Não estariam o presidente e os partidos que o apoiam incorrendo na “covardia eleitoral” de que acusam seus adversários?

A mesma “covardia eleitoral” se manifesta na recusa tenaz de qualquer consulta à vontade popular através de plebiscito ou de referendo, sugerida inclusive por figuras destacadas do PSDB ou por jornais influentes, como a Folha de S. Paulo. Para quem se preocupa sinceramente com o país e não apenas com o futuro da coligação eventualmente no poder, qualquer mudança nas

regras de elegibilidade dos chefes do Poder Executivo é uma questão institucional, suficientemente importante e polêmica para merecer amplo debate nacional e consulta à preferência dos eleitores.

Defendendo opinião contrária, o Exmo. Sr. Relator alega, segundo suas palavras, que “o país adota a democracia representativa” e que, portanto, não seria correto “partir do pressuposto da ilegitimidade do nosso corpo de representantes, tendo de consultar a população para cada nova decisão a ser tomada no âmbito do Poder Legislativo”. Cabe, em primeiro lugar, recordar que a Constituição vigente não adota simplesmente a democracia representativa. Em seu artigo 1º, parágrafo único, declara solenemente que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. E no artigo 14 esclarece que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”. Em segundo lugar, é necessário lembrar também, que existe uma hierarquia de importância e de procedimentos nas decisões que podem ser tomadas “no âmbito do Poder Legislativo”, assim discriminadas no artigo 59 da Constituição: “I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - decretos legislativos; VI - resoluções”. O parágrafo quarto do artigo 60 enumera, por sua vez, matérias que não podem ser objeto sequer de emenda constitucional e o artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias previu uma consulta plebiscitária ao eleitorado sobre a forma republicana ou monárquica e o sistema parlamentar ou presidencialista de governo antes de nova deliberação do Congresso. Não se trata de questionar a representatividade do Congresso ou de exigir que a população seja consultada a qualquer decisão que ele pretenda adotar. Trata-se de reconhecer que as regras de elegibilidade dos chefes do Poder Executivo, embora não figurem entre as cláusulas pétreas da Constituição, que não podem ser modificadas, são suficientemente importantes para merecerem um tratamento assemelhado ao que foi garantido às deliberações sobre a forma e o sistema de governo.

Voto

Não se vêem, portanto, razões substantivas e urgentes que aconselhem a aprovação precipitada de uma emenda que revoga tradição secular de nosso direito constitucional e que, além disso, pretende aplicar-se aos atuais governantes e abolir a exigência de que renunciem previamente aos cargos para candidatar-se. Não se trata de opor-se ao princípio da reeleição, em qualquer circunstância. Numa fase mais avançada de nossa história, com

o regime democrático consolidado, com um nível mais alto de consciência e de participação dos cidadãos, com a moralidade pública menos exposta aos vexames de corrupção e abusos de poder que periodicamente envergonham o país, com a influência econômica nos pleitos restringida e o controle dos meios de comunicação democratizado, será possível discutir uma alteração das regras de inelegibilidade sem precipitação e sem cerceamento à manifestação das várias opiniões.

Nas circunstâncias atuais e da forma atropelada e impositiva como se pretende mutilar, mais uma vez, a Constituição Federal de 1988, o significado histórico e concreto da emenda proposta é restringir e não ampliar a participação democrática. Se aprovada, o resultado será a reeleição generalizada de presidente, governadores e prefeitos, com uma queda drástica na renovação das chefias de governos e na rotatividade de partidos e coligações partidárias nos cargos executivos. Entrelaçada a outras contra-reformas, lembradas pelo Exmo. Sr. Relator em seu Parecer, a emenda representa a ponta de lança de uma ofensiva política conservadora que objetiva esvaziar o debate das alternativas nacionais, institucionalizar o desinteresse político de largos segmentos da população e confinar as grandes decisões, novamente, a um círculo estreito de partidos conservadores e potentados regionais, para facilitar a aplicação do receituário desnacionalizante e anti-trabalhista que vem sendo infligido ao país.

A emenda proposta demonstra que o Projeto Neoliberal, abraçado pelo Presidente Fernando Henrique, já não se contenta em golpear a soberania nacional e os direitos sociais dos trabalhadores. Enfrentando uma oposição crescente à esquerda e à direita, investe também contra o regime democrático arduamente conquistado nos anos 80, tentando restringir as liberdades por ele garantidas e reverter as esperanças de participação ampliada que despertou.

Estavam certos os signatários do manifesto suprapartidário, lançado em São Paulo no mês passado, quando proclamaram que a emenda proposta é inoportuna, imoral, precipitada e antidemocrática em seus desígnios. Mantida nos termos sugeridos pelo Exmo. Sr. Relator, equivale a um golpe continuísta.

Pelas razões expostas, unindo-se às demais correntes populares e democráticas e a todos os setores que se opõem ao golpe continuísta dos atuais governantes, o Partido Comunista do Brasil diz não à reeleição, com indignada veemência. Voto, portanto, contra a emenda proposta.

Deputado Aldo Rebelo

Condicionantes econômicos da reeleição

Sente-se que algo mais está presente na pretendida reeleição do presidente. Tudo parece indicar que este outro fator relaciona-se com problemas econômicos que o país está vivendo

HAROLDO LIMA

A reeleição proposta pelo Governo desperta no país acirrada polêmica. Quebra a tradição constitucional republicana de mais de cem anos, que sempre a proibiu. Estende a nova prerrogativa aos governadores dos estados e prefeitos dos municípios que, como o presidente, não precisariam se afastar dos cargos para a disputa dos novos mandatos. E beneficia de imediato o atual Presidente da República, eleito sob preceito constitucional que vedava a reeleição.

Por isso, a discussão da emenda reeleitoral tem abordado fundamentalmente aspectos do mérito jurídico-político da proposta do governo, inclusive seu argumento básico – “por que mudar algo que está dando certo?” – ao que tem-se dito, contrariamente, que a continuidade da política neoliberal do atual governo é o móvel principal dos reeleitores.

Entretanto, um ponto estranho tem provocado suspeita e suscitado interrogações. É que a tramitação da emenda tem sido acompanhada de um açodamento espantoso, de uma pressa inusitada e esquisita, especialmente da parte de FHC. É como se algo estivesse pressionando irresistivelmente o Presidente, a ponto de levá-lo ao descontrole fácil, à tentativa de atropelar tudo e a se expor, como ninguém jamais o

fez tanto no Brasil, à espúria prática do aliciamento de políticos.

É certo que a popularidade ocasional fomenta a vaidade, o exercício do poder desperta a ambição continuísta e as diretrizes dos altos comandos não podem ser frustradas. Isto explicaria a proposta de emenda e mesmo a fraude constitucional da reeleição para o próprio presidente em exercício. Mas, por que a pressa? Por que convocar extraordinariamente o Congresso para votá-la, e suspender, em benefício da emenda, todos os prioritários pontos da agenda do país? Como explicar que o presidente tenha resvalado tão rapidamente para o desrespeito a um outro Poder, às decisões soberanas de um Partido que não o seu e às comezinhas regras da educação parlamentar, encenando um “pito” público a autoridades da República e dirigentes do PMDB? Como entender que o Presidente, nas vésperas da votação na Câmara, tenha coordenado pessoalmente a espúria compra de votos intensamente realizada, a partir do próprio Palácio do Planalto, transformado em centro de uma verdadeira esbórnia?

Efetivamente, sente-se que algo existe na pretendida reeleição, que traz a ela a urgência desesperada que normalmente não teria. Tudo parece indicar que este outro fator

relaciona-se com problemas econômicos que o país está vivendo.

O governo, seguindo o conhecido costume de divulgar o que é bom e esconder o que não o é, apresenta como róseo o quadro econômico do país. A inflação, que já esteve em 5.000% ao ano baixou para 13%, a moeda permanece forte e os preços controlados, se bem que com inúmeras exceções. As reservas estão altas e os investimentos estrangeiros chegando. Um número elevado, 13 milhões, não se sabe como achado, é exposto como sendo o de brasileiros que, em dois anos, teriam saído da faixa da pobreza.

Os exageros e as distorções são constantes na propaganda governamental. Os dados oficiais nada informam sobre de onde vem o cabalístico número 13, mas, a verdade é que os 10% mais pobres do país passaram a ter 1,1% da renda nacional, mais que os 0,8% que tinham em 1992, o que mostra que a pobreza de fato diminuiu, se bem que um pouco. Entretanto, os 10% mais ricos passaram a ter 48,2% da dita renda, bem mais que os 46,1% de que se apossavam em 1992, o que significa que o fosso social entre os ricos e os pobres aumentou bastante¹.

Quando se examina com cuidado alguns dos números simbólicos da economia brasileira e algumas

das tendências visíveis do processo em curso, verifica-se que o quadro róseo não o é tanto. Pelo contrário.

O Brasil, a partir de 1981, passou a ter um desempenho bastante positivo em sua balança de comércio com o exterior. Desse ano, até 1994, antes de começar o governo de FHC, foram treze anos ininterruptos de saldo positivo na balança comercial, em geral acima dos US\$ 10 bilhões por ano. Em 1988 foi estabelecido o saldo recorde, US\$ 19,18 bilhões, muito significativo para um país em desenvolvimento².

Acontecia que a conta de serviços (juros, fretes, royalties, seguros, remessas) era sempre deficitária. Chegou a aproximadamente US\$ 15 bilhões negativos em 1988, compondo então um saldo geral positivo de cerca de US\$ 4 bilhões.

Essa tendência foi alterada a partir de 1995, precisamente no primeiro ano do governo de FHC, com os efeitos da abertura ao exterior feita desde 1993, reduzindo-se alíquotas de importação, às vezes de 200% para 2%, e isentando-se a importação de cerca de 5.000 produtos. Isto, e mais o câmbio supervalorizado, encarecendo nossas mercadorias, acabou por levar o saldo de nossa balança comercial em 1995 para o patamar negativo de US\$ 3,15 bilhões, primeiro déficit na balança comercial do Brasil dos últimos 13 anos. Como a balança de serviços ficou no patamar negativo de US\$ 18,60 bilhões, o saldo geral de nossas balanças comercial e de serviços (conta corrente), em 1995, ficou em US\$ 21,75 bilhões.

Agora o governo vem publicar seus números de 1996. A balança comercial ultrapassou os prognósticos mais pessimistas e cravou um déficit de US\$ 5,54 bilhões; de longe o maior da história do Brasil. Nossas exportações ficaram em US\$ 47,74 bilhões, enquanto as importações foram para US\$ 53,29 bilhões. A conta de serviços, que pelas expectativas

pessimistas chegaria a um déficit de cerca de US\$ 19 bilhões, estourou em US\$ 21,70 bilhões. Como as transferências unilaterais reduziram-se a US\$ 2,90 bilhões, (dinheiro remetido por familiares para parentes no Brasil), o déficit em transações correntes foi de US\$ 24,35 bilhões, outro recorde em nossa história, valor equivalente a 3,27% do PIB brasileiro³.

Importante acompanhar a evolução recente deste índice. Em 1990, com Fernando Collor de Mello, o déficit das transações correntes foi de US\$ 3,78 bilhões, correspondentes a 0,86% do PIB. Com Itamar Franco, em 1994, esse déficit foi reduzido para US\$ 1,45 bilhão, equivalentes a 0,31% do PIB.⁴ O índice agora atingido de 3,27% do PIB de déficit em transações correntes é muito alto, considerado alarmante por certos organismos internacionais.

Especial preocupação suscita o declínio das exportações brasileiras. Em 1984, a participação brasileira nas exportações mundiais era de 1,19%. Se tivesse mantido essa mesma presença de treze anos atrás, a exportação brasileira no ano passado teria auferido US\$ 11,9 bilhões a mais do que conseguiu, o que nos levaria a um saldo razoável em nossas transações correntes e não ao déficit recorde registrado. A participação de 1,19% de treze anos atrás foi reduzida para 0,93%⁵.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras, medidas pelo valor exportado, vem diminuindo sistemática e abruptamente nos últimos anos, notadamente no período do Plano Real. Em 1994 essa taxa foi de 12,9%. Caiu para 6,8%

em 1995 e foi agora para 2,7%, apenas⁶. Paulo Nogueira Batista Jr., apoiando-se em dados da Cepal, observa que as exportações do resto da América Latina, no mesmo período, cresceram 13,1%, uma média quase cinco vezes maior do que a obtida pelo Brasil.

A retração acentuada das exportações brasileiras, rudemente agravada pela forma atabalhoada de como o governo está dirigindo a inserção submissa do Brasil no mercado mundial, tem trazido sérias conseqüências para a economia brasileira, particularmente para seus setores industrial, agrícola e de comércio.

O Dep. Delfim Netto examinou recentemente o sucedido com a cultura do algodão, onde, nos últimos

seis anos, o Brasil deixou de ser um dos maiores exportadores do mundo e passou a ser um dos maiores importadores. "A área plantada – escreveu Delfim – entre 1994 e 1997 foi reduzida em quase 500 mil hectares... uma

perda aproximada de 50 mil empregos." Delfim mostra, entre outras causas desse descalabro, "as imensas facilidades de crédito para importação, a prazos seis vezes maiores e taxas de juros seis vezes menores do que as suportadas pelo produtor nacional."⁷ Com o trigo aconteceu em 1996 outro despropósito: o governo comprou trigo brasileiro a US\$ 100 a tonelada e pagou US\$ 300 pela tonelada de trigo importado.

A repercussão dessa política de incorporação subalterna do Brasil no mercado mundial, através da importação, supostamente com o fim de promover a produtividade nacional, tem sacrificado muito as em-

Especial preocupação suscita o declínio das exportações brasileiras. A taxa de seu crescimento vem diminuindo sistemática e abruptamente nos últimos anos, notadamente no Plano Real

presas locais, com o crescimento de falências requeridas e decretadas. Entre 1995 e 1996, as falências requeridas no país cresceram 64,1%, passando de 29.361 para 48.184. As falências decretadas deram um salto; de 2.476 em 1995 foram para 5.172 em 1996, registrando um crescimento de 108,9%⁸.

Tudo isso são percalços da opção governamental por incorporar rapidamente a economia do país no capitalismo globalizado, de forma passiva e submissa, sacrificando os interesses nacionais. As Nações centrais cada vez impõem exigências, ante as quais os governos que não assumem projetos de Nação, como o de Fernando Henrique, só fazem capitular.

Ainda há pouco realizou-se em Cingapura uma reunião da Organização Mundial do Comércio. A liberalização dos produtos agrícolas na União Européia esteve em discussão, mais uma vez. Era o que interessava aos países menos desenvolvidos, ou em desenvolvimento, como o Brasil, potencialmente ricos em produtos agrícolas e à cata de mercados amplos. Não passou. Em discussão também esteve a liberalização de toda a América Latina aos produtos de informática e de telecomunicações. Era o que interessava aos países ricos. Passou. A propósito, o empresário brasileiro Antônio Ermírio de Moraes escreveu: "Para variar... ganharam os mais fortes. Tentam condenar os pobres a ficar pobres. Os produtores brasileiros continuarão tendo seus produtos taxados e sobretaxados nos Estados Unidos, Japão e Europa". E acrescentou: "Ficou claro ser utópico contar com a

complacência dos países desenvolvidos."⁹

Está claro que a situação econômica geral do país está a exigir prontas medidas. Contudo o governo, trilhando o caminho neoliberal que com tanto zelo segue, só enxerga medidas em um determinado viés. É necessário exportar mais, evidentemente. Como fazê-lo? Alterando o câmbio? Não, poderia ameaçar a estabilização do Real. Contendo o mercado interno, pensa o governo, através de medidas inibidoras do consumo, vale dizer, privando o povo de meios de compra. É necessário, sob outro ângulo, diminuir mais o chamado "custo Brasil", para baratear o valor de nossas produções. Como? Diminuindo as taxas de juros, que são os preços do capital, e que são das mais altas do mundo? Não. Flexibilizando, sim, mais ainda, os direitos sociais, direitos dos trabalhadores, e os direitos políticos também, como a organização sindical,

Essa política de incorporação subalterna do Brasil no mercado mundial, tem sacrificado as empresas locais, com o crescimento de falências requeridas e decretadas

a greve, etc. É preciso trazer dinheiro novo do estrangeiro, para compensar contas externas. De que maneira? Vendendo estatais brasileiras, porém as maiores, o sistema elétrico, as telecomunicações, a Vale e, se possível, a Petrobrás... Esse dinheiro, além de solapar a soberania do país, quando se limita a comprar ativos já existentes, as empresas nacionais, não contribuem para o aumento da produção.

É nesse contexto que se situa a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Sabe o Presidente que as medidas econômicas que seguramente estão em pauta, se tomadas antes da votação da reeleição, provocariam tal ira popular que poderiam impedir sua aprovação. Razão por-

que as medidas têm que ser adiadas. Mas seu adiamento não pode ser excessivo, já que o quadro econômico do país pode se deteriorar. Daí a pressa em se votar a reeleição, a urgência urgentíssima para que esse golpe seja consumado o mais rápido possível.

Analistas, de diferentes pensamentos, já antevêm o pós-reeleição, o "day after". Paulo Nogueira Batista Jr. diz "que a situação está a exigir medidas politicamente difíceis, que poderiam tumultuar a aprovação da emenda da reeleição"¹⁰. Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda do Brasil, declarou que "medidas de desaquecimento tomadas agora introduziriam um "ruído desnecessário" na aprovação da emenda da reeleição"¹¹. Rudiger Dornbusch, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, dos Estados Unidos, estudioso da economia brasileira, autor de comentários sobre o Plano Real que não agradaram ao governo, voltou a fazer observações sobre o mesmo e sobre a reeleição. Ei-las: "O Brasil vem apresentando um crescimento muito insuficiente nos últimos quinze anos; a renda per capita hoje é menor que em 1980. O desempenho dos investimentos se deteriorou. O país ficou muito para trás na competição internacional." Constata a seguir: "A política econômica brasileira se rege pela necessidade de se assegurar a reeleição do presidente." Nessa situação, diz:

"A alternativa é ir em frente, criar uma euforia financeira através da privatização agressiva e mascarar os problemas financeiros e de comércio com uma alta dose de entusiasmo estrangeiro. Assim que o segundo mandato estiver assegurado, então a questão negligenciada dos problemas acumulados pode receber atenção."

E indaga. "Será que essa estratégia funciona?" E ele mesmo responde: "Pode apostar que sim."

Assim que a Vale do Rio Doce, a Petrobrás, as companhias telefônicas e outras mais se forem nesse pacote, a euforia será espetacular". E conclui: "O problema é que a economia real é muito mais importante que a reeleição do presidente"¹².

Tudo parece indicar que o povo brasileiro, mais uma vez, poderá ser vítima de um grande engodo. Desencadeou-se uma movimentação extraordinária, na qual o Presidente da República, pessoalmente, assume o comando do aliciamento de políticos, da troca de favores mais abjeta, das articulações, ameaças e chantagens. A Nação assiste estarecida aos interesses pessoais e de grupos condicionarem as decisões mais importantes. E observa espantada o quanto está sendo petulante o Presidente ao transformar o gabinete de trabalho da Presidência da República em sala de reuniões de campanha eleitoral, em alojamento no Palácio do Planalto seu comitê de candidato. Para quem tivesse dúvidas sobre o potencial de

suborno, corrupção e chantagem que tem um Presidente da República candidato à reeleição, e que não se ausenta de seu cargo, o que fez Fernando Henrique para aprovar sua emenda no primeiro turno de votação da Câmara dos Deputados foi uma lição extraordinária, porque, rigorosamente, o Presidente comprou os votos necessários à vitória de sua emenda. Se para aprovar uma emenda fez o Presidente o que está fazendo, sem o menor constrangimento, afrontando a todos com a maior desfaçatez, subornando e ameaçando – ou vota em minha emenda ou sai do meu governo – o que não fará esse homem quando estiver em pauta sua eleição para Presidente da República, de novo.

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PC do B/BA.

Notas

(1) Dados da Fundação Getúlio Vargas, *Jornal do Brasil*, 18/1/97.

(2) Todos os dados do Banco Central, *Almanaque Abril*, Cd-rom.

(3) Informações Econômicas do Banco Central, 24/1/97.

(4) Finanças e Mercados, *Gazeta Mercantil*, 27/1/97.

(5) Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Funcex, *Gazeta Mercantil*, 27/1/97.

(6) Paulo Nogueira Batista Jr., *Folha de S. Paulo*, 9/1/97.

(7) Delfim Netto, *Folha de S. Paulo*, 18/12/96.

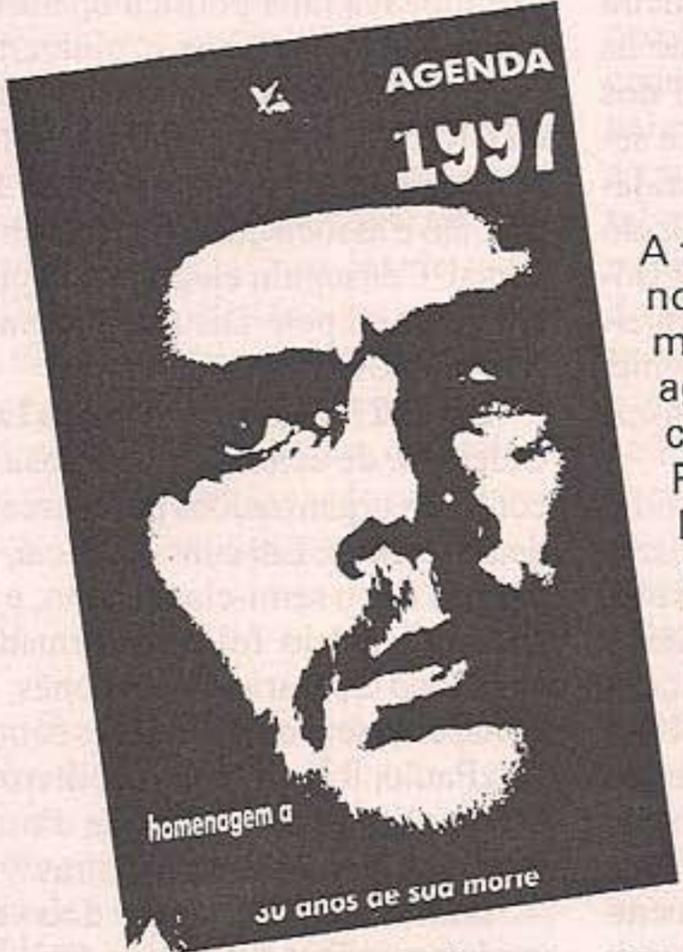
(8) Pesquisa da Segurança ao Crédito e Informações, SCI, *Correio Braziliense*, 18/1/97.

(9) Antônio Ermírio de Moraes, Um Apelo ao Congresso Nacional, *Folha de S. Paulo*.

(10) Paulo Nogueira Batista Jr., op. cit..

(11) Máilson da Nóbrega, declarações em *O Estado de S. Paulo*, 18/1/97.

(12) *Amanhã*, Economia e Negócios, setembro de 1996.



AGENDA 1997 FAZ HOMENAGEM A CHE GUEVARA

A forma da Anita Garibaldi homenagear Che Guevara no 30º aniversário de sua morte, acontecida nas montanhas da Bolívia em 1967, foi produzindo uma bela agenda. Capa dura a 4 cores, 13 diferentes fotos, cartas e textos do Che e muitos poemas e canções de: Pablo Neruda, Júlio Cortázar, Victor Jara, Pablo Milanês, Dom Pedro Casaldáliga, Nicolas Guillen, Mario Benedetti e Jamil Almansur Haddad sobre o herói internacional. É uma agenda que vale como livro, nesses tempos em que Cuba mantém a bandeira do socialismo e os povos da América Latina defendem a liberdade e se opõem ao neoliberalismo.

Pedidos: ANITA GARIBALDI
Rua Monsenhor Passalacqua, 158
CEP 01320-010 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (011) 289-1331

R\$ 10,00

A tradição revolucionária do PCdoB

A longa trajetória comunista no Brasil, desde 1922, e particularmente desde 1962, revela o esforço nítido e contínuo de construção de um partido como instrumento vivo para a ação revolucionária

JOSÉ CARLOS RUY

Um partido político não é um clube de amigos, uma arena de debates, uma corrente de pensamento – embora todas essas coisas sejam desejáveis num agrupamento humano. Um partido não é uma instituição que represente um fim em si mesma, mas forma-se para o cumprimento de uma tarefa histórica específica. Essa observação se aplica, com mais razão ainda, a um partido comunista, que é a vanguarda consciente e organizada da classe operária, o instrumento para sua ação política e revolucionária.

Fundado há 75 anos, e reorganizado há 35, o Partido Comunista do Brasil olha, com justo orgulho, para esse longo percurso, assinalado pelo esforço contínuo de satisfazer aquelas condições. As duas datas comemoradas assinalam acontecimentos notáveis: a formalização da criação do partido, em 25 de março de 1922, e o reerguimento, em 18 de fevereiro de 1962, da bandeira do comunismo e da revolução proletária e camponesa, que fora enxovalhada e abandonada pelos revisionistas que se apossaram da direção do partido.

A história do partido não foi uma linha reta, onde as aquisições teriam sido cumulativas, apontando sempre para a frente. Ao contrário, a história do comunismo no Brasil foi marcada por contradições e golpes, vitórias e conquistas. Não poderia ter sido diferente. Instrumento vivo, comprometido

com as ansiedades e aspirações do povo brasileiro, o partido se formou e desenvolveu na luta para exprimir as contradições mais profundas de nossa realidade e tornar-se, cada vez mais, capaz de organizar a intervenção no processo histórico, de forma consciente e avançada, das forças sociais mais progressistas da nação – a classe operária, os trabalhadores rurais, os assalariados em geral, a intelectualidade progressista, os estudantes, os democratas autênticos, os setores nacionalistas.

Assim, de modo geral, podemos distinguir três grandes etapas na vida do partido – quase que três nascimentos distintos. A primeira vai da fundação do partido até os golpes da repressão, no final dos anos 30 e início dos anos 40; a segunda, da reorganização partidária, dirigida pelo CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), na Conferência da Mantiqueira, em 1943, até 1962; finalmente, a terceira etapa vai da reorganização de 1962 até nossos dias.

Há uma continuidade fundamental entre essas fases, representando um avanço político-revolucionário, ideológico e organizativo em relação aos períodos anteriores.

O partido que nasceu em 1922 surgiu da desagregação do anarquismo, ao contrário dos outros lugares, onde o comunismo foi uma resposta à crise da social democracia. Trouxe essa marca de nascimento na debilidade ideológica e

no escasso domínio do pensamento de Marx e Engels, doutrina necessária para capacitá-lo às grandes tarefas que se propunha. Isso não impediu que tivesse uma experiência rica e contraditória, embora limitada do ponto de vista da luta revolucionária mais conseqüente. Sua ação, nos primeiros tempos, assemelhou-se à de uma seita. Apesar disso, conseguiu superar os anarquistas e firmar-se como a principal corrente política da classe operária. Engajou-se na luta contra o imperialismo e contra o latifúndio. Mais tarde, organizou o Bloco Operário (1927), a frente única operária, para participar das eleições. Sua plataforma preconizava uma política operária independente, críticas à “plutocracia”, exigência de reconhecimento da URSS, anistia aos presos políticos, legislação social, liberdade de opinião e associação, sufrágio universal. Conseguiu eleger um deputado federal pelo Distrito Federal, Azevedo Lima.

Em 1927, o governo impôs a Lei Celerada, de censura à imprensa e contra as organizações populares e democráticas. Em conseqüência, o partido ficou semi-clandestino, e o Bloco Operário foi transformado em Bloco Operário e Camponês, o BOC, com seções em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Santos, Juiz de Fora, Recife, Ribeirão Preto e outras.

Em 1928, o BOC elegeu dois vereadores no Rio de Janeiro, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira.

Em outras cidades, como São Paulo, Recife, Santos e no interior do Rio de Janeiro, elegeu vários candidatos, mas o governo não reconheceu essas vitórias, “degolando-os”, como se dizia na época. Na eleição presidencial de 1929, a última da República Velha, o BOC apresentou a candidatura de Minervino de Oliveira para concorrer com Getúlio Vargas, o candidato das oligarquias dissidentes, e Júlio Prestes, o candidato dos oligarcas que controlavam o governo federal.

Mais tarde, depois de 1930 e da revolução que pôs fim à República Velha, aproximou-se dos tenentes revolucionários que seguiam Luís Carlos Prestes e adotou suas formas de ação – a mobilização de soldados e oficiais de baixa e médias patentes como instrumento de ação revolucionária.

A Aliança Nacional Libertadora, ANL, de 1935, foi o ponto alto da ação partidária nesse período, e representou suas melhores virtudes e seus piores defeitos. Ela foi o primeiro movimento de massas de grande envergadura dirigido pelo partido, congregando em torno de um programa radicalmente democrático, anti-latifundiário e anti-imperialista, as forças progressistas do nosso país. Foi um marco na luta contra o fascismo. Mas, e este é o defeito, embora a ação política tivesse seu pilar na mobilização das massas, a ação revolucionária esteve voltada para os quartéis, baseou-se na velha tática tenentista de mobilizar as tropas para promover mudanças políticas e sociais profundas.

A repressão contra os comunistas e os democratas que se seguiu ao levante da ANL em novembro de 1935 foi um duro golpe contra o partido que, nesses anos, foi praticamente dispersado. A direção nacional foi presa em 1940, restando apenas três núcleos expressivos – em São Paulo, no Rio de Janeiro e

na Bahia, além de outros pequenos grupos.

A dispersão durou pouco, e logo o partido começou a renascer. A guerra mundial de 1939/1945 polarizou a política brasileira entre os partidários do nazi-fascismo e os defensores da tradição liberal. Essa polarização manifestava-se mesmo entre as mais altas autoridades do Estado Novo. Embora na clandestinidade mais pesada, os comunistas não pouparam esforços para influir nesse quadro, mobilizando os recursos ao seu alcance para o combate a Hitler e seus asseclas, no exterior e também no Brasil. Já em 1940 promovem a formação, nos sindicatos, de comissões de ajuda ao esforço bélico, que foram dissolvidas pelo governo. Não desistiram, e o esforço de reorganização partidária prosperou, sob a direção da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que convocou a 2ª Conferência Nacional, ocorrida em 27 de agosto de 1943, na Serra da Mantiqueira. Seus principais organizadores foram Amarílio Vasconcelos, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, João Amazonas, Pedro Pomar, Júlio Sérgio de Oliveira, Ivan Ribeiro, Mário Alves. Nela, delegações comunistas do Distrito Federal, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados, discutiram a conjuntura política do país e do mundo, a situação do partido, a luta pela anistia, a necessidade de união nacional na luta contra o fascismo. Para a secretaria

geral foi eleito José Medina. Luís Carlos Prestes e Carlos Marighela, que estavam presos, foram indicados para o Comitê Nacional então formado.

A realização dessa conferência não foi tranquila, pois seus organizadores tiveram, antes, que superar correntes liquidacionistas para as quais a reconstrução do partido seria um obstáculo à política de união nacional.

A Conferência da Mantiqueira abre uma nova fase na vida do partido, levando à sua reorganização em bases novas, mais sólidas e avançadas. Ao mesmo tempo, a Conferência revelou um novo núcleo de dirigentes, mais sólido que o das décadas anteriores, resultado da cultura comunista que se desenvolveu no país desde 1922. Eram os quadros dirigentes que se mantiveram à frente do partido durante quase todo o período que vai da reconstrução da direção partidária, em 1943, à reorganização do partido, em 1962. Quando Prestes saiu da cadeia, beneficiado pela anistia de 1945, tornou-se o principal dirigente do partido e forçou a ampliação do Comitê Nacional que fora eleito na Conferência da Mantiqueira, incluindo nele dirigentes de pas-



Os fundadores do partido em 1922.

sado tenentista, como Agildo Barata, ou comunistas da velha guarda, como Fernando Lacerda, Astrojildo Pereira, José Maria Crispim, Otávio Brandão, Orestes Timbaúva – gente que havia defendido posições liquidacionistas ou oportunistas, mas que Prestes alçava outra vez à posição de dirigentes nacionais, criando as condições para o surgimento, à frente do partido, das posições conflitantes que o marcarão nesse período.

O partido vai oscilar, então, entre posições oportunistas e reformistas, de um lado, e revolucionárias, de outro. Já em 1943, Prestes proclamou que o Partido Comunista “é o esteio máximo da ordem e da lei”. Em 1945, ele aconselhou a classe operária a “ajudar o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficazes para os graves problemas econômicos de hoje”. Essa orientação, de fundo oportunista, estava baseada na idéia de que, “com a derrota do nazismo, surge uma nova época, de desenvolvimento pacífico,

que prescinde da revolução”. Mesmo assim, com o fim do Estado Novo, em 1945, o partido – agora legalizado, por um curto período – alcançou um prestígio político muito grande no país. Expressão disso foi a ampla votação obtida na eleição de 1945: para a presidência da República,

o candidato comunista obteve quase 10% dos votos; para o Congresso Nacional (encarregado de escrever a nova Constituição), o partido elegeu 14 deputados e um senador. Nas eleições estaduais suplementares ao Congresso, em 1947, foi o quarto partido mais votado em to-

do o país, com notável desempenho nos meios urbanos. Fez 46 deputados estaduais e uma maioria de 18 vereadores na Câmara Municipal do Distrito Federal.

Mas a democracia de então era muito limitada, uma “democracia” para setores da elite, que esperava controlar com rigor a participação popular. Assim, o partido foi novamente proibido de funcionar, em 7 de maio de 1947, e seus parlamentares tiveram seus mandatos cassados em 7 de janeiro de 1948.

Sua resposta foi o enrijecimento das posições contra o governo e as classes dominantes. Muitos estudiosos já apontaram a orientação sectária que então passou a prevalecer. Encaram assim a atuação que o partido adotou, com um caráter mais claramente classista, enraizada nas massas, enfatizando a necessidade de envolvimento direto e decidido na tarefa de organizar os trabalhadores e os camponeses. Afastado da política institucional e dos sindicatos,

Podemos distinguir três etapas na vida do partido. A primeira vai da fundação, em 1922, até os golpes da repressão no final dos anos 30. A segunda, da reorganização partidária em 1943, até 1962; e a terceira, vai da reorganização até nossos dias

o partido voltou-se para o objetivo de preparar e dirigir a revolução. O manifesto de agosto de 1950 (que propôs a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e foi uma tentativa de romper os impasses do reformismo e orientar o partido para a revolução e a luta armada) e, mais tarde, as resoluções do IV Congresso, em 1954, sintetizaram essa nova orientação.

Houve sectarismo, não é demais lembrar. Movimento pendular, oposto e simétrico ao oportunismo visível da orientação anterior, se a nova ên-

fase na política independente de classe teve defeitos fáceis de apontar, ela também teve virtudes que muitas vezes não são lembradas, mas que devem ser ressaltadas. Na busca de um caminho revolucionário, ela levou o partido aos trabalhadores de forma viva e conseqüente, enraizando a organização nos setores populares, criando as condições que permitiriam o enfrentamento dos embates que aqueles anos trariam para os comunistas.

Esse movimento pendular entre o lamaçal oportunista e o caminho revolucionário revela também as cisões e os embates presentes na cúpula comunista. E que, na primeira oportunidade, revelaram-se publicamente com toda sua força corrosiva.

Elas eclodiram na década de 1950, quando o país vivia um momento delicado. A política brasileira foi marcada pelo confronto entre os partidários da soberania e da independência nacional (os nacionalistas) e os defensores da subserviência aos interesses do imperialismo, particularmente o norte-americano (os entreguistas, como se dizia então), num quadro em que os setores nacionalistas da burguesia brasileira procuraram se aproximar dos trabalhadores em busca de uma base de massas para a defesa de seus interesses. A luta pela defesa das riquezas minerais do país, pela industrialização autônoma, pela criação da Petrobrás, de um lado, e por outro lado o esforço de traição nacional de importantes parcelas das classes dominantes para subordinar o país aos interesses norte-americanos e afastar Getúlio Vargas da presidência (apesar de seu ambíguo e vacilante confronto com o imperialismo e com as forças do atraso), foram conflitos onde essa contradição entre os nacionalistas e os entreguistas teve expressão política aguda.

Essa conjuntura refletiu-se no interior do partido, onde muitos de-

fendiam a tese de que a contradição entre a burguesia e os trabalhadores era, no Brasil, subordinada à contradição principal entre a nação e o imperialismo. As teses aprovadas no IV Congresso do partido, em 1954, refletem a forma dúplice como as contradições da conjuntura apareceram na direção comunista. Pela primeira vez, o partido preparou um programa próprio, que aprofundou a orientação classista dos documentos anteriores e representou o início de um esforço de aplicação autônoma do marxismo na análise da realidade brasileira. Era uma manifestação clara do processo de amadurecimento do marxismo brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, aquelas resoluções refletiam também o aprofundamento da colaboração de classes que os reformistas preconizavam. A burguesia nacional não é inimiga, declarou o programa. “Por determinados períodos, ela pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais”.

Uma avaliação feita anos depois por comunistas que participaram daqueles embates diz que, na segunda metade dos anos 50, “a luta de classes foi convertida em colaboração com a burguesia”. As correntes nacional-reformistas (os revisionistas e os reformistas que permaneciam no partido, a esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro e setores independentes da esquerda socialista) abandonaram o esforço anterior de organizar diretamente os trabalhadores, privilegiando em seu lugar as articulações de cúpula, seja na área sindical, seja na área política.

A luta entre os reformistas e os revolucionários aprofundou-se nos anos seguintes, particularmente depois de 1956, quando o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética adotou uma orientação claramente revisionista.

A partir de 1956/1957 os revisionistas assumiram o controle do



Manifestação popular antes do golpe de 1964.

partido, e a declaração política de março de 1958 definiu a nova linha. Ela dizia que a contradição entre o proletariado e a burguesia “não exige uma solução na etapa atual”, definiu o “caminho pacífico da revolução brasileira”, e recomendou aos trabalhadores dedicarem-se apenas à luta política institucional, nos sindicatos ou no parlamento.

No começo dos anos 60, a divergência chegou ao ponto de ruptura, expresso na preparação e nos debates do V Congresso, ocorrido em 1960, quando os revolucionários criticaram severamente a linha oportunista e reformista do Comitê Central, defendendo uma orientação classista. A situação agravou-se quando, em 1961, sem autorização do Congresso partidário, o comitê central publicou novos estatutos excluindo a afirmação de que o partido era orientado apelo marxismo-leninismo e pelo internacionalismo proletário. Isso não foi apenas uma acomodação às exigências da legislação eleitoral para legalizar o partido, mas principalmente um golpe que transformava o revisionismo em

política oficial – que se traduzia inclusive na criação de um novo partido, que passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro.

Centenas de dirigentes e militantes manifestaram sua indignação e inconformismo em uma carta dirigida à direção do partido. Sob a orientação de João Amazonas, Maurício Grabois, Ângelo Arroio, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Luís Guilhardini, Carlos Danieli, Elza Monnerat, Consueto Calado, Calil Chade e outros denodados lutadores da classe operária, foi então convocada a Conferência Nacional Extraordinária que, em 18 de fevereiro de 1962, reorganizou o partido fiel à tradição revolucionária que a agremiação reformista renegava. Adotaram então a legenda PCdoB para diferenciar-se do agrupamento revisionista, que ficou com a velha sigla PCB. Relançaram o jornal *A Classe Operária*, que há muito fora calado pelos reformistas. O histórico jornal foi um dos elementos essenciais da abertura dessa nova etapa na vida do partido, lembra João Amazonas. Tornou-se a tribuna da denúncia

do revisionismo e o instrumento de mobilização e organização para a reconstrução partidária em torno daquele pequeno núcleo de revolucionários inconformados. Foram organizadas livrarias comunistas em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Bahia e outros lugares, e elas rapidamente se transformaram em pólos de difusão e debate das idéias que estavam sendo recolocadas no centro das preocupações dos comunistas. Abriu-se, então, a atual etapa na vida do partido, marcada pelo domínio mais completo da teoria marxista, que revelou-se não só ao nível da teoria, mas também no plano organizativo. É esse domínio mais completo da teoria marxista que explica o fato de que aquele pequeno núcleo de revolucionários pode ser o ponto de partida para a reorganização do movimento comunista no Brasil.

A história das duas agremiações, PCdoB e PCB, nas décadas seguintes, confirma o acerto daquele esforço de reorganização. Particularmente depois de 1964, quando o golpe militar acabou com a democracia limitada que existia no país e iniciou a série de governos dos generais que durou duas décadas. A agremiação revisionista afundou-se no lodo, deixou de lado a luta e chegou a transformar-se em instrumento para a intervenção da ditadura militar de 1964 no movimento dos trabalhadores, como em 1980, quando alguns de seus dirigentes nacionais puseram-se claramente a serviço dos militares, e tentaram convencer os metalúrgicos do ABC paulista a acabar com aquela greve histórica, que impôs uma mudança de rumos à abertura política dos militares. Após a redemocratização dos anos 80, a agremiação reformista foi, cada vez mais, um freio à luta dos trabalhadores, até sua diluição afinal, no Congresso de 1992, quando rasgou a fantasia e aposentou os símbolos da revolução que

ainda mantinha, adotando a denominação de Partido Popular Socialista, PPS.

O PCdoB, ao contrário, enriqueceu sua folha de serviços ao povo brasileiro e à democracia. Sob a ditadura, foi pioneiro na exigência da anistia e da constituinte; organizou a luta contra a carestia; esteve à frente da luta dos trabalhadores, mesmo sob a repressão mais severa; não fugiu à luta pela soberania do país, particularmente em defesa da Amazônia e, depois, contra o projeto neoliberal; esteve à frente da principal resistência armada contra a opressão fascista, a Guerrilha do Araguaia. Muitos revolucionários generosos ficaram pelo caminho, pagaram com a vida a ousadia de sonhar com um mundo mais justo e lutar por ele. Mas o partido cresceu e fortaleceu-se e, ao contrário da agremiação reformista, transformou-se cada vez mais na principal força revolucionária do país, cuja luta tem uma expressão institucional, no Congresso Brasileiro e nos legislativos estaduais e municipais, e de massa, nos sindicatos e no enraizamento popular alcançado pelo partido.

A trajetória da agremiação revisionista deixa a lição de que o revisionismo foi, na verdade, a transição do socialismo para o capitalismo, foi a tentativa de fazer a história andar para trás, como ensina João Amazonas. Mostra que o problema central da derrocada é a questão do partido. Ao abandonar a tradição revolucionária, os revisionistas deram os passos iniciais nesse caminho de volta. A história dos reformistas no Brasil, na União Soviética, e nos demais lugares onde instalaram-se à frente dos partidos de passado revolucionário, ilustra essa verdade ensinada pela vida.

A longa trajetória comunista no Brasil, desde 1922, e particularmente desde 1962, revela o esforço nítido e contínuo de construção de um partido não como um fim em si,

mas como instrumento vivo para a ação revolucionária. Trata-se do esforço da compreensão, e da realização prática, efetiva, da dialética que há entre o movimento e a organização. Não há organização isolada do movimento, e o movimento sem a organização perde o sentido. O domínio cada vez mais amplo e aprofundado da teoria marxista permeia a relação entre estas duas facetas da atividades dos comunistas – nosso movimento só é real e efetivo na medida em que se traduz, simultaneamente, na organização dos trabalhadores e dos revolucionários, e o sentido desse movimento e dessa organização é dado pelo objetivo final a ser alcançado, a destruição do sistema capitalista e da dominação do capital, e a construção de uma sociedade nova.

É para isso que o partido é necessário. A compreensão de que estamos dentro desse processo iniciado em 1922, e de ter assumido o alto custo de corrigir seu rumo em 1962, nos deixa felizes e duplamente orgulhosos.

José Carlos Ruy é jornalista.

Bibliografia

- CARONE, Edgard, *O PCB (1943/1964)*, Difel, São Paulo, 1982.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro - conflito e integração*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1982.
- PCdoB, *Cinquenta anos de luta*, Edições Maria da Fonte, Lisboa, 1975.
- RODRIGUES, Leôncio Martins, "O PCB: os dirigentes e a organização", in Fausto Bóris (org. para o período republicano), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, *O Brasil Republicano*, 3º volume, *Sociedade e Política (1930-1964)*, Difel, São Paulo, 1981.
- VINHAS, Moises, *O Partidão – a luta por um partido de massas, 1922/1974*, Editora Hucitec, São Paulo, 1982.

O caminho é o da luta que continua*

Somos o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, porque no chamado “capitalismo civilizado” a luta de classes continua

ÁLVARO CUNHAL

O nosso XV Congresso constitui uma sólida afirmação do que o Partido Comunista Português (PCP) é no presente e do que se propõe ser no futuro.

Temos consciência de que a luta dos trabalhadores e do povo de Portugal, assim como a luta dos povos de todo o mundo, defrontam neste findar do século XX gravíssimos problemas, uma situação complexa e um difícil e acidentado caminho.

O nosso Congresso não traça nem aponta, porém, uma visão pessimista do futuro. Aponta confiante uma perspectiva e um caminho para ultrapassar a situação atual.

O caminho é o da luta que continua. E o nosso Partido, para corresponder às exigências que a situação imediata e futura comporta, contrariando pressões e desejos para deixar de ser o que é, confirma e afirma, corajoso e confiante, a sua identidade comunista.

Objetivo central: uma viragem democrática

Em Portugal não só se atravessa uma situação particularmente grave como poderá ter desenvolvimentos ainda mais agravantes, se o povo português não puser fim à política de direita desenvolvida pelo governo do PS e não impedir os novos atentados que PS e PSD em con-

junto preparam contra o povo, contra o país, contra a democracia, contra os interesses nacionais.

Já ninguém contesta que o voto no PS traduziu a esperança numa mudança. O PS enganou o eleitorado, e o eleitorado que tinha tal esperança, enganou-se ao votar no PS.

Têm razão aqueles que dizem que a política de direita com o Governo PS é ainda mais perigosa do que a do Governo PSD com Cavaco. Primeiro pelo fato do PS se afirmar um partido de esquerda. Depois pelo “novo estilo” do Primeiro Ministro que sorridente e mediático convida ao diálogo... Embora tapando previamente os ouvidos.

PS e PSD oferecem o carnavalesco espetáculo de exaltadas batalhas verbais, de desacordos, de ultimatos de fim de semana como o dedo no gatilho de pistolas de alarme. Com o estrondo mediático da farsa, procuram esconder a real identidade das suas políticas e os entendimentos já estabelecidos ou em vias de se estabelecerem.

Um e outro estão a serviço dos grandes grupos econômicos. Um e outro defendem a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores. Um e outro fomentam a acumulação de riqueza para uns e o alastramento do desemprego e da miséria.

Um e outro são responsáveis pela destruição da nossa agricultura, da nossa indústria, das nossas pescas.

Um e outro defendem a irresponsável corrida para a Moeda Única que, longe de evitar a marginalização de Portugal, agravará ainda mais a posição de Portugal como país periférico, marginalizado, submetido e submisso às imposições da União Européia e dos Estados Unidos.

E, porque são cúmplices na política, são também cúmplices na proteção recíproca dos abusos, das ilegalidades, da corrupção nas mais altas esferas do poder, procurando paralisar e desautorizar o Ministério Público, os Tribunais, e a sua independência.

E um novo perigo aí está. A “reforma do regime político” com a qual PS e PSD visam institucionalizar, através da revisão da Constituição e de leis eleitorais antidemocráticas, a partilha do poder entre os dois partidos num sistema de alternância, ora um, ora outro, disputando o poder mas, qualquer deles, a serviço do grande capital.

Esta política não serve nem ao povo nem ao país. Prosseguindo conduzirá a um verdadeiro desastre nacional. É imperioso lutar para pôr-lhe fim e assegurar um Novo Rumo para Portugal.

Os trabalhadores, o povo, a democracia e Portugal precisam de um governo democrático com uma política democrática, precisam de um governo patriótico que, ao contrário

* Intervenção de Álvaro Cunhal, membro do Comitê Central, durante a realização do XV Congresso do Partido Comunista Português, na cidade do Porto, de 6 a 8 de dezembro de 1996.

do atual, que se põe de joelhos ou de cócoras na União Européia e nas relações com os Estados Unidos, esteja de pé na cena internacional defendendo com brio, dignidade e coragem os interesses portugueses.

Mentem os que propagandeiam que não existe qualquer outra política capaz de resolver os problemas do povo e do país.

Por mais que PS e PSD queiram impedir que o povo a conheça, tal política existe. O nosso XV Congresso aqui está para confirmá-la. É a política que o PCP propõe ao povo português e da qual os documentos do Congresso indicam as linhas fundamentais.

A vida tem demonstrado e setores cada vez mais amplos da população reconhecem que mesmo na oposição o PCP é um partido insubstituível, necessário, indispensável ao povo, à democracia, a Portugal. E a vida tem mostrado mais. Tem mostrado ano após ano que, sem o PCP, e muito menos contra o PCP não é possível pôr fim à política de direita e alcançar uma viragem democrática na política nacional.

E cabe acrescentar ainda algumas palavras sobre esta matéria.

Tal como nas autarquias, os comunistas têm demonstrado sua superior capacidade de dirigir o poder local democrático, tal como na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, os comunistas têm

mostrado a sua superior competência para apresentar soluções para os problemas. Também no que respeita ao governo, no dia em que o povo o quiser, repito, no dia em que o povo quiser, e esse dia chegará, os comunistas estarão preparados e inteiramente capazes de assumir as mais altas responsabilidades.

A luta: o caminho

Põe-se então uma questão: dado que os dois partidos até hoje mais votados – PS e PSD – se identificam e se entendem na realização da política de direita, não será ilusório pensar que é possível a viragem democrática que o PCP defende?

A nossa resposta é clara: a derrota da política de direita e uma viragem democrática é não só necessária mas possível.

Recorde-se que também era opinião muito generalizada não ser possível correr do Governo do PSD e de Cavaco Silva.

O nosso Partido confiou na luta, teve papel determinante na grande movimentação de massas, no isolamento social e político do governo, e finalmente na sua derrota eleitoral.

Assim como foi possível com a luta conduzir à derrota o governo do PSD, assim é possível com a luta conduzir à derrota o governo do PS.

A verborrêia demagógica não será bastante para convencer o povo. Dadas as conseqüências desastrosas da sua política, o governo do PS defrontará inevitavelmente uma crescente onda de luta popular, sofrerá a redução da sua base de apoio social e político, ficará, tal como o

governo de Cavaco, cada vez mais isolado e acabará finalmente por ser derrotado nas urnas... Se o não for antes.

Impulsionar, desenvolver, dinamizar a luta com esse objetivo é (como o nosso XV Congresso está a definir) a nossa tarefa política central na atual situação.

Intensificar as iniciativas dos nossos eleitos na Assembleia da República, nas Autarquias, no Parlamento Europeu. Preparar desde já

a grande batalha das eleições autárquicas de 1997.

E (como direção determinante) promover a luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios empresários, dos reformados, dos deficientes, da juventude, das mulheres, dos mais variados setores sociais atingidos pela política de direita. Contribuir para reforçar, dinamizar os movimentos e organizações unitárias de massas com relevo para o movimento sindical unitário. Reforçar e ampliar os laços de cooperação e ação com todos os setores democráticos empenhados numa viragem democrática.

Nenhum outro partido respeita mais rigorosamente a legalidade democrática seja nas instituições seja nas mais diversas formas da luta popular.

E bem podem acusar de “subversivo” ou de “agitação” o exercício de liberdades e direitos de manifestação, de reunião, de organização, de opinião. Bem pode esta ou aquela autoridade pretender, como recentemente se viu em Lisboa, impor a proibição de manifestações de rua que, como se sabe, devem ser comunicadas, mas não carecem de qualquer autorização.

Ninguém espere que o nosso Partido peça autorização para exercer os direitos e liberdades que a legalidade democrática lhe confere. O nosso XV Congresso confirma que o nosso Partido não aceita nem aceitará renunciar a tais direitos e liberdades, a separar-se das massas, lembrando mais que, numa democracia e no futuro, “é o povo quem mais ordena”.

Temos constantemente lutado no terreno em que a direita nos quer fixar como terreno exclusivo do confronto político. Terreno da mentira, da calúnia, de campanhas obrigando constantemente a desmentidos e desviando as atenções das realidades e conseqüências da política de direita.

A realidade mundial mostra que o capitalismo não só é incapaz de resolver os mais graves problemas da humanidade, como os agrava

Cada vez mais temos de obrigar a direita a travar o confronto no nosso próprio terreno. O terreno da verdade dos fatos. Da explicação dos fenômenos e atitudes. Do conhecimento e difusão das reais situações. Dos interesses concretos dos trabalhadores, do povo, do país. Das soluções que propomos. Da ligação estreita e atuante com as massas populares, com os seus interesses, problemas e aspirações.

No terreno escolhido pela direita somos muitas vezes obrigados a uma posição defensiva. No nosso terreno, passando à ofensiva e colocando a direita em posições desfavoráveis, temos alcançado e podemos continuar a alcançar êxitos consideráveis.

É um caminho que exige respostas prontas. Com objetivos imediatos a curto e a médio prazo. São direções e dinâmicas variadas que comportam, além dos seus objetivos específicos, a difícil tarefa de transformar o apoio social e mesmo o apoio político em apoio eleitoral.

Já no próximo ano teremos as eleições autárquicas. Será uma grande batalha. Os seus resultados terão profundas repercussões na evolução ulterior da situação. Travaremos essa batalha com a nossa forma própria de estar na sociedade: o falar sempre a verdade para o povo, o prometer para cumprir e cumprir o que promete.

Com esse objetivo concentramos forças, energias, capacidades

e recursos. Não apenas para manter posições, mas para reforçá-las. Temos força, influência e determinação bastante para consegui-lo.

O futuro: o socialismo

A tarefa política central na situação presente é a luta por uma viragem democrática. Mas o nosso horizonte e a nossa perspectiva são

dades e injustiças sociais dos terríveis flagelos do capitalismo.

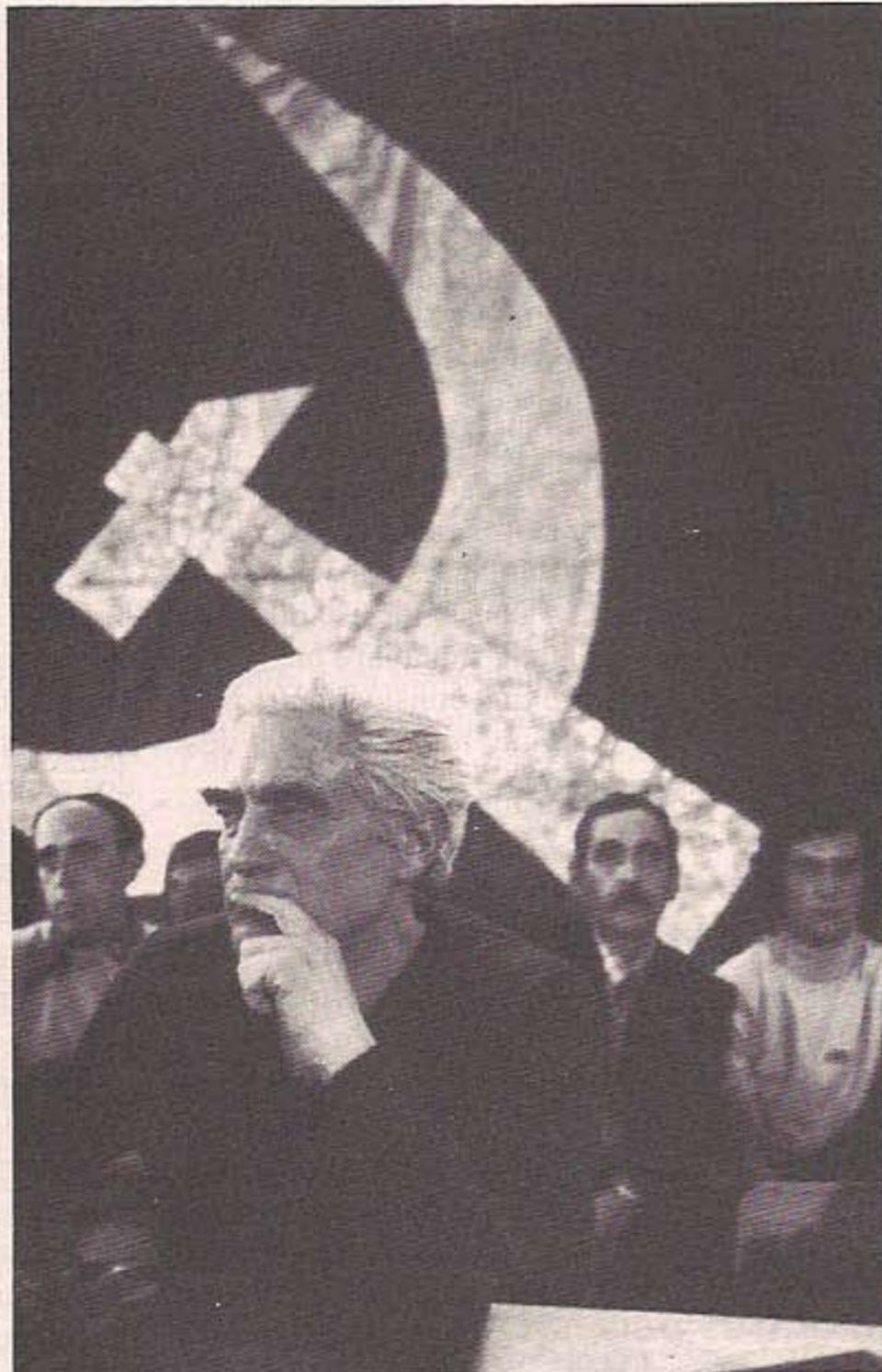
Combatemos as concepções, campanhas, tendências e teorizações que visam criar a idéia de que o capitalismo é um sistema superior e final, de que a desagregação da União Soviética mostra o fim de uma utopia e o fracasso e a inviabilidade do socialismo.

A realidade é outra.

A realidade mundial e a realidade nos países capitalistas está mostrando que o capitalismo, pela sua própria natureza exploradora, opressora e agressiva, não só se mostra incapaz de resolver os mais graves problemas da humanidade, como os está agravando, no quadro das insanáveis contradições que se aprofundam na crise geral do sistema.

É inevitável um recrudescimento da luta dos trabalhadores, um novo ascenso de lutas revolucionárias, novos movimentos de libertação social, política, cultural e nacional, revigoração do movimento comunista e revolucionário mundial, novas revoluções socialistas, tendo como objetivo fundamental a construção de uma sociedade melhor, uma sociedade socialista.

Em todo o mundo, a luta por tal objetivo recebeu inspiração, força e confiança na Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, cujas realizações, conquistas e experiências, e cuja influência no desenvolvimento e vitórias da luta libertadora dos tra-



Álvaro Cunhal

mais largos. A luta por soluções a curto e a médio prazo não contradiz, antes, é um elemento constitutivo da luta por uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem, das grandes desigual-

balhadores e dos povos de todo o mundo, é incontestável. Continuamos a considerar a Revolução de Outubro e a construção do socialismo na União Soviética como fazendo parte do patrimônio e experiência histórica de valor universal.

Ao longo do século XX multiplicaram-se as revoluções socialistas e nacional-libertadoras. As experiências diversificaram-se. Alcançaram grandes vitórias e grandes conquistas para os trabalhadores e para os povos. Ruiu o sistema colonial. Mas o processo universal, que parecia progressivo e ininterrupto, sofreu grandes derrotas e foi obrigado a consideráveis recuos. Por um lado porque o capitalismo mostrou potencialidades que haviam sido menosprezadas. Por outro lado, porque se verificaram fenômenos e evoluções em países socialistas, contrariando objetivos fundamentais sempre proclamados pelos comunistas.

Aprendendo com a experiência, o nosso Partido definiu o seu próprio projeto de uma sociedade socialista para Portugal cujas linhas gerais o nosso Congresso confirma.

A nossa própria experiência das conquistas de Abril mostra, porém, que num processo revolucionário, a intervenção determinante e criativa das massas populares introduz elementos novos e corretores do projeto inicial.

Seria absurdo pensar que para a superação do sistema sócio-econômico do capitalismo existe um "modelo" de processo revolucionário e um "modelo" de sociedade socialista de aplicação e validade universal.

O capitalismo demorou séculos para tornar-se um sistema mundial e teve pelo mundo as mais variadas formas de economia mista e as mais variadas formas de regimes políticos. É previsível (e as experiências do XX reforçam a previsão) que o socialismo e o comunismo venham a ter um percurso histórico igualmente irregular e desigual nos caminhos e nas soluções.

Esta visão da história é, a nosso ver, necessária para a melhor compreensão das experiências passadas e para o melhor ajuizar das experiências presentes e das revoluções socialistas do futuro.

Um dos traços da situação mundial presente é a violenta e brutal ofensiva do imperialismo (intervenções militares, guerras declaradas e não declaradas, bloqueios econômicos, pressões diplomáticas, estrangulamentos financeiros, ações de terrorismo de Estado) para restabelecer e conseguir estabilizar a sua hegemonia mundial e impedir o novo surto que consideramos inevitável na luta revolucionária dos trabalhadores e do povo.

O imperialismo apóia ferozes ditaduras e regimes autocráticos, tudo faz para sufocar e dividir o movimento operário, liquidar os movimentos de sindicais de classe, dividir e abafar as forças progressistas, liquidar, perverter ou

reduzir a uma insignificante influência os partidos comunistas, colocando fim, se pudessem, ao movimento comunista internacional e à perspectiva do seu novo desenvolvimento com outras forças revolucionárias.

E também, com caráter estratégico tentar cercar, abafar, criar

condições para restaurar o capitalismo e impor o seu domínio em países que (com soluções diversas) insistem em definir como sua orientação e seu projeto a construção de uma sociedade socialista.

As forças do imperialismo atingem um cinismo sem limites. Ao mesmo tempo que apóiam os mais sanguinários governos fascistas e autocráticos e que nos seus países abafam as liberdades e a democracia e desrespeitam elementares direitos humanos, invocam a democracia e os direitos humanos para desencadear colossais campanhas e agressões contra outros países.

O projeto e proposta do nosso Partido de uma sociedade socialista para Portugal diferencia-se em muitos aspectos da construção do socialismo proposto ou em curso em outros países.

O nosso XV Congresso confirma, porém, a nossa frontal recusa em participar nas campanhas do imperialismo e a nossa determinação em aprofundar e reforçar os laços de cooperação, solidariedade recíproca e amizade com os partidos comunistas e revolucionários, com os trabalhadores e o movimento operário, com as forças progressistas, com os partidos no poder que insistem no seu objectivo de construir o socialismo nos seus países.

Eles aqui estão representados no nosso Congresso, e aqui os saudamos fraternalmente, assim como saudamos as delegações de partidos comunistas, de outros partidos revolucionários e progressistas, e de organizações e movimentos sociais.

A situação mundial impõe cada vez mais a compreensão, a solidariedade recíproca, ações comuns ou convergentes na luta contra o imperialismo.

O nosso XV Congresso confirma que o PCP continuará a dar a sua contribuição com estes tão imperiosos objetivos.

O projeto e proposta do PCP de uma sociedade socialista para Portugal diferencia-se em muitos aspectos da construção do socialismo proposto ou em curso em outros países

Renovação comunista

A renovação é um processo contínuo da história de um Partido que, como o nosso, tem 75 anos de existência e de luta. Deu passos mais rápidos nos últimos três congressos. Dá novos passos neste nosso XV.

Renovação é um conceito muito vasto que envolve aspectos diversos.

Para o nosso Partido na hora presente é antes de mais o rejuvenescimento. Das fileiras e dos quadros.

É enriquecer os efetivos com milhares de jovens que vêm ao Partido e à Juventude do PCP (JCP). É enriquecer o Partido com quadros jovens que assumem novas responsabilidades em todos os níveis da organização.

É também ultrapassar discriminações e preconceitos, e conseguir que cada vez mais mulheres venham ao Partido e atribuir a elas maiores responsabilidades, porque é preciso que se ganhe firme consciência de que as mulheres são tão capazes como os homens de assumir quaisquer responsabilidades e funções na sociedade e no Partido.

Renovar não é substituir por substituir. Não pode significar a adoção de critérios rígidos que levem à soluções não vantajosas para o Partido e injustas para quadros valiosos. Exige que se precedam as decisões de consultas fraternas dos próprios e dos camaradas que com eles trabalham. Que o respeito político seja também respeito humano. E que seja mais aberto no reconhecimento de deficiências e erros coletivos e individuais.

Renovação é também por parte de quadros dirigentes mais idosos, e muitos são, após dezenas de anos de provas exemplares de capacidade, coragem e heroísmo, a compreensão da necessidade de dar lugar a quadros mais jovens, com novas experiências e mais largo futuro, ao mesmo tempo que eles próprios continuam e continuarão, como co-

munistas que são, a militar ativamente, sempre com o Partido, com os trabalhadores, com o povo a que pertencem, com o qual sempre viveram e sempre lutaram e com o qual viverão e lutarão até ao fim dos seus dias.

Renovar não é apenas rejuvenescer as fileiras e os quadros. É também dar respostas novas às novas situações, aos novos acontecimentos, é ter em conta as mudanças, é proceder constantemente à análise

das realidades, é encontrar os métodos e formas de organização, de comunicação, de propaganda, de intervenção e de luta adequadas às exigências de situações concretas.

Mas que se desiludam os que gostariam que a renovação do PCP significasse uma mutação da sua identidade.

A renovação no PCP é uma renovação comunista. Dá-se não para que o PCP deixe de ser o partido comunista que é, mas para que possa continuar a ser. Não apenas nos tempos próximos, mas num mais largo futuro.

O grande colectivo partidário, a elevada consciência de classe das organizações e militantes, é a melhor garantia de que as conclusões, orientações, princípios ideológicos, linhas de ação, traços fundamentais da identidade do Partido definidos neste XV Congresso, serão assegurados tanto na ação imediata como no futuro.

A identidade do PCP

Todos nos lembramos da peremptória proclamação de Mário Soares, repetindo uma consigna

mundial dos ideólogos do capitalismo, de que o comunismo tinha morrido e de que o PCP estava também condenado à morte próxima. Todos nos lembramos das pressões,

das tentativas e ameaças de exclusão institucional para que o PCP desistisse de ser comunista.

Afinal vê-se que ser comunista, em vez de morte, dá vida. Que afinal o PCP está vivo, forte e cheio de saúde. E que está unido em contraste com outros

partidos agitados por conflitos, rivalidades e bagunças internas. Que está dinâmico e ligado às massas. E que, desmentindo os bruxos da nossa praça, em vez de diminuir está aumentando a sua força, a sua influência, o seu prestígio.

A que se deve essa realidade para a qual não encontram explicação os que anunciavam a morte próxima do PCP?

Deve-se, em medida decisiva, ao fato do PCP reafirmar e afirmar criativamente a sua identidade comunista.

A definição da identidade comunista que consta na proposta da Resolução Política não é apenas um ponto entre dezenas de outros pontos da Resolução. Não é uma definição conjuntural. É uma definição essencial, fundamental, determinante de todas as orientações e decisões políticas, ideológicas, orgânicas, de quadros, de distribuição de forças, de dinâmica de ação, de ligação com o povo, de alianças sociais e de unidade com outras forças políticas.

Somos o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, porque no chamado “capitalismo

**Somos um partido
que insiste
na construção de uma
sociedade onde
se elimine a exploração
do homem
pelo homem, uma
sociedade
socialista, o que exige
combatermos
a ofensiva ideológica
do capitalismo**

civilizado” a luta de classes continua e, apesar das alterações da composição da classe operária e da própria composição social da sociedade, a classe operária e os trabalhadores continuam a ter necessidade de um partido independente dos interesses, pressões e ideologia do grande capital. Necessidade tanto maior quanto é certo que, partidos e organizações corporativas, ideólogos e propagandistas do grande capital, pressionam para que os trabalhadores desistam de ter o seu partido e os seus sindicatos de classe e aceitem transformar as suas organizações políticas e profissionais em organizações de “cidadãos”.

Nós, comunistas, defendemos os direitos dos cidadãos. Vivemos numa sociedade na qual há classes sociais que exploram outras classes sociais que são exploradas, que a luta de classes é uma realidade objetiva e a política de classe do Governo outra realidade objetiva. O PCP não é, por exemplo, o defensor dos interesses dos cidadãos Espírito Santo, Champalimaud e Mellos contra os cidadãos operários e outros trabalhadores, mas o defensor dos cidadãos operários e outros trabalhadores contra os seus exploradores – os cidadãos Espírito Santo, Champalimaud, Mellos e outros tais.

Somos um partido que, aprendendo com a vida, com a experiência, com as vitórias e derrotas, insiste no objetivo, que o caracteriza e distingue, de construção em Portugal de uma sociedade onde se elimine a exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista, o que exige combatermos a ofensiva ideológica do capitalismo, que pretende demonstrar que o capita-

lismo se tornou um sistema civilizado superior e final.

Somos um partido portador de uma teoria revolucionária que inspirou os comunistas e outras forças revolucionárias ao longo do século XX, o marxismo-leninismo, teoria que não só explica o mundo como indica como transformá-lo, ao contrário do chamado “pensamento único” e o chamado “fim das ideologias” com

Somos um Partido portador de uma teoria revolucionária, o marxismo-leninismo, que não só explica o mundo como exige sua transformação

que as forças do capital pretendem impor a sua visão de classe e a sua ideologia.

Somos um partido com ímpar democracia na vida interna, com os grandes valores do trabalho coletivo, da direção coletiva, da participação efetiva dos militantes nas decisões e não a falsa democracia de outros partidos em que, depois de uma luta de galos pelo poder, o chefe é quem pensa, o chefe é quem decide, o chefe é quem manda, e aos militantes resta o papel passivo de apoiar ou não apoiar, de votar a favor ou contra.

Democracia interna que significa serem características da vida partidária os direitos dos militantes de defender livremente as suas opiniões, de criticarem, de serem consultados quando a consulta é obrigatória, de serem respeitados, de não sofrerem injustiças e imposições autoritárias.

Somos um partido simultaneamente patriótico, defensor desde sempre dos interesses nacionais e da soberania e independência nacionais, e um partido internacionalista, que tem, como princípio e prática, a ativa solidariedade para com os trabalhadores, os povos em luta pelos seus justos direitos, para com as forças políticas e sociais em luta contra o imperialismo.

As campanhas, as mentiras, as calúnias, as intrigas, as falsificações da história, as pressões ideológicas e políticas continuam e vão continuar. O nosso XV Congresso dá a resposta ao que elas têm sido e prepara a resposta ao que previsivelmente elas continuarão a ser.

O PCP é um grande coletivo militante, com vontade própria e poder de decisão. Tal como este grande coletivo combateu no passado e combate hoje todas as pressões, campanhas, para deixar de ser o que é e quer ser, assim combaterá com a firmeza comunista, com a convicção comunista, com a coragem comunista, quaisquer novas pressões, ameaças e campanhas que as forças do capital e seus partidos, propagandistas e agentes continuarão certamente a desenvolver.

Aqui no nosso XV Congresso, brilha a bandeira vermelha que, segundo a canção, já na Idade Média era símbolo dos explorados em luta contra os opressores. Brilham a foice e o martelo, símbolo histórico da aliança do proletariado com o camponato. Ouvimos a Internacional, símbolo da solidariedade internacionalista dos comunistas e dos trabalhadores em geral.

Aqui no nosso XV Congresso está presente, nos conceitos, nas orientações, nas decisões, o patrimônio de luta e dos objetivos pelos quais os comunistas lutaram ao longo dos 75 anos de luta do seu Partido.

Dando respostas novas com espírito criativo, antidogmático, às novas situações, fenômenos, mudanças, exigências da vida, o XV Congresso está confirmando e afirmando o PCP como o partido revolucionário que sempre foi, como um grande, fraterno e unido coletivo de homens, mulheres e jovens, livres e participantes, empenhados na luta pelos objetivos e ideais comunistas pelos quais, como a vida confirma, vale a pena lutar.

A refundação comunista na Itália*

Para os comunistas italianos, a saída é ir adiante na conquista de espaços mais avançados de consenso entre as forças fundamentais da renovação e do progresso

ARMANDO COSSUTA

Farei apenas três ordens de considerações: sobre nosso partido, sobre o governo Prodi, sobre as relações com a esquerda.

Em primeiro lugar quero ressaltar que com este nosso III Congresso damos um grande passo avante. Não só pelo aumento no número de filiados, não só pela votação obtida, pelo enraizamento na sociedade e nas instituições, o que é evidente para todos. Destes resultados estávamos seguros. Nunca tive dúvidas sobre o êxito de nossa empreitada, desde os primeiros momentos, quando poucos de nós nos reuníamos naquela pequena saleta em Rimini, nos primeiros dias de fevereiro de 1991. Os resultados apontados já eram, então, objetivos que sabíamos ser realizáveis. E foram realizados. Não é necessário insistir sobre isso. Quando falo de um grande passo adiante me refiro ao fato de que alcançamos esses êxitos porque, enfim, nos transformamos realmente num partido político, melhor dizendo, numa organização que não faz apenas propaganda de seu grande ideal, e que, muito menos, se contenta apenas em ser testemunha de uma visão, de uma exigência, de uma intenção de transformar esta sociedade injusta dominada pelo capitalismo. Não. Somos uma força que raciocina e age politicamente, que influi nos resultados, que tem

papel incisivo: uma verdadeira e real força política. Disso nos dá provas tudo que alcançamos, indicativo de nossa presença ativa nas lutas sociais e nas instituições democráticas.

Mas este resultado, esta transformação em força política, que faz política, que contribui a determinar a política, não eram favas contadas, visto terem sido enormes as dificuldades que nos rodearam quando fomos compelidos a nascer e viver: dificuldades objetivas, independentes de nós, e dificuldades subjetivas, que estavam em nós próprios – nos modos de ser, de pensar e de agir de muitos de nossos companheiros. Havia muito entusiasmo, muita paixão e dedicação mas, também, muita confusão pelos diferentes percursos de cada um de nós. Eram frequentes as fáceis ilusões e tantas simplificações. Vocês são testemunhas do que digo. E podemos falar disso hoje com tranquilidade, ainda que com plena consciência crítica, porque registramos, aqui e agora, com o nosso sucesso, a força de poder oferecer perspectivas políticas válidas e reais para nosso povo e nosso país.

O certo é que crescemos muito rapidamente. Inclusive porque houve fatos que nos impeliram a fazer, rapidamente, nossas opções. Uma força política conquista prestígio e consenso se sabe fazer escolhas, se sabe se posicionar. Fazer política, ao

final das contas, significa fazer opções. As nossas posições se demonstraram justas, uma após a outra, inclusive quando, para assumi-las, não hesitamos em tomar decisões complexas, de difícil trânsito. Mesmo para nós próprios, no interior do partido: lembrem-se das vicissitudes, das crises dos grupos dirigentes, primeiro na própria secretaria do partido e, depois, mais recentemente, na bancada parlamentar? Parecem fatos remotos, e não obstante são crônicas recentes, de ontem, de anteontem. Decisões e opções difíceis sobretudo para fora do partido e, assim mesmo, posições ao mesmo tempo simples para nós, porque é com a mesma coerência e com a mesmíssima bússola que determinamos nossas posturas e soubemos e pudemos, portanto, dizer não ao governo Dini e depois dizer sim ao governo Prodi. Duas posições diversas, opostas, mas ambas coerentes, baseadas na mesma linha, válida num e noutro caso porque fundada sobre o binômio indissolúvel que tenazmente quisemos construir e no qual continuamente nos inspiramos: o binômio autonomia e unidade.

Como dizia, então, podemos ser bem afirmativos quanto a termos dado, com este nosso III Congresso, um grande passo adiante, principalmente no que diz respeito a essas características do partido como força política.

* Intervenção do Presidente do Partido da Refundação Comunista da Itália, Armando Cossuta, durante a realização do seu III Congresso, em Roma, em dezembro de 1996.

O debate que se desenvolveu nas bases registrou dois dados muito significativos: primeiro, o número de participantes relativamente superior a qualquer outro momento; segundo, porque as próprias bases do partido tomaram as decisões. Foram os filiados que direta e soberanamente, sem delegações nem mediações – e, portanto, nas conferências de base e não mais nas conferências intermediárias (provinciais, estaduais), onde costumam prevalecer as mediações e delegações – que decidiram a política a ser adotada, e o fizeram se posicionando entre duas opções, francamente contrapostas entre si, e por isso, pela própria contraposição, tomaram posição clara, sem equívocos.

Há companheiros, inclusive nesta plenária, que estavam preocupados por debater, decidir e votar no auge do debate sobre a lei do orçamento. Preocupação compreensível e legítima, mas que se revelou infundada. Melhor que isso, foi o próprio confronto vivo, em tempo real, entre a discussão nas bases e aquela no Parlamento e junto à sociedade, que tornaram ainda mais relevante a força, a validade, a incisividade da posição que cada um foi chamado a defender. Posição obviamente não técnica nem administrativa já que por trás desse debate e com a lei do orçamento – uma lei cheia de sombras, de limitações e erros mas, ainda assim, marca distintiva da nossa intervenção contra as tendências predominantes no passado italiano e no presente europeu – emergiram concretamente e foram postas abertamente em campo as diversas posições políticas presentes nas nossas fileiras: sobre a desistência (retorno à oposição), sobre o governo, sobre os programas. Polêmica, por isso, em um par de meses de debate muito intenso, que abarcou simultaneamente o passado, o presente e o futuro da política do partido. Polêmica sobre a natureza, o papel, o destino do partido, sobre a composição dos

núcleos dirigentes. Polêmica que contrapôs lealmente, mesmo que as vezes asperamente, companheiros entre si. Agora podemos dizer que todos sabemos melhor que antes aquilo que somos e o que queremos. Nós todos, mesmo que nem todos estejamos de acordo. Todos, porque cada um pôde dizer aquilo que pensa. E hoje podemos bem julgar o resultado de nosso debate. Verificou-se que há uma larga maioria, e que há uma minoria respeitável. Agora é imprescindível que a maioria tenha uma visão realista acerca da minoria, de sua consistência, de seus argumentos, de suas razões. E é imprescindível que a minoria reconheça e aceite lealmente a vontade da maioria. Maioria e minoria têm, a partir de hoje, um propósito comum: aplicar a linha política e estratégica decidida pelo Congresso. Esta será, doravante, a linha de todo o partido, e deverá ser aplicada e desenvolvida por todos os companheiros. Naturalmente, permanecem as diferenças e as distinções, mas não mais os agrupamentos. Continua o debate, com plena liberdade, no pleno e límpido respeito à concepção pluralística que caracteriza a natureza de nosso partido, mas cessam as oposições prejudiciais e a fidelidade de tendência. A partir de hoje novas maiorias nascem, se compõem e decompõem, mas partindo do pressuposto comum, já clara e democraticamente estabelecido, de que a linha e a estratégia do Partido da Refundação Comunista são as que foram decididas pelo Congresso.

De outra parte – e este é o segundo ponto sobre o qual quero deter-me – não podemos nos atrasar nem sequer um instante sobre aquilo que é o cotidiano político. Há coisas urgentes, numa situação que permanece tensa e atualmente muito confusa. Não volto a falar do que já foi dito muito claramente por Bertinotti e por outros companheiros acerca da anomalia da nossa situação política, a de

uma maioria parlamentar conquistada bem sabemos como e a de nossa própria situação dentro dela. É esta anomalia que freqüentemente gera profunda confusão. Confusão até mesmo entre os companheiros da nossa atual minoria, marcados por um histórico, consolidado, imutável e tradicional hábito de não distinguir, não discernir, de pôr sinal de igualdade em tudo, pôr a todos no mesmo plano, com tendência a não se dar conta de que, às vezes, a audácia inovadora dos revolucionários está em saber dizer sim, em vez de apenas dizer sempre o não. Mas além das nossas polêmicas internas, na verdade bastante chatas (e aqui abro um parêntese para perguntar: como podem ainda continuar a retroceder, sem um sopro de autocritica, os que propõem a desistência, como podem não se dar conta do simplismo banal contido na afirmação “retorno à oposição”, sem lembrar que não somos simplesmente portadores de uma posição de apoio ou de oposição ao governo, mas sim sujeitos determinantes para que o governo e a presente legislatura vivam ou morram, determinantes não só no sentido político mas também no sentido numérico, e determinantes como jamais o foi, numericamente, nem mesmo o grande PCI, nem mesmo o PC francês no governo Mitterrand?) quero, fora de nossas polêmicas, sublinhar que é exatamente o não levar em conta séria e definitivamente tal anomalia que conduz continuamente certas forças políticas às idéias confusas e a posições ainda mais confusas. Somos força determinante na maioria e ao mesmo tempo não estamos no governo e nem sequer fazemos parte da Oliva (N.T. Oliva é o nome da coligação eleitoral com que concorreu a Refundação, que incluía também o PDS – Partido Della Sinistra, ex-PCI). É assim. Esta é a realidade. O erro é não ter em conta que as diferenças são tais que não consentem, nem sequer requerem, a presença da

Refundação neste governo. Nenhuma fórmula forçada ou palavra pode anular as diferenças, do que se depreende que não existem hoje condições nem de uma participação no governo, nem de um pacto comum de governo. A propósito, é com esquemas forçados desse tipo que se corre o risco de comprometer o esforço por um empenho solidário acerca de questões sobre as quais é possível e obrigatório encontrar um acordo.

Não insistirei mais sobre esse ponto. Insisto, por outro lado, sobre a gravidade da tensão que se adensa e que vai adensar-se sobre o cenário político italiano e suas perspectivas. É próprio dos míopes, como se sabe, não conseguir enxergar longe. Agora o risco é que não se consiga nem enxergar perto. Avulta uma ofensiva da direita, está em curso essa ofensiva pesada, massiva, grave. Este é o traço mais saliente da situação atual. Esta ofensiva atropela de maneira atrevida, no limite do que é lícito e suportável, a questão econômica e põe em campo a vontade ilimitada por parte da direita de defender, a todo custo, seus privilégios e riquezas. Atropela atualmente as instituições e o ordenamento democrático. Não é mais o costumeiro e recorrente ataque das classes dominantes. O que há hoje é algo profundamente diverso. É a própria identidade nacional de país democrático que pode ser devastada. A dramaticidade da crise nacional não reside tanto na enormidade do déficit público, quanto na progressiva queda livre, numa espécie de “buraco negro”, que parece capaz de arrastar em sua voragem cada tentativa de mudança e de reconstituição da identidade nacional em bases novas e partilhadas, de algum modo transparentes e democraticamente controláveis. O risco de uma desagregação nacional e de uma derrapagem rumo à formas de autoritarismo oligárquico é cada vez maior. A “secessão” do Norte, mais que uma simples ameaça de Bossi, é

a ruptura de todo onexo entre Norte e Sul, a impossibilidade de conferir ao dualismo estrutural uma saída produtiva nos marcos de uma estratégia europeia. Desse modo, bem vistas as coisas, trata-se não apenas da falência do tradicional meridionalismo das classes dirigentes, mas a explicitação de uma espécie de divórcio das “elites” com respeito ao tema da solidariedade entre o Norte e o Sul da Itália, que é o que rege a questão da identidade nacional.

A rudeza, o peso do ataque que comungam a Confindustria e a Liga Norte, empresários e aproveitadores, produtores e evasores, corruptos e corruptores, todos aqueles que são ou que se consideram ricos, todos os que possuem e querem poder conservar a unhas e dentes seus privilégios, não têm encontrado a resposta política adequada. O risco é de um pavoroso retrocesso. O governo oscila, vacila, não consegue compreender, ou quem sabe não quer compreender, que a saída para o país e para sua própria sobrevivência e fortalecimento, não está na simples (e demasiadamente propalada) exaltação de seus feitos e de suas obras, as quais, por sua vez, têm desgostado não apenas os ricos e poderosos adversários. O governo sequer consegue satisfazer os amigos, como parece ser o caso da “insatisfação” de que fala hoje Massimo D’Alema (N.T. dirigente do PDS). Diante disso, imagine-se então o tamanho de nossa insatisfação! E muito menos a saída para o governo Prodi pode estar na proposta de compromissos que, manifestando-se sobre bases deterioradas, acabam por agravar a fratura da consciência civil do país, quando deveria estar bem claro que é exatamente sobre a consciência ci-

vil de nosso povo que se deveria investir na tentativa de impedir que se fortaleça uma direita perigosamente ofensiva, sem escrúpulos, hoje mais perigosa que ontem. Será que realmente o governo

pretende insistir num compromisso, num acordo de comprometimento diante das câmaras de televisão? Correndo o risco de perder a confiança da nação, arriscando nunca mais

conseguir reunir, sobre tal tema, uma “confiança” no Parlamento?

A saída não é nem a de marcar passo, nem a de endurecer (o que não leva a nada dado que as forças de sustentação estão rachadas pela ação dos quinta coluna que agem a partir de dentro). A saída é ir adiante; sim, ir adiante, na conquista de espaços mais avançados de consenso entre as forças fundamentais da renovação e do progresso, entre as massas trabalhadoras e entre os setores médios, entre as mulheres, entre as forças culturais sempre vivas da nossa democracia, entre o exército imenso de rapazes e moças. Marchar adiante, pondo ao centro, ou melhor, pondo em primeiríssimo plano, o tema do trabalho. E para isso é necessário livrar-se, excelentíssimo Prodi, do antigo erro, do erro de sempre, que é aquele que diz: primeiro o sacrifício e depois... E depois nada! Não bastam mais os panos quentes para fazer frente à crise ocupacional da época em que vivemos. E nada, digo absolutamente nada, deve caminhar na direção que querem os moderados e os reacionários, que é a de uma inaceitável e inadmissível redução da condição social. Ao invés disso, deve pôr-se em cena uma ação séria e contínua; é indispensável agir, de uma parte, pela conquista de postos de trabalho e, por

O III Congresso é um grande passo adiante, principalmente no que diz respeito às características do partido como força política

outra, pela exigência de amplos recursos, ao menos através do combate às evasões fiscais, amplos recursos para permitir um passo adiante e não atrás, um salto inovador no estado social.

Em terceiro lugar, para finalizar, direi que se pode até compreender como esta linha – em todo caso a única capaz hoje de salvaguardar uma perspectiva democrática para o país – seja controversa no interior de um governo que é expressão de forças

sociais, culturais, políticas em larga medida moderadas. O que não se compreende é quando o PDS faz referências à reunificação da esquerda. Contudo uma reflexão crítica deveria ser já madura por parte da esquerda sobre os erros do passado. E ao invés disso se assiste a uma proposta que está apontando para um sentido oposto àquele que seria necessário e possível. Não me refiro ao extenso revisionismo histórico, cômico se não fosse trágico. Não aceitamos distorções da história e dos valores que a permearam: hoje caminhamos no sentido de reafirmar nossa indestrutível consciência antifascista em solene delegação diante do símbolo por excelência do martírio e da luta pela liberdade, com uma delegação do Congresso à *Fosse Ardeatine* (N.T. Local de mineração em Roma onde, em 1944, foram chacinados e enterradas 335 pessoas entre combatentes da Resistência antifascista, cidadãos italianos e judeus. A chacina foi ordenada por Hitler em represália ao ataque da Resistência que vitimou soldados das tropas alemãs: a ordem foi de 5 vidas para cada soldado alemão). Nem falo, portanto, disto, falo sim da já prevalecente crítica da direita à política daquele que foi o grande Partido Comunista Italia-

O risco de uma desagregação nacional e de uma derrapagem rumo a forças de autoritarismo oligárquico é cada vez maior

no. Criticam-se pessoas e posições que, ao inverso (penso em Togliatti de 45-48, ou no Berlinguer de 74-77) deveriam encontrar uma apreciação crítica de sentido bem diverso. Falo daquela que aparece como uma antiga “maldição” que parece inevitavelmente pesar sobre a esquerda quando, em vez de procurar avançar

em suas possibilidades de crescimento – determinando, com isso, o avanço de toda a sociedade –, ela se atrasa, estaciona, quase se assustando com a própria força e suas potencialidades. Termina por retroceder, por ser derrotada inexoravelmente, e isto a história já deveria ter ensinado a todos.

É por isto – também por isto – que não são aceitáveis as indicações do PDS pela unificação das forças de esquerda sob um signo moderado. Terminaríamos achatados por essas forças, amalgamados em uma massa única, numa composição na qual as tendências antagonistas seriam privadas de visibilidade e de poder de ação política, inertes, simples testemunhas passivas diante de uma realidade que exige efetivamente um papel antagonista. Uma visão e uma ação antagonista é uma exigência objetiva, e objetivamente necessária, se não por outros motivos, exatamente porque opera dinamicamente em contraponto à involução moderada. É uma exigência necessária não só para nós mas para toda a sociedade, uma exigência que fez de nós aquilo que somos. Numa única formação política, dominada pela tendência moderada, ainda que genericamente de esquerda, tudo se achataria e terminaria por impedir, de fato, cada efetiva esperança de batalhas por transformações. Nós batalhamos pela superação do capitalismo. Ai de nós se assim não

procedêssemos! Somos uma esquerda antagonista, ai se não o fôssemos! A presença de duas esquerdas diversas entre si é enfim um fato; pode ser motivo não de contraposição mas de uma eficaz competição pela conquista de hegemonia ideológica, cultural, política entre as massas trabalhadoras e entre os jovens, entre a subjetividade potencial de uma batalha por mudanças. Trabalharemos pela competição e não pela contraposição. Encaramos com respeito o que se passa no PDS, suas posições, sua ação, tanto mais se análogo respeito se manifeste da parte deles pelos nossos próprios fatos e posições. Mas não compartilhamos de sua opinião. O PDS trabalha pela “Coisa 2”? Refundação Comunista é outra “coisa”. Divergimos. Não nascemos para viver como aqueles que crêem estar vivos só porque sobrevivem. Nascemos e vivemos para transformar, para marchar adiante, para construir com um projeto ousado as condições de uma nova sociedade, zelosos e firmemente convictos da nossa indispensável e autônoma radicalidade; e, com sensatez e infinita sabedoria, buscamos nossa unidade.

Sentimo-nos portadores de uma grande inovação na inspiração, na cultura, na praxis que caracterizaram a história revolucionária e, portanto, a história inteira deste século; é neste modo vivo, criativo que escutamos o chamamento de Marx, não órfãos do passado, mas radicados no presente, projetados no futuro. Ouvimos seu chamado e queremos ser protagonistas do mais árduo dos empreendimentos que se possa conceber – nele queremos atuar, neste fim de milênio, nesta parte do mundo. Escutamo-lo e por isso queremos ser os protagonistas, os construtores da Refundação Comunista.

Este artigo foi traduzido por Walter Sorrentino.

Timor-Leste e o Prêmio Nobel da Paz 1996

A concessão do Prêmio Nobel da Paz ao bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, dirigente da resistência timorense, trouxe a questão do Timor para a agenda internacional

ALDO ARANTES

O Timor-Leste é uma ilha situada ao norte da Austrália, com um território de 18.899 km². Sua população, em 1990, era de pouco mais de 700 mil habitantes. A língua nacional é o tetum, mas falam-se vários dialetos. O português é falado por segmentos cada vez menores da população, em decorrência de sua proibição e da repressão cultural empreendida pela Indonésia. Mais de 90% dos timorenses são de religião católica, enquanto na Indonésia predomina a religião muçulmana.

O Timor-Leste foi, durante quase 500 anos, colônia portuguesa. Os portugueses ali chegaram em 1515, ocupando a parte leste da ilha. Em 1651 os holandeses ocuparam a parte oeste e as demais ilhas da região. No final da Segunda Guerra Mundial a Indonésia declara a sua independência e incorpora a parte oeste do Timor ao seu território. Entre 1945 e 1974 a Indonésia afirmou à ONU não ter qualquer reivindicação sobre o território do Timor-Leste.

As riquezas naturais do Timor, certamente, explicam parte das dificuldades para sua autodeterminação. A costa do Timor é rica em petróleo. As reservas são calculadas em aproximadamente 5 bilhões de barris, localizadas na região marítima entre o Timor-Leste e o norte da Austrália, conhecida como Fossa de Timor. Por outro lado o Timor-

Leste tem grandes reservas de gás natural, mármore e manganês.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, Portugal entrega à ONU um memorando afirmando sua disposição de cooperar com a independência das ex-colônias. Em 30 de setembro de 1965 um golpe militar derrubou o Presidente Sukarno, da Indonésia, provocando um verdadeiro genocídio. Segundo dados da Fundação Britânica Lord Russel, em apenas três meses foram assassinados mais de um milhão de pessoas. Instalou-se uma sangrenta ditadura que tem se mantido na base da violência e da repressão.

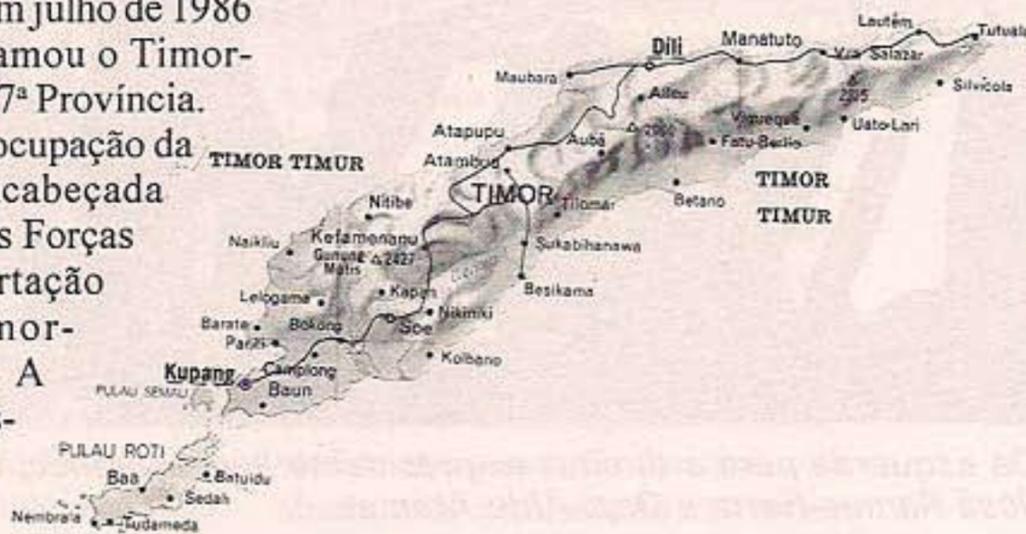
Em novembro de 1975, após uma guerra civil de um mês, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin) tomou o poder e declarou a independência da região. No mês seguinte, sob pretexto de acabar com a guerra civil, forças indonésias invadiram o País e o ocupam desde então. Em julho de 1986 a Indonésia proclamou o Timor-Leste como a sua 27ª Província.

A resistência à ocupação da Indonésia foi encabeçada pela Fretilin e pelas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Falintil). A amplitude da resistência demonstrou a determinação

desse povo de não aceitar o seu genocídio físico e cultural e de lutar pela sua identidade, pela conquista de sua autodeterminação e independência de sua pátria.

A Indonésia enfrenta uma resistência que não esperava e radicaliza em sua violência. Em 1977 utilizou napalm (bomba incendiária e lança-chamas) e fósforo branco (veneno químico violento), contra as áreas de resistência. Em 1979 as autoridades indonésias declararam que controlavam todo o País, acreditando que a Fretilin estava derrotada. No entanto a resistência guerrilheira ressurgiu das montanhas e matas liderada por Xanana Gusmão.

No final de 1980 foi constituído o Conselho Nacional da Resistência Maubere, que engloba a Fretilin, a União Democrática Timorense (UDT), e outros grupos políticos independentes. Esse fato teve enorme significado por representar a unificação da resistência timorense,



dando novo alcance à luta desse povo por seus objetivos.

Durante esses vinte e um anos de ocupação do Exército da Indonésia, foram assassinadas duzentas mil pessoas, um terço da população de 1975. Todavia a gravidade da violação dos direitos humanos só alcançou repercussão internacional em 1992 com o Massacre de Santa Cruz.

Quinze dias após o assassinato do estudante Sebastião Rangel, realizou-se uma manifestação com uma procissão até o cemitério Santa Cruz, em Dili. Os soldados de Jacarta atacaram o povo que realizava uma manifestação pacífica, assassinando friamente 273 jovens. Segundo relatos dos dirigentes da resistência timorense, foram assassinadas mais duas dezenas de feridos nos hospitais, na mesma ocasião. A presença de um jornalista estrangeiro, que filmou o acontecimento, fez com que esse fato chegasse ao conhecimento da opinião pública internacional.

O regime indonésio prossegue na violência física e cultural contra o povo timorense. O Relatório *Indonésia – Timor-Leste*, produzido por uma Comissão Especial das Nações Unidas, concluiu em janeiro de

1992 que a tortura é uma prática comum da Indonésia no Timor-Leste. O Relatório destaca também que milhares de timorenses foram detidos sem acusação ou julgamento desde a invasão, sendo que muitos deles “desapareceram”.

No livro *Timor-Leste – Fatos e Documentos*, publicado pela Assembleia da República de Portugal, foram transcritas as declarações de Inácio Moura, sobre o Timor-Leste, cujo sumário é o seguinte:

“Duzentos mil mortos desde a invasão.

Várias aldeias eliminadas em resultado de ataques aéreos.

Campos de concentração, torturas e prisões.

Ausência total de liberdade de expressão e associação.”

Este massacre terminou por atingir duramente a resistência timorense. Em 20 de novembro de 1992 foi preso Xanana Gusmão, principal dirigente da resistência timorense. Mesmo assim a luta continua tomando as mais diferentes formas. E o fator impulsionador desta determinação de luta é a rebeldia do povo contra a opressão exercida pelos indonésios e o desejo de independência e autodeterminação do Timor-Leste.

Apesar da Indonésia tentar passar a falsa idéia de que o Timor não tem uma identidade própria e de que a anexação foi fruto do desejo daquela população, os fatos demonstram cabalmente o contrário. A quantidade de pessoas as-

sassinadas pelos indonésios indica a determinação de luta do povo timorense e a resistência à ocupação violenta e ilegal.

Essa decisão se explica pela rebeldia contra a agressão do invasor, pelo desejo de construção de sua pátria e pela afirmação de sua identidade própria. Xanana Gusmão, em seu livro *Um povo, uma Pátria*, caracterizou a identidade étnica, histórica, cultural e religiosa do povo timorense afirmando que “a secular dominação portuguesa contribuiu para definir o espaço territorial, identificado como Timor-Leste, habitado por um povo que adquiriu personalidade própria, que se chama Maubere”. São esses traços e o objetivo de construir uma pátria independente que explicam a sua tenacidade na luta contra a potência agressora.

A história tem demonstrado que países pequenos e mesmo pobres como o Vietnã e Cuba são capazes, pela determinação de seu povo, de enfrentar e derrotar países fortes e ricos. A amplitude e o tempo de resistência do povo da pequena Timor-Leste mostra que os invasores jamais os derrotarão e que é possível sonhar com um novo futuro para os seus filhos.

Outro fator que tem aguçado a rebeldia do povo timorense é a repressão religiosa desencadeada pelo Governo indonésio. A proibição da celebração da missa em tetum não foi acatada pelo clero e pelo bispo local, Dom Ximenes Belo, membro destacado da resistência timorense. A participação de padres na luta timorense tem tido como consequência uma violenta repressão do Exército indonésio. Recentemente ocorreu um fato interessante. Questionado pela revista alemã *Der Spiegel* sobre qual o tratamento dado pelo governo indonésio ao povo timorense, o Bispo Dom Ximenes Belo afirmou que era “tratamento de cães”. Pouco depois ele esteve



Da esquerda para a direita: ex-presidente Itamar Franco, Dr. José Ramos-Horta e Dep. Aldo Arantes.

em Jacarta, capital da Indonésia, a convite da Confederação Nacional de Bispos daquele país, tendo sido vaiado pôr três mil pessoas favoráveis ao governo, em decorrência da declaração que dera à revista alemã. Porém, ao retornar ao Timor, foi recepcionado por, aproximadamente, 200 mil pessoas numa manifestação de solidariedade e de apoio.

O direito do povo do Timor-Leste à autodeterminação é amplamente reconhecido em todo o mundo. A ocupação do Timor-Leste pelas tropas da Indonésia nunca foi aceita pela Organização das Nações Unidas. A Assembléia Geral da ONU e o Conselho de Segurança adotaram 10 resoluções sobre o assunto. A Resolução do Conselho de Segurança da ONU, de 22 de dezembro de 1985, reconheceu o direito inalienável do povo do Timor-Leste à autodeterminação e independência e determinou que o governo indonésio retirasse, sem demora, todas as suas forças do território timorense. Por outro lado, a Assembléia Geral da ONU, em 1º de dezembro de 1976, lamentou de forma decidida a negativa do governo indonésio de aplicar as resoluções da ONU e “rejeitou a alegação segundo a qual o Timor-Leste havia se integrado à Indonésia na medida em que a população do território não teve condições de exercer livremente seu direito à autodeterminação e independência”.

O Tribunal Internacional de Justiça, em sua sentença de 30 de Junho de 1995, sobre *O Caso de Timor-Leste, Portugal Versus Austrália*, afirmou que o direito à autodeterminação tem um caráter *erga omnes* (válida contra todos) e que o povo de Timor-Leste também tem esse direito.

A violação dos Direitos Humanos na Indonésia é brutal e constante. A Anistia Internacional enviou documento ao Comitê Especial de Descolonização das Nações Unidas, datado de 11 de julho de 1995, in-

titulado Timor-Leste, vinte anos de violações, onde afirma que

“a Indonésia tem administrado o Timor-Leste nos últimos 20 anos. Durante este período, os direitos dos leste-timorenses suspeitos de atividades pró-independência têm vindo a ser sistematicamente violados. A Anistia Internacional lamenta que na Declaração que hoje fazemos tenhamos

de mais uma vez chamar a atenção dos Estados-membros das Nações Unidas para um inventário de violações dos direitos humanos em Timor-Leste. Em face de um renovado esmagamento pelo Governo indonésio dos direitos básicos dos leste-timorenses, a Anistia Internacional aproveita esta oportunidade para descrever as violações e propor recomendações que, caso sejam implementadas, poderão melhorar a situação dos direitos humanos”.

O documento da Anistia Internacional afirma que,

“embora tenha acesso aos detidos, a Anistia Internacional continua a receber informações de que os presos políticos são regularmente torturados. Mesmo os presos que são visitados pela Cruz Vermelha não estão livres de torturas, antes ou depois das visitas. Os presos contam que são pressionados a não descrever as torturas e maus-tratos de que são alvo à Cruz Vermelha”.

Numa demonstração clara da disposição de buscar uma solução para a questão do Timor-Leste, o Conselho Nacional da Resistência Maubere apresentou um Plano de Paz, dispondo a participar de negociações, no âmbito da ONU, sem pré-condições. No entanto, a Indoné-

sia insiste em excluir os representantes do Timor-Leste das conversações que realiza com Portugal. Portanto não há a menor possibilidade de uma solução para a questão do Timor-Leste sem que o seu povo participe diretamente nas discussões e na

procura de uma solução.

A Indonésia é hoje um país de grande expressão econômica na Ásia. Daí porque, apesar de

declarações sobre a questão timorense feitas pôr inúmeros países, particularmente da Europa, são poucas ações concretas que se realizam em defesa deste povo.

As riquezas naturais do Timor, ilha situada ao norte da Austrália explicam parte das dificuldades para sua autodeterminação

O Prêmio Nobel da Paz

A concessão do Prêmio Nobel da Paz ao Bispo Dom Ximenes Belo e ao Dr. José Ramos-Horta representa uma nova etapa da luta do povo do Timor-Leste por sua autodeterminação e independência.

Participei, como representante oficial da Câmara dos Deputados, da solenidade de entrega do Prêmio Nobel da Paz no dia 10 de dezembro do ano passado, em Oslo, Noruega. O Presidente da República foi representado pelo ex-presidente Itamar Franco. Lá esteve, também, a atriz Lucélia Santos. Quase todos presidentes e primeiros-ministros dos países de língua portuguesa estiveram presentes na solenidade que contou com a presença de aproximadamente mil e quinhentas pessoas.

Ao falar na solenidade de entrega do Prêmio Nobel da Paz o bispo Dom Ximenes Belo afirmou: “estou aqui essencialmente como a voz do povo sem voz em Timor Timur que hoje está comigo em espírito, senão em pessoa”. Falando da abertura do caminho da Paz o bis-

po destacou como primeiro passo a libertação dos presos políticos timorenses, afirmando em seguida: “Pare o derramamento de sangue”, acrescentando “Pare a opressão. Pare a violência. Pare o conflito. Vamos sentar à mesa e nos entendermos, porque não podemos estender por muito tempo o sofrimento do povo do Timor Timur”.

Em seu pronunciamento, na mesma oportunidade, o Dr. José de Ramos-Horta falou que quem deveria ter recebido o Prêmio era Xanana Gusmão, dirigente da resistência timorense que se encontra incomunicável no presídio em Jacarta. Afirmou Ramos-Horta que Xanana é “uma pessoa de singular coragem, tolerância e liderança. No entanto, esta pessoa está presa por nenhum outro crime senão as suas idéias e a sua visão de paz, liberdade e dignidade para o seu povo”.

Destacou o papel da solidariedade internacional, ressaltando a ação de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, em particular a solidariedade de Portugal. Falou também de sua visita recente ao Brasil.

O Dr. Ramos-Horta disse em seu pronunciamento que “os timorenses não são as vítimas exclusivas do regime de Nova Ordem indonésio, instaurado em 1995. Durante mais de 30 anos, o povo indonésio conheceu massacres, aprisionamentos, tortura, censura de autores, jornalistas, acadêmicos e líderes dos trabalhadores”.

Após falar da situação de Timor-Leste e de reafirmar seu direito à autodeterminação, o Prêmio Nobel apresentou o Plano de Paz do Conselho Nacional da Resistência Maubere. Este plano foi formalmente apresentado em uma reunião

do Parlamento Europeu, em Bruxelas, em 22 de Abril de 1992. O Plano é constituído de três partes. A primeira, que deverá demorar até dois anos, inclui a libertação de todos os presos políticos, o fim da tortura e das execuções sumárias, além da redução drástica de tropas indonésias presentes no território. A segunda fase, de duração entre cinco e dez anos, seria um período de autonomia política baseada em amplos poderes concedidos a uma Assembléia Popular local, eleita democraticamente. A terceira fase deveria ser a da realização de um referendo popular sobre a autodeterminação, sob os auspícios da ONU.

A solidariedade internacional à luta do Timor-Leste

Durante muito tempo a luta do povo timorense por sua autodeterminação contou com uma pequena solidariedade internacional. O Massacre de Santa Cruz, ocorrido em 1992, trouxe este conflito para a imprensa e a opinião pública internacional, com muito mais força e vigor.

Jogou importante papel no crescimento da solidariedade internacional para com o Timor-Leste a realização da Conferência Interparlamentar de Lisboa, ocorrida entre os dias 31 de maio e 2 de junho de 1995, da qual participaram 77 parlamentares de 31 países dos diversos continentes.

Naquele evento o Presidente de Portugal, Mário Soares, foi categórico em seu posicionamento em relação ao Timor-Leste, ao afirmar que:

“o povo de Timor-Leste tem mostrado uma inegável capacidade de resistência e acabará por impor os seus legítimos direitos. As ditaduras não são eternas. Nós, portugueses, temos boas razões para o afirmarmos. Ao contrário do que pensam muitos pessimistas, o tempo não corre favorável aos ditadores. O movimento internacional de solidariedade para com Timor-Leste é irreversível. Esta Conferência Interparlamentar revela bem a extraordinária amplitude desse movimento. Os timorenses, apesar das dificuldades presentes, têm todas as razões para ter esperança. Que esta reunião seja mais um passo decisivo nesse caminho”.

Falou também o Dr. Miguel Angel Martinez, Presidente da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa. Afirmou que o interesse dessa Assembléia na questão do Timor-Leste está relacionado com a defesa dos direitos humanos e condenou firmemente a anexação do Timor-Leste pela Indonésia, considerando-a uma violação do direito internacional dos povos à autodeterminação.

Na Conferência, o Dr. Ramos-Horta, representante especial do Conselho Nacional da Resistência Timorense, leu uma intervenção redigida por Xanana Gusmão, da prisão de Cipinang-Jacarta, onde ele denunciou “a abusiva e intolerante violação dos direitos humanos em Timor-Leste, um caso de ambição militarista e de expansão territorial que nega o direito fundamental que assiste ao povo maubere de escolher o seu próprio destino”. Mais adiante afirmou: “fazemos votos para que, uma vez na vida, os timorenses segurem nas suas mãos a responsabilidade que cada filho de Timor-Leste deve possuir e sejam possuídos da coragem e do espírito de luta dos nossos ancestrais, para afirmarmos ao mundo que somos um povo e temos uma pátria, violada há dezenove anos e meio, sob

Em 1975, sob o pretexto de acabar com a guerra civil timorense, forças indonésias invadiram o país e o ocupam desde então

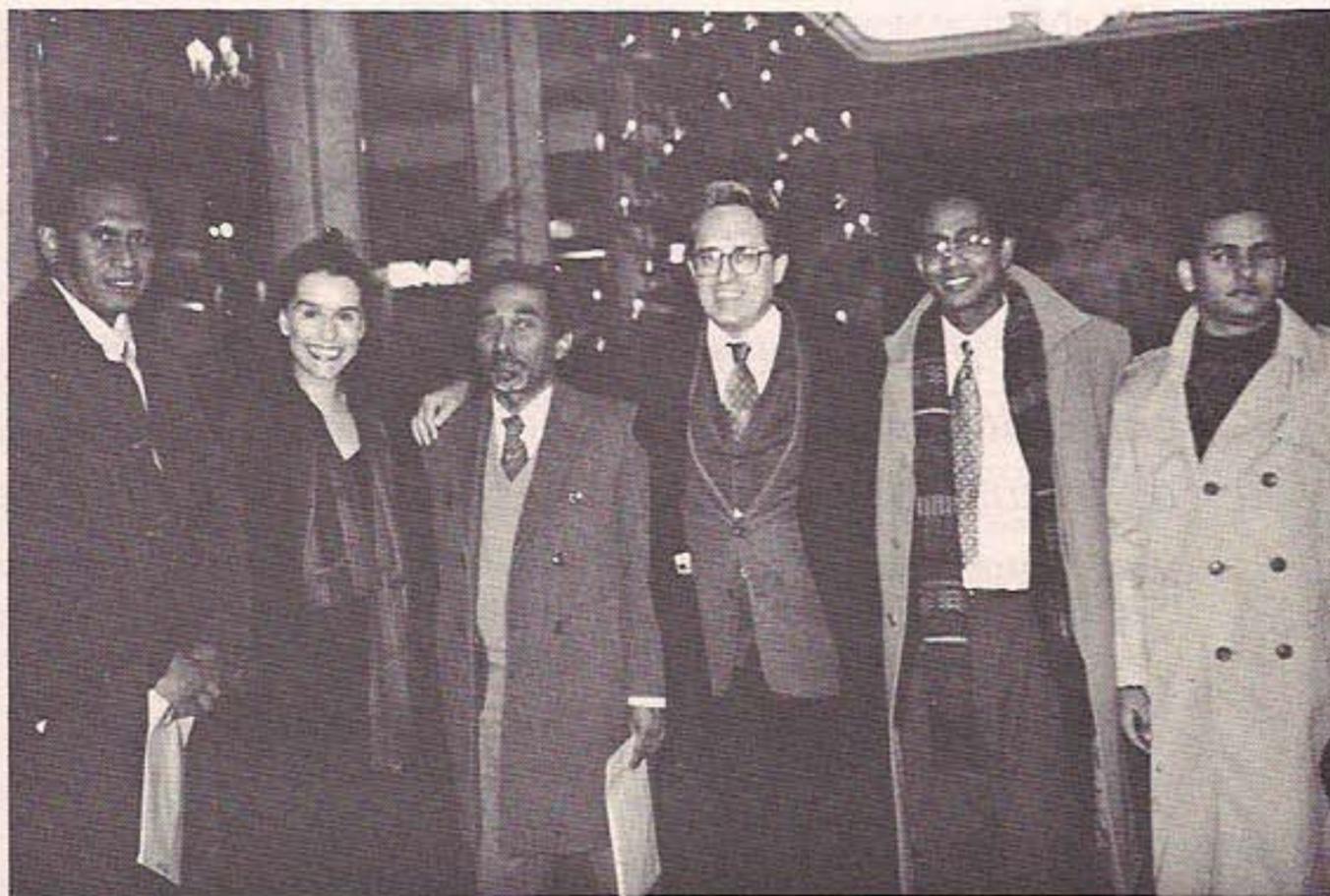
a complacência dos governos ocidentais. Uma vez na vida, sejamos timorenses, sejamos dignos do nosso povo! Se as nossas posturas não envergonharem a nossa pele nem insultarem o nosso espírito de guerreiros de uma pequena meia-ilha, a solução será em breve encontrada para a felicidade do nosso povo.”

A Conferência terminou por aprovar a Declaração de Lisboa, onde exorta a Indonésia a cumprir as resoluções da ONU sobre o Timor-Leste; apela às Nações Unidas para que assegurem o respeito aos direitos humanos em Timor-Leste; exige a libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos; solicita à ONU que proclame o dia 7 de dezembro como Dia Internacional do Timor-Leste e presta homenagem à heróica e trágica saga do povo de Timor-Leste em defesa da sua liberdade e identidade, afirmada ao longo dos séculos.

A solidariedade brasileira

O Governo brasileiro até agora tem tido uma posição tímida, para não dizer omissa, sobre a questão do Timor-Leste. Quando da visita do Dr. José Ramos-Horta ao Brasil, o Presidente Fernando Henrique Cardoso o recebeu. Todavia não houve uma alteração substancial na postura que o país vem tomando sobre este tema. Historicamente a política externa brasileira tem sido de defesa da autodeterminação dos povos. Neste caso, com uma razão a mais, pelo fato do Brasil participar com o Timor Leste da comunidade internacional dos países de língua portuguesa.

Torna-se, pois, imperativo, uma posição mais afirmativa do Governo brasileiro de apoio à justa luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação e soberania e con-



Dep. Aldo Arantes, a atriz Lucélia Santos e membros da resistência timorense.

tra os atos de violência praticados pelas forças da Indonésia.

O movimento de solidariedade ao Timor-Leste, no Brasil, é antigo e tinha na Federação Nacional dos Jornalistas seu principal ponto de apoio. Após a Conferência Interparlamentar de Lisboa, realizada em maio/junho de 1995, tomei a iniciativa de propor uma Sessão Solene de Solidariedade à Luta do Povo Timorense, na Câmara dos Deputados. A Sessão contou com a presença do embaixador Roque Rodrigues e do engenheiro Luis Cardoso de Noronha, membros da Resistência Timorense; do embaixador de Portugal; de representantes das embaixadas de Angola, da Inglaterra, do Haiti e de Cabo Verde; do governador Cristovam Buarque, do Distrito Federal; de entidades como a OAB, Fenarj e de lideranças sindicais e populares. Pela Câmara dos Deputados estavam o presidente Luis Eduardo e os líderes e representantes do PCdoB, PT, PDT, PFL, PMDB, PPR, PP, PV e PSDB. Após a Sessão foi for-

mado o Comitê Parlamentar de Solidariedade ao Povo Timorense que conta com a adesão de mais de 100 parlamentares.

O movimento de solidariedade ao povo timorense tomou novo impulso. Foi formado o Comitê brasileiro de solidariedade e outros comitês começam a surgir no país, tornando-se um elemento fundamental dessa luta.

O povo brasileiro tem o dever de solidariedade para com o oprimido povo de Timor-Leste. A solidariedade à luta pela independência e autodeterminação, a luta pela imediata libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos e a luta pela abertura de uma representação da resistência timorense no Brasil são partes integrantes da nossa solidariedade ao povo timorense.

ALDO ARANTES é deputado federal por Goiás, líder do PCdoB e presidente do Grupo Parlamentar de Solidariedade ao Timor-Leste.

Cuba cresceu em 96 no ritmo dos tigres asiáticos

O povo cubano tomou conhecimento das vitórias alcançadas em 1996. A convicção generalizada é a de que o país está a colher os frutos dos pesados sacrifícios do período especial

MIGUEL URBANO RODRIGUES

A economia cubana cresceu em 1996 no ritmo dos chamados “tigres asiáticos”.

Os números revelados pelo ministro da Economia e do Planejamento no último período de sessões da Assembléia Nacional do Poder Popular ultrapassaram as previsões mais otimistas.

O crescimento global excedeu 7,8% – mais 2,3% do que o estabelecido no projeto. O déficit do Orçamento, inferior à previsão, representou 2,4% do PIB (3,6% em 1995).

A comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo da ONU, já chamou a atenção para o fato de Cuba ter crescido duas vezes e meia mais que o conjunto da Região, não obstante as suas condições serem muito mais desfavoráveis.

Gigantes como o Brasil e o México contam com o apoio empenhado de instituições financeiras internacionais e financiamentos da grande banca européia, japonesa e norte-americana. Apesar disso, os resultados que apresentam são decepcionantes.

O paralelo Brasil-Cuba é especialmente embaraçoso para a Casa Branca e para os analistas de Wall Street porque os dois países são modelos políticos e econômicos antagônicos. Enquanto o presidente Fer-

nando Henrique é acarinhado em Washington como o mais fiel executor do neoliberalismo e teórico da estratégia da globalização para o Terceiro Mundo, Fidel Castro e o socialismo cubano são apresentados nos Estados Unidos como imagens de um projeto fracassado.

Ora os fatos e números demonstram o contrário: o Brasil afunda-se numa crise gravíssima; Cuba, bloqueada, vítima de uma prolongada e brutal agressão econômica, privada de créditos normais, consegue obter a mais alta taxa de crescimento do continente. O socialismo cubano humilha o capitalismo neoliberal.

Não é de estranhar que a imprensa de alguns países do hemisfério comece a utilizar a expressão “milagre cubano” para explicar os êxitos alcançados na Ilha.

Os debates na Assembléia Nacional do Poder Popular vieram, entretanto, confirmar que os dirigentes do Estado e do Partido são, em Cuba, infensos a tentações ufanistas. Conscientes das enormes dificuldades que o país tem pela frente, já advertiram que o ritmo do crescimento da economia terá de diminuir em 1997 para 4% ou, no máximo, 5%.

É indispensável evitar desequilíbrios. O déficit fiscal previsto será, de acordo com o Plano, reduzido

em 19% e os investimentos aumentarão 9%.

Governo e Assembléia debateram em profundidade a complexa situação criada pelo agravamento do déficit da balança de pagamentos. Não esquecem que o custo do petróleo e da maioria dos produtos importados cresceram muito nos últimos meses. A Ilha compra, aliás, quase tudo acima dos preços médios do mercado internacional em consequência, direta ou indiretamente, do cerco econômico que a atinge.

Sem o endividamento verificado (alguns empréstimos a curto prazo foram obtidos com juros superiores a 20%) a economia cubana não teria podido adquirir equipamentos e produtos que lhe permitiriam crescer e estabelecer alguns recordes em múltiplos setores: turismo, níquel, açúcar, tabaco, arroz, petróleo, eletricidade, hortaliças, tubérculos.

Foram muito interessantes os debates travados na Assembléia sobre temas ligados ao exercício de algumas profissões por conta própria.

É positivo para a sociedade o balanço da atividade do setor privado e da sua contribuição para a melhora do abastecimento e da qualidade de vida. A Assembléia, entretanto, pôs ênfase na necessidade de um aumento dos impostos

que incidem sobre os rendimentos pessoais de trabalhadores nessas condições. Sabe-se que o excesso de liquidez ainda existente resulta, sobretudo, da concentração da moeda nacional nas mãos de um setor minoritário da população, precisamente o dos trabalhadores por conta própria. Daí uma dupla exigência: maior carga tributária e resposta adequada das empresas públicas que competem com os trabalhadores privados. É o que está a acontecer na área dos restaurantes, onde o aparecimento de novos e excelentes estabelecimentos do Estado provocou já uma redução no número de

“paladares”, palavra que, aqui, designa as casas particulares (todas familiares, sem empregados) do ramo gastronômico.

O povo cubano tomou conhecimento com alegria, no período festivo, das vitórias alcançadas em 1996. A convicção generalizada é a de que o país está a colher os frutos dos pesados sacrifícios do período especial.

Os cubanos sentem orgulho por saberem que as esferas da saúde, da educação e da segurança social melhoraram nestes anos difíceis o nível dos seus serviços. Mereceram uma atenção ampliada do Estado

apesar dos apertos orçamentais. Hoje há mais médicos, mais investigadores científicos, mais e melhores hospitais, escolas e creches.

As campanhas de desinformação sobre Cuba não conseguem apagar a realidade. O único país socialista do Ocidente é também o único onde o povo tem participação democrática ativa no debate sobre o presente e a construção do futuro.

MIGUEL URBANO RODRIGUES é jornalista.

SEMINÁRIO NACIONAL DO CES

DESAFIOS DO SINDICALISMO NO FINAL DO MILÊNIO

DIAS 15/16 DE MARÇO DE 1997 - SÃO PAULO/SP

Painéis:

15/03 - manhã

Os impactos do neoliberalismo no Brasil

- Otávio Ianni - Prof. USP
- Frei Beto
- Luís Fernandes - Prof. UFF

15/03 - tarde

Sistema de relações de trabalho

- Rubens Aidar - TRT
- Magnus Farkat - Sindicato dos Advogados
- Ulisses Riedel - Diap

16/03 - manhã

Efeitos da Reestruturação Positiva

- Altamiro Borges - CES
- Márcia Paula Leite - Prof. Unicamp
- Osvaldo Cogiola - Prof. USP

16/03 - tarde

Os dilemas da estrutura sindical

- Vicente de Paulo - CUT
- Eni Silva - CGT
- Antônio Medeiros - FS
- Wagner Gomes - CES

Maiores informações no Tel./Fax: (011) 289-1496

Indícios para uma crítica às bases kantianas do direito

Marx e Engels escreveram A ideologia alemã em meio a um intenso debate sobre a herança hegeliana ao mesmo tempo que demonstraram uma clareza sobre a herança kantiana

EDVAR LUIZ BONOTTO

Para os estudiosos do marxismo é muito importante compreender e situar a obra de Kant, um dos fundadores, conjuntamente com Leibniz, da *filosofia clássica alemã* da qual Hegel é considerado o apogeu.

Os fundadores do marxismo reconhecem a importância de Kant, sem deixar de criticar a sua essência filosófica. Na introdução a uma obra que viria a ser escrita e que não se viabilizou, Engels ressalta a importância de Kant para a dialética da natureza:

“A primeira brecha na concepção fossilizada da natureza não foi aberta por um naturalista, mas por um filósofo. Em 1755 apareceu a *História natural do mundo e teoria do céu*, de Kant. A questão do impulso inicial era por ele eliminada: a Terra e todo sistema solar surgiram como algo que se desenvolve no transcurso do tempo. Se a maioria esmagadora dos naturalistas não tivesse em relação ao pensamento a aversão que Newton exprimiu na advertência ‘Física, toma cuidado com a metafísica!’, a genial descoberta de Kant lhes teria permitido fazer deduções que poriam fim ao seu interminável extravio por sinuosos despenhadeiros e poupado o tempo e o esforço dissipados copiosamente ao seguir falsas direções, uma vez que a descoberta de Kant era o ponto de partida para todo o progresso ulter-

rior. Se a Terra era algo que se tinha ido formando, então estava claro que seu atual estado biológico, geográfico e climático, suas plantas e seus animais deveriam ter-se ido formando pouco a pouco, a terra havia de ter uma história, não só no espaço, das coisas colocadas umas ao lado das outras, como também no tempo, das coisas sucedendo-se umas depois das outras. Se as ciências naturais houvessem continuado sem tardança e de maneira resoluta as investigações nesse rumo, estariam hoje muito mais adiantadas. Mas, que poderia resultar de bom a filosofia? A obra de Kant não proporcionou resultados imediatos senão muitos anos depois, quando Laplace e Herschel desenvolveram o seu conteúdo e a fundamentaram mais detalhadamente, preparando assim, gradualmente, a admissão da *hipótese das nebulosas*. Descobertas posteriores deram, por fim, vitória a essa teoria.” (Engels, 1979: pp. 20/1)

Especialmente para o marxismo interessa a crítica filosófica de fundo que Hegel faz ao filósofo de Königsberg. A dialética objetiva, o materialismo dialético e histórico marxista, se desenvolve sobre a influência dessa crítica de Hegel a Kant.

Tendo no kantismo, e em sua influência posterior, a base de contraponto nas diversas esferas do conhecimento, intensa crítica filo-

sófica ao agnosticismo tem sido estabelecida pelo pensamento marxista desde então, tanto por Marx e Engels, quanto por Lênin, a exemplo da obra *Materialismo e empirio-criticismo*, e outros. É muito rara uma área de conhecimento específico em que não se possa perceber uma polarização das idéias do materialismo histórico e dialético com os chamados neokantianos.

No prefácio à edição inglesa de *Do Socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels cita Hegel:

“Mas, ao chegar aqui, apresenta-se o agnóstico neokantiano e nos diz: sim, poderemos talvez perceber exatamente as propriedades de uma coisa, porém nunca apreender a coisa em si por meio de nenhum processo sensorial ou discursivo. Essa *coisa em si* situa-se além de nossas possibilidades de conhecimento. Já Hegel, há muito tempo, respondeu a isso: desde o momento em que conhecemos todas as propriedades de uma coisa, conhecemos também a própria coisa; fica somente em pé o fato de que essa coisa existe fora de nós, e enquanto os nossos sentidos nos fornecem esse dado, apreendemos até o último resíduo da coisa em si, a famosa e incognoscível *Ding an sich* de Kant. Hoje, só podemos acrescentar a isso que, na época de Kant, o conhecimento que se tinha das coisas naturais era o bastante fragmentário para se poder suspeitar,

por trás de cada uma delas, uma misteriosa coisa em si.” (Marx & Engels, 1953: p. 290)

Essa atitude teórica de levantar elementos interessantes e, concomitantemente, apontar as insuficiências e equívocos, tem sido o traço do desenvolvimento do conhecimento para a libertação do trabalho em todas as instâncias do saber.

Marx e Engels falam sobre Kant em *A ideologia alemã*, obra escrita em conjunto pelos fundadores do marxismo bem antes dos textos citados acima. *A ideologia alemã* pode ser considerada a obra que inaugura a concepção materialista dialética e histórica ou dialética objetiva.

Especialmente no capítulo denominado ironicamente de “São Max” (Capítulo III de *A ideologia alemã*), destinado a criticar Max Stirner, ao polemizar sobre “Os homens livres” e “O liberalismo político”, Marx e Engels expõem que “a chave da crítica do liberalismo feita por Max Stirner e seus predecessores é a história da burguesia alemã.” (Marx & Engels, 1977: p. 240).

A ideologia alemã evidencia então algumas etapas da história da burguesia alemã desde a Revolução Francesa e afirma que o estado da Alemanha no final do século XVIII reflete-se integralmente na *Crítica da Razão Prática*, obra de Kant, de grande influência no pensamento posterior, especialmente no direito. Marx e Engels expõem que

“enquanto a burguesia francesa subia ao poder através da mais gigantesca revolução que a história conheceu e partia à conquista do continente europeu; enquanto a burguesia inglesa, já emancipada politicamente, revolucionava a indústria, estabelecia o seu domínio político sobre a Índia e o seu domínio comercial sobre o resto do mundo, os burgueses alemães, na sua impotência, ficavam-se pelo estádio da *boa vontade*. Kant satisfazia-se com a simples boa vontade, mesmo que não se traduzisse em resultado algum, e remetia para o *mais além a realização* desta boa vontade, a harmonia entre ela e as

Na *Crítica da razão prática*, Kant expõe o postulado de uma lei objetiva de moral, uma regra que, válida objetivamente para todo o mundo, permitiria escapar das meras hipóteses:

“O conceito de liberdade, na medida em que a sua realidade é demonstrada por uma lei apodíctica da razão prática, constitui a pedra angular de todo o edifício de um sistema da razão pura, mesmo da razão especulativa, e todos os outros conceitos (os de Deus e da imortalidade) que, enquanto simples ideais, permanecem nesta sem

apoio, conectam-se com este [conceito] e adquirem com ele e através dele consistência e realidade objetiva, isto é, a sua possibilidade é provada pelo fato de a liberdade ser efetiva; com efeito, esta idéia revela-se mediante a lei moral.” (Kant, 1986: p. 12)

Em Kant a autonomia da moral se subsume pelo princípio ético do *imperativo categórico*. O primado da ética seria postular regras objetivas de aplicação universal: depois de todo o percurso, deve ser encontrada a realidade objetiva do imperati-

vo moral, aplicável a todos os homens em qualquer circunstância. Imperativos do dever: o sujeito autônomo se curva ao dever, independentemente de qualquer interesse racional. O dever transcende qualquer explicação empírica. Ele resulta de um impulso interior autônomo. A consciência em polémica entre o interesse e o dever moral: o dever transcende o ser.



necessidades, os instintos dos indivíduos. Esta *boa vontade* de Kant é o reflexo exato da impotência, da prostração e da miséria dos burgueses alemães, cujos interesses mesquinhos nunca conseguiram desenvolver-se para encarnar os interesses nacionais comuns a uma classe, o que fez com que fossem explorados continuamente pelos burgueses de todas as outras nações.” (Marx & Engels, 1977: p. 241)

Kant distingue uma ética material empírica do egoísmo, determinada pela procura do prazer e da felicidade – de acordo com as leis da natureza – e uma ética sobrenatural, que seria o que ele caracteriza como a Razão Prática da Lei ou imperativo categórico. A razão seria a faculdade de julgar e agir segundo certos princípios. Para ele há uma separação entre a noção de natureza e a noção de valor transcendental. A lei moral distingue-se da lei da natureza. Aquela é livre, ao passo que esta é absolutamente determinada.

O imperativo categórico é um princípio a priori, incondicionado e formal, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo. Kant chama de princípio sintético, porque não é um princípio apenas analítico e lógico, como o do interesse egoísta da luta pela vida, mas pertence ao reino da razão em nós. A lei da natureza só pode ser conhecida empiricamente e afeta uma só força vital, que se mani-

ifesta pela faculdade de desejar. A lei deverá conter em si, em todos os casos e para todos os seres racionais, o mesmo princípio determinante da vontade. A lei natural é subjetivamente necessária e, objetivamente é um princípio prático contingente, diferente para cada indivíduo. Toda ética baseada no utilitarismo egoísta não pode conduzir a um princípio objetivo de aplicação universal.

Propõe então Kant a Lei fundamental da pura razão prática:

“Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal.” (Kant, 1986: p. 42)

**Kant propõe
a lei fundamental da pura
razão prática:
“Age de tal modo que
a máxima da
tua vontade possa valer
sempre ao mesmo
tempo como princípio
de uma legislação universal”**

Uma regra que se impõe por si mesma. É uma proposição sintética apriorística, sem nenhuma intuição especial, sem nenhuma experiência pessoal prévia. Não é um fato empírico, mas um dado imediato da consciência.

“...se encontram, pois, descobertos os princípios a priori de duas faculdades da alma, a faculdade de conhecer e a faculdade de desejar, e determinados segundo as condições, o âmbito e os limites do seu uso; igualmente se encontra lançado o fundamento seguro de uma filosofia sistemática, tanto teórica como prática, enquanto ciência.” (Kant, 1986: p. 20)

O imperativo não pode ser condicionado, como se a razão moral fosse o princípio e a razão se fizesse perceber no imperativo categórico. O legislador também receberia da divindade suprema os artigos categóricos aos quais o dever de obediência é imposto.

Marx e Engels escreveram *A ideologia alemã* em meio a um intenso debate sobre a herança hegeliana ao mesmo tempo que demonstraram uma clareza sobre a herança kantiana. Afirmam que

“é uma vez mais em Kant que encontramos a forma característica que revestiu o aparecimento do liberalismo francês na Alemanha. Mas enquanto o liberalismo francês se baseava em interesses reais de classe, Kant e os burgueses alemães, de que aquele era o portavoz embelezando-lhes as idéias, não se apercebiam de que na base destas idéias teóricas da burguesia havia interesses materiais e uma

vontade determinada e motivada pelas condições materiais de produção. Foi por este motivo que Kant isolou esta expressão teórica dos interesses que exprimia. Fez da vontade dos burgueses franceses e das suas determinações motivadas pela situação material, simples autodeterminações da livre vontade, da vontade em si e para si, da vontade humana, transformando-as assim em determinações conceituais puramente lógicas e em postulados morais.” (Marx & Engels, 1977: 243)

Na obra *A ideologia alemã* se percebe que os ecos da Revolução francesa introduziam, por pressão externa, na Alemanha, estruturas políticas correspondentes a uma burguesia evoluída. Mas

“como a situação econômica da Alemanha estava ainda longe de ter atingido o grau de desenvolvimento a que correspondiam essas estruturas políticas, a burguesia (alemã) só as adotou sob forma de idéias abstratas, de princípios válidos em si e para si, de idéias piedosas e de fórmulas vazias: autodeterminações kantianas da vontade e dos homens tais como deveriam ser.” (Marx & Engels, 1977: p. 245)

EDVAR LUIZ BONOTTO é mestre em filosofia do direito pela PUC-SP.

Bibliografia

MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/Presença, 1977.

ENGELS. *A dialética da natureza*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX & ENGELS. *Obras escolhidas II*. São Paulo: Alfa-Omega, 1953.

KANT. *A crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1986.

Educação, trabalho e o provão: o projeto neoliberal passa pela transformação da universidade

O provão faz parte de uma tentativa de reforma educacional conservadora onde a universidade é peça fundamental

WLADYMYR VINYCIUS DE MORAES CAMARGOS

Perguntem a qualquer cidadão bem informado deste país: Qual foi a maior discussão educacional do ano de 1996? Sem hesitação, ele responderá que foi o provão.

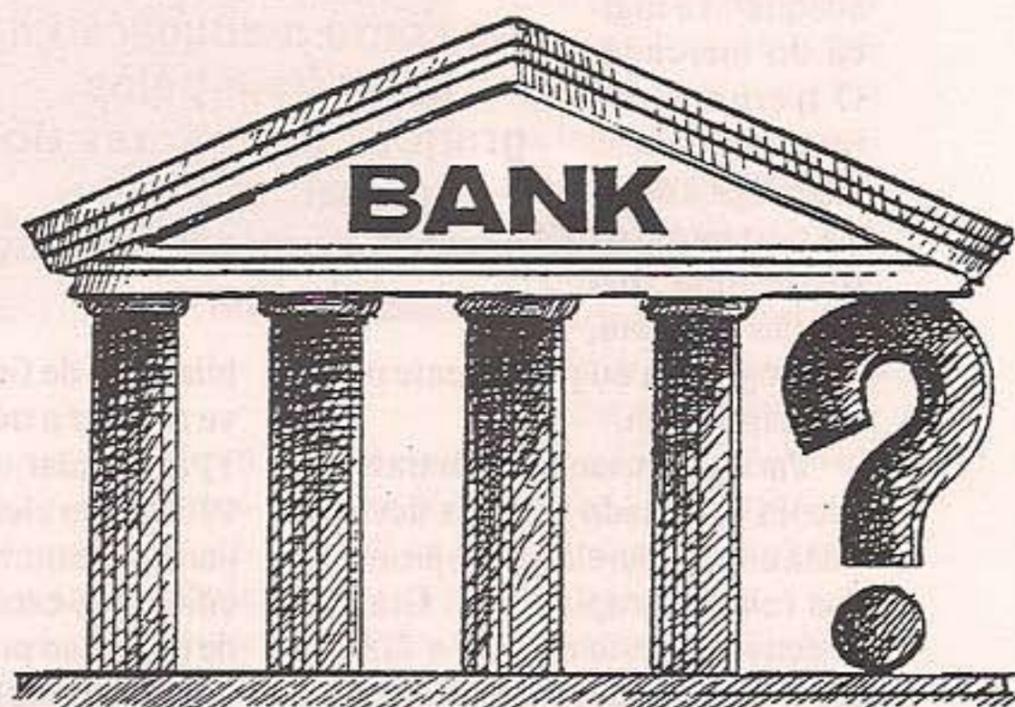
Há tempos não se tinha notícia de uma repercussão tão grande para um assunto ligado à universidade. Nas faculdades, nas esquinas, na imprensa, em todos os lugares, durante um bom tempo, a sociedade discutiu um assunto que muitos consideravam pouco interessante e muito afastado dela: a avaliação do ensino superior.

De um lado estudantes, conselhos profissionais, docentes, técnicos administrativos, cientistas, intelectuais e juristas criticavam o modelo. Do outro lado o Governo Federal dispensou a mais alta atenção ao assunto, desencadeando uma de suas maiores campanhas publicitárias com gastos que, segundo seus próprios dados, aproximaram-se de um milhão de reais. Aos poucos o tema foi ganhando uma notoriedade incalculável. Virou tema relevante no discurso presidencial de balanço anual, realizado em dezembro, e motivou a queda da secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

Duas perguntas, entretanto, ficaram no ar. Mesmo sabendo do desgaste que seria gerado pela forte oposição de amplos setores da sociedade, por que o Governo insistiu tanto em não abrir mão da aplicação do Exame Nacional de Cursos? E mais, por que a comunidade acadêmica deu tanta relevância a este assunto, com tantos outros assuntos educacionais em pauta, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Reforma da Autonomia Universitária? Medo corporativista dos setores internos das instituições de ensino superior de serem abalados em sua estabilidade? Temor dos estudantes em não serem bem sucedidos em um exame? Boa intenção do MEC em melhorar as condições das universidades? As respostas, com certeza, não são estas. Qual outra instituição – lembrem-se do judiciário – se propõe a ser avaliada por agentes externos como fazem hoje as universidades? E os

alunos? Não são submetidos quotidianamente a inúmeras provas? Então porque temer mais uma? O governo, se quiser realmente corrigir as falhas do ensino superior, dispõe de mecanismos menos desgastantes e muito mais eficazes que o provão. Então, qual é a razão para tanto destaque?

Se observarmos bem, o destaque não vem sendo dado isoladamente ao Exame Nacional de Cursos. A educação tem sido uma preocupação crescente dos setores dominantes. A rápida mudança na base tecnológica tem trazido uma imensa busca pela readequação da força de trabalho – em operação ou a



vir a estar – aos novos desafios. A educação é vista como um investimento econômico que redundará no maior aproveitamento financeiro dos recursos humanos disponíveis. Renasce então a *Teoria do Capital Humano*, tese defendida na década de 50 por Theodoro Shultz e largamente empregada nos anos 60 e 70. Segundo a teoria, a “quantidade” de educação ou treinamento recebida por um indivíduo traz igual volume de capacidade de trabalho e produção no futuro. O atual uso desta tese fica evidente quando verificamos a explanação do brasileiro José Alexandre Scheikman, que sucede Milton Friedman na direção do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, formadora dos famosos agentes do neoliberalismo mundial, os chamados *chicago boys*: “O orçamento público da educação ainda é visto no Brasil como despesa a fundo perdido e não como investimento com retorno garantido”.¹

O mistério de tanto destaque ao provão começa a ser desvendado a partir da compreensão de como a educação é vista hoje pelos grandes detentores de capital: um forte insumo para a obtenção de lucro. A educação é reduzida a uma visão instrumentalista, que visa adequá-la à lógica do mercado. O treinamento para a nova base tecnológica deveria portanto partir de uma formação abstrata, policongnitiva ou polivalente na visão capitalista.

Para o pensamento marxista a escola no Estado burguês deve ser vista como aparelho de reprodução das relações capitalistas. Gramsci desenvolve esta análise e diz que além de reprodutora, ela é consti-

tuante das relações sociais. A universidade não fica isolada neste contexto. Para Nico Poulantzas

“a produção do conhecimento é desempenhada não somente na escola: é produzida pelo próprio Estado, através de universidades (públicas e privadas – nestas últimas por meio de auxílios governamentais). O Estado desempenha um papel acentuadamente importante na direção das inovações, pois investe pesadamente em pesquisa e desenvolvimento – o programa espacial, gastos de defesa, auxílio às universidades – tudo contribui para dar determinada direção às inovações, isto é, uma direção que contribui com a extração da mais-valia pelo capital privado e, conseqüentemente, reproduz a estrutura de classe.”²

Ainda, segundo o teórico marxista, o trabalhador é obrigado a pagar por uma instrução recebida para ser apropriada futuramente pelo capitalista.

Toda esta análise serve para reforçar nosso argumento que o provão faz parte, na vanguarda, de uma tentativa de reforma educacional conservadora onde a universidade

é peça fundamental. Ele é, ao mesmo tempo, propulsor e objetivo desta reforma.

É necessário entender os princípios da reformulação do ensino superior proposta para o mundo em desenvolvimento, pelos organismos

bilaterais de financiamento. Ela deve atender a três objetivos básicos: 1) readequar os parâmetros de investigação científica e tecnológica para concentrar-se em áreas específicas pré-estabelecidas, sobretudo de produção primária, especializando as instituições no ensino repro-

ductor das técnicas e conhecimentos já divulgados; 2) as universidades públicas, por receberem recursos estatais, também deveriam ser atingidas pelos programas de contenção de gastos públicos e equilíbrio orçamentário; 3) contribuir na formação e reciclagem de uma força de trabalho apta a encarar os desafios das novas técnicas de produção baseadas em inovações tecnológicas, gerando mais lucro ao empregador.

Os projetos do MEC para o ensino de terceiro grau acompanham estas delineações. Sua filosofia de trabalho pode ser entendida em resumo pelas palavras de sua secretária de Políticas Educacionais, Eunice R. Durhan: “Para formar, no país, recursos humanos com a qualificação necessária em número suficiente, é preciso atingir, simultaneamente, dois objetivos: aumentar o atendimento e melhorar a qualidade”.³ Talvez nos perguntem se estes também não devem ser nossos objetivos. Retirando um detalhe, que analisaremos adiante, acreditamos que sim. A contradição se explicita quando observamos a forma como estão sendo encaminhados. Na verdade servem como arremedo para instrumentalizar a reforma conservadora que enunciamos anteriormente.

Começamos a analisar as propostas de reformulação do ensino superior em nosso país pela proposta do aumento do número de vagas. Uma mãe de aluno concludente do segundo grau possivelmente aplaudiria esta incitava. Seu filho, além de disputar as poucas vagas existentes no sistema atual, provavelmente teria que amargar o pagamento de altas mensalidades em um estabelecimento privado. Não é por menos. O Brasil possui apenas 11% dos jovens em idade de cursar universidade, matriculados em instituições de ensino superior. Na comparação com o número total de

habitantes perde, segundo dados da Unesco, para países como Costa Rica, Colômbia e Panamá. Conta ainda com apenas 25% de instituições públicas⁴ (sendo que nem todas são gratuitas) para receber estes jovens. Mas, como dissemos anteriormente, o MEC utiliza-se de um diagnóstico verdadeiro e que deve ser transformado para justificar seus projetos para a população. Mal sabe aquela mãe que, apesar do benefício – prometido pelo governo – de seu filho entrar com maior facilidade em uma faculdade, esta deverá ser privada e de qualidade questionável. Sim, porque quando falam em “aumentar o atendimento” estão almejando objetivos claros como o de pacificação social – a mãe, ao conseguir matricular o seu filho no terceiro grau, possivelmente se sentirá bem mais satisfeita com as classes dominantes – e o de aproveitamento econômico do ensino, através da larga oferta de adestramento profissional.

Esta demanda pelo aumento do número de vagas no pós-secundário atende então a outra necessidade do neoliberalismo: “melhorar a qualidade”. Mas qual qualidade? Fica evidente que a qualidade buscada é a mercadológica, aquela que atende a lógica do mínimo gasto para o máximo lucro. Esta universidade reformada não mais seguiria o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que, segundo Cristovam Buarque, é correta por

“comprometer todo o ensino superior com atividades de pesquisa, retirando-o da simples prática do ensino repetitivo, ao mesmo tempo, forçar uma aproximação do ensino e da pesquisa com a realidade, através da prática da extensão.”⁵

Não entendemos o conceito da indissociabilidade como um dogma, porém esta proposta de rompimento nada mais é que a retirada das

universidades da livre investigação científica que, no mundo em desenvolvimento, é cumprida quase que na totalidade por estas instituições. Por isso dissemos anteriormente que não concordávamos na íntegra com aquela afirmação de Eunice Durhan, que reduz a tarefa universitária à formação de recursos humanos na quantidade desejada pelos empregadores.

Nesta ótica de reforma teríamos no Brasil dois tipos de instituições. Algumas poucas, os chamados centros de excelência, especializadas na pesquisa, sem necessariamente atender ao caráter de universalidade peculiar às universidades e, preferencialmente, especializadas em algum ramo próprio de investigação que não ultrapasse, é claro, os limites impostos comercialmente pelos países ricos. O restante, a grande maioria, cumpriria o papel de ensino e treinamento da força de trabalho segundo as necessidades estritas do mercado e sem o exercício da pesquisa e da extensão. Este modelo enquadra-se nos chamados “colegiões”.

Bajulado formulador destas políticas de reforma, o economista brasileiro Cláudio de Moura Castro, assessor do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ilustra esta divisão do ensino superior da seguinte forma: os centros de excelência são comparados com o famoso restaurante fino parisiense *Tour d'Argent*, que atende uma clientela diminuta e selecionadíssima, oferecendo produtos caros e de altíssima qualidade. Aos colegiões, ele compara a rede de *fast food* *McDonald's*, que atende uma enorme

clientela com a característica de, a um bom preço, “servir rapidamente uma variedade limitada de pratos simples e feitos com ingredientes de boa qualidade – além de manter limpos os banheiros. Mais do que

isso, não peça de uma lanchonete.”⁶ Subdivide ainda os dois modelos. Os *Tour d'Argent* são chamados de *Elite*, com

Apoiado em uma cultura credencialista o MEC utilizaria o provão para repassar ao Conselho Nacional de Educação dados sobre as instituições para que fossem periodicamente, credenciadas ou recredenciadas

função de produção científica e treinamento da elite intelectual com forte emprego de capital público, e os *McDonald's* em *Professional*, que preparariam o indivíduo para trabalhos específicos do mercado que requer avançada educação formal, *Technical*, para o ensino de práticas de habilidades, para serviços de médias posições no mercado de trabalho e o *General Higher Education*, onde formaria-se profissionais com formação geral e abstrata, capaz de solucionar problemas com rapidez e segurança, cada vez mais requisitados pelo mercado. A esta etapa da reforma ele denomina diversificação e especialização.

Na América Latina esta receita já vem sendo implementada. Na Argentina a *Ley de Educación Superior*, aprovada pelo atual governo, divide o ensino superior como o modelo acima demonstrado. As universidades e institutos fazem parte do sistema de *educación universitaria* e a formação técnica e docente da *educación no universitaria*. No Chile, o modelo atual, implementado durante a assessoria dos *chicago boys* à ditadura Pinochet, também é semelhantemente bipartido. De um lado, as Universidades, e do outro, os *Institutos Profesionales*



Manifestação contra o provão realizada em São Paulo.

e os *Centros de Formación Técnica*. Aqui no Brasil o rumo não é diferente. Com a recente aprovação da LDB está aberto o caminho para a diversificação de nossas instituições em Universidades, Centros de Ensino Superior e Pós-médio.

Todavia o crescimento da oferta de vagas no terceiro grau não deve, segundo os teóricos da reforma educacional neoliberal, ser oferecido através de estabelecimentos mantidos pelo Estado. Em recente depoimento na Câmara dos Deputados, o presidente do IBGE, Simon Schwartzman, pesquisador de políticas para o ensino superior com forte influência no MEC, disse que

“o sistema público não vai dar conta se pensarmos que o Brasil, para chegar ao nível da Argentina, não teria que ter não um milhão e meio de estudantes de curso superior, mas talvez cinco milhões de estudantes de curso superior. Não é o sistema público que vai dar conta disso. O sistema privado vai-se expandir, vai crescer e vai crescer, possivelmente, numa proporção muito maior do que tem agora...”

Para a iniciativa privada seria um prato cheio. Os custos de manutenção não seriam altos, pela pos-

sibilidade das instituições se concentrarem apenas em ensino e, portanto, serem facilmente cobertos com a cobrança de anuidades aos alunos. Sem dizer que nada impede o recebimento de verbas públicas por parte destas. Para as públicas, a tendência é que a maioria se transforme em “faculdades lanchonete” através de processos de avaliação e reconhecimento que as rebaixe ao nível não universitário. Deveriam então cobrar mensalidades de seus alunos – com projetos já em andamento no Tocantins e no Paraná – mesmo que seja através de um sistema de concessão de empréstimos futuramente reembolsáveis na íntegra pelo Estado. O BIRD, ao criticar o Brasil por não cobrar mensalidades, diz que “a menos que se adote também a participação dos estudantes nos gastos, nas universidades estatais, será impossível satisfazer ao mesmo tempo objetivos de diversidade e equidade mediante a expansão do ensino superior privado.” Apesar de sempre negar, o MEC parece caminhar neste rumo. Se não, vejam as próprias palavras de sua secretária Eunice Durhan: “...a cobrança de anuidades no ensino superior público não pode ser tratada como um

tabu, e uma discussão sobre esta questão deve ser feita”.

Para desonerar o Estado, as universidades públicas deveriam ainda vender produtos e serviços à iniciativa privada. Mesmo para as instituições que continuarem sob controle público a receita é que se agreguem ao máximo aos objetivos do mercado, produzindo somente aquilo que for necessário. Cláudio de Moura Castro exemplifica isto dizendo que “...quem opera um curso de turismo tem que observar cuidadosamente o seu mercado. Quando este começa a ficar saturado tem de correr para desativar este curso e oferecer um outro, quem sabe, de computação gráfica”. E este controle, para ele, deve ser feito através da plena representação das empresas nos órgãos colegiados das instituições, “em outras palavras, não se trata da privatização do ensino superior pura e simples e sim, das instituições públicas oferecendo ensino em parceria com empresas privadas e estas oferecendo parte do treinamento para faculdades do ensino superior”.

Para demonstrar que todo este projeto não é nada tupiniquim, observem as semelhanças com os pré-requisitos do BIRD para concessão de empréstimos relacionados ao ensino superior no mundo em desenvolvimento:

- *Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluyendo el desarrollo de instituciones privadas.*
- *Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados.*
- *Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior.*
- *Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad.⁷*

Por fim, o BIRD indica o modelo chileno de distribuição de recursos públicos para o ensino superior. O chamado *Financiamiento basado en la calidad* funciona através de um exame realizado pelos estudantes egressos do segundo grau. Os 27.500 primeiros colocados são considerados “bônus” que devem ser disputados pelas instituições de terceiro grau, sejam elas públicas ou privadas. Hoje cerca de 50% do orçamento do Chile para ensino superior é distribuído desta forma. As instituições se degladiam para obter o máximo destes alunos entre seus quadros e assim aumentar sua receita ou, do contrário, serem punidas. Mas, como esses estudantes obtêm informação sobre quais são as melhores universidades e assim escolhê-las? Bom, é aí que entra a avaliação universitária. O governo, através de mecanismos como o Exame Nacional de Cursos, publica um *ranking* anual que oferece estes dados. O Brasil parece se preparar para seguir este modelo. O MEC tem sistematicamente aplicado exames unificados de avaliação aos alunos do segundo grau e o provão faz parte dos indicadores do ranqueamento de nossas universidades.

Agora sim podemos visualizar como o provão auxilia na propulsão da reforma universitária conservadora do Governo Brasileiro. Apoiado em uma cultura credencialista o MEC utilizaria o provão para repassar ao Conselho Nacional de Educação dados sobre as instituições para que fossem periodicamente credenciadas ou reconhecidas. Amparados pelo projeto de autonomia universitária (PEC-370/A) e na nova LDB, os membros deste conselho, subsidiados pela avaliação, poderiam conceder diferentes graus de autonomia, criando instituições especializadas, e ainda transformar atuais universidades em centros de educação não universitária e vice-versa. Desta forma uma verdadeira

revolução silenciosa estaria sendo feita através do provão com a diversificação e especialização das atuais instituições e do aumento do número de vagas através do credenciamento de outras novas. Segundo Simon Schwartzman

“o MEC começou este ano um procedimento importante, que é a prova de conclusão de fim de ano. O Governo tem de ter mecanismos para poder usar os recursos públicos que dispõe com um sistema de punição e incentivo para o bom desempenho. Isso significa basicamente que as universidades que estão indo bem vão ter recursos, as que não estão indo bem, mas têm um bom programa de trabalho de melhoria, também vão ter apoio, e as universidades que não se preocupam em melhorar o seu desempenho vão começar a ter, progressivamente, menos recursos e vão ter que se explicar sobre o que estão fazendo.”⁸

Fica claro, assim, para que serve este provão.

Mas além da função de propulsão é também o provão objetivo desta reforma. Com a implementação do modelo chileno de alocação de recursos as instituições seriam obrigadas a estar bem classificadas no *ranking*. Como quem determina esta classificação é a avaliação, o provão poderia ser utilizado como indutor de políticas educacionais. Basta, para tanto, lembrar da influência que o vestibular vem exercendo sobre o segundo grau. Com o nível superior aconteceria o mesmo, dirigentes e alunos cobrando dos professores que sigam, em suas aulas, apenas o currículo pré-determinado pelo Exame Nacional de Cur-

sos. Assim, de posse de um ensino superior reformado, as empresas poderiam ditar, com a conivência governamental, o tipo de educação a ser oferecida à população, resultando no treinamento de uma massa de trabalhadores apta à satisfação da acumulação privada de capital. Para aqueles que não forem absorvidos pelo mercado de trabalho – a maioria com certeza – a culpa recairá em seu pouco sucesso no provão.

Durante toda a campanha desenvolvemos ainda outras críticas ao exame. Dividimo-as em quatro partes: *Acadêmicas*, onde denunciávamos o provão como um instrumento ineficiente e ultrapassado de avaliação que se propõe ao disparate de querer mensurar todas as atividades universitárias em uma prova unificada, de apenas 4 horas e que utiliza-se apenas de um único indicador – os alunos; *Jurídicas*, por flagrantemente desrespeitar os princípios constitucionais da autonomia universitária, razoabilidade, proporcionalidade e o direito adquirido; e *Políticas*, por ter sido instituído estranhamente através de Medida Provisória, sem ne-

nhuma discussão prévia com a comunidade, e por ter sido convertido em Lei em uma sessão sem quorum no Congresso Nacional. Sem dizer que é um instrumento segregacionista, que agudiza os problemas de desemprego para a juventude. Segundo o jurista Paulo Brossard esta seria injustificada por “efeitos

permanentes ou a nódoa inapagável, como marca a fogo, que acompanha o diploma universitário.”⁹

Se novamente conversássemos com aquela nossa amiga virtual, a

As instituições seriam obrigadas a estar bem classificadas no ranking. Como quem determina a classificação das instituições é a avaliação, o provão poderia ser utilizado como indutor de políticas educacionais

mãe do aluno vestibulando, talvez ela fizesse a seguinte consideração: – Tudo bem. Estou convencida que realmente o provão não é bom. Mas vocês, estudantes, são contra a avaliação das universidades? E se não são, por que não apresentam uma alternativa a este tal provão? Sem dúvida estes foram os questionamentos mais correntes que ouvimos. Contudo, todas as vezes, respondemos que somos favoráveis à avaliação institucional das universidades. Sempre lutamos pela avaliação – mesmo quando outros setores eram contrários – e já apresentamos nossa proposta inclusive para o Ministro Paulo Renato que, como já era de se esperar, não a utilizou.

Nossa proposta resgata inicialmente os princípios gerais da avaliação, que são: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não punição ou premiação, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. Observamos que todo o processo deve estar situado no espaço – cada estrutura e atividade precisam estar inclusos – e no tempo, com a utilização de indicadores de chegada, meio e saída. Esta avaliação deve levar em conta muito mais os aspectos de qualidade social do que os meramente quantitativos e ter como objetivos principais o subsídio ao planejamento estratégico das atividades da instituição e a transparência e publicidade de seus atos. Portanto, devem ser apontados os erros e acertos para que sejam formuladas as políticas futuras. Como não só a instituição é responsável pelos defeitos apontados, também o mantenedor

deve ser acionado para corrigi-los. No caso deste ser o Poder Público e ele se negar ou omitir a solucioná-los, deve ser utilizado o expediente legislativo ou jurídico próprio para a correção.

Novamente a mãe volta com um questionamento: – Apesar de tudo, uma coisa vocês não podem negar. Não foi o governo vitorioso nesta luta pela aplicação do provão? Nossa resposta é negativa. Apesar da mídia ter tentado desvirtuar para a população os objetivos de nossa campanha, temos certeza que atingimos nossa meta. Mobilizamos os estudantes para que

entregassem suas provas em branco e nunca prevemos que a adesão seria de 100%, mas fomos surpreendidos pelo grande nível de adesão. Esta estratégia se mostrou a mais acertada porque, mesmo que continue mentindo sobre os números, será muito difícil para o governo instituir qualquer *ranking*. Nas maiores universidades – como USP, UnB, UFSC, UFPB, por exemplo – o índice de provas em branco superou a marca dos 70%. Na própria universidade de Paulo Renato (Unicamp) foi de quase 100%. Com isto, e todas as notícias de sucesso da campanha país a fora, desmoraliza-se qualquer iniciativa de distribuição de verbas ou credenciamento de instituições através do provão.

Apesar de tudo, novamente o MEC tenta aplicar o exame neste ano e é preciso mais uma vez mobilizar toda a sociedade para a continuidade da campanha. Certamente o que está em jogo não é apenas mais uma prova e sim um poderoso instrumento para a transformação

do ensino superior aos padrões de mercado.

A educação que queremos é diferente desta que simplesmente visa adestrar mão-de-obra para o mercado. A verdadeira educação é aquela capaz de formar o cidadão consciente e capaz de transformar o meio que o cerca. Uma formação desmercantilizada, politécnica, omnilateral. Como muitas vezes já aconteceu, são as contradições geradas pelo próprio capitalismo que as forças progressistas extraem vitórias. A universalização da educação, mesmo que através de axiomas burgueses, pode ter como consequência resultados não dimensionados pelo neoliberalismo. É possível, mesmo nesta situação adversa, disputar espaços e extrair desta contradição a elevação do nível de consciência de classe dos trabalhadores. Mas isto já é assunto para uma outra conversa.

WLADIMYR VINYCIUS DE MORAES CAMARGOS é estudante de Direito da UFG, Diretor da União Nacional dos Estudantes e da União da Juventude Socialista.

Notas

- (1) Revista *Veja*, n. 1476, Dez./96, pg. 157, 158.
- (2) CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado*, Cortez, São Paulo, 1984, pg. 48, 49.
- (3) DURHAN, Eunice R. *Uma Política para o Ensino Superior*, Nupes/USP, São Paulo, 1993, pg. 1.
- (4) Fonte: MEC/ SEDIAE/SEEC, 1994.
- (5) BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*, Unesp, São Paulo, 1994, pg. 202.
- (6) CASTRO, C. de Moura. *Educação Brasileira: Consertos e Remendos*, Rocco, São Paulo, 1996, pg. 3, 4.
- (7) Banco Mundial, *La enseñanza superior*, Washington, DC, 1995, pg. 4.
- (8) SCHWARTZMAN, Simon. op. cit., pg. 3, 4.
- (9) BROSSARD, Paulo. *Parecer elaborado para a UNE*, Mimeo, 1996, item 8.

O olhar do turista accidental

Não foi somente a arte que sofreu mudanças radicais no século XX. O público também mudou, especialmente nas grandes mostras coletivas

PHILADELPHO MENEZES

Assim como no boxe há uma “luta da década” todo ano e todo inverno europeu é anunciado como “o mais rigoroso dos últimos trinta anos”, tivemos a oportunidade de visitar, de outubro a dezembro do ano que terminou, “a maior Bienal da história”, dois anos depois da “maior Bienal da história” e que certamente só perderá em tamanho e importância para “a maior Bienal da história” que se realizará daqui a dois anos.

Movida por um esquema publicitário, este sim, o maior já acionado para uma exposição de arte no Brasil, a última versão da Bienal Internacional de São Paulo parece ter definitivamente se afastado da velha fórmula de mecenato cultural de seu fundador, Ciccilo Matarazzo, herdeira, de certo modo, da visão do “déspota esclarecido” do iluminismo europeu do século XVIII, de cultura refinada e aristocrática.

A Bienal de 96 refletiu, em diversos aspectos, o espírito “novo-culto” do presidente da Fundação Bienal, o banqueiro emergente Edegar Cid Ferreira. Apesar de cercado por especialistas em curadorias de mostras importantes (como Nelson Aguilar e Aguinaldo Farias) que, na realidade, conceberam e organizaram a Bienal, mas também circundado por renitentes relações públicas de qualquer arte, a Bienal passou, em suas estratégias de publicidade e mesmo na estrutura interior da mostra, uma impressão de um shopping

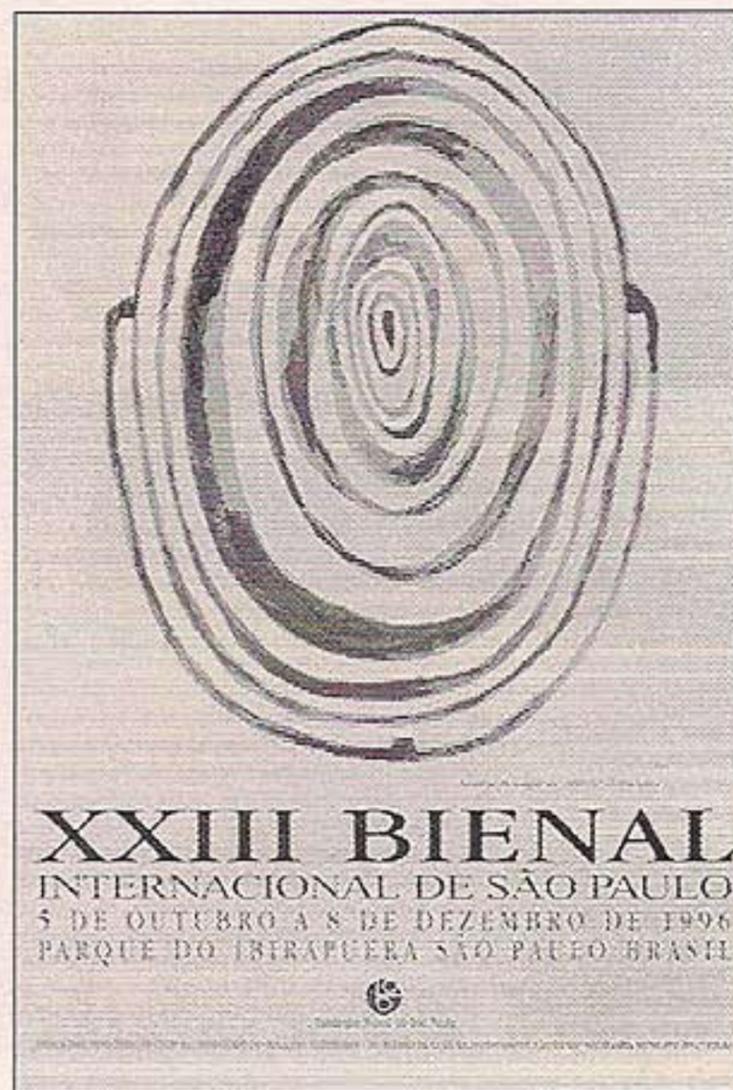
center que realiza sua queima de estoque em fim de estação.

Aí se manifestaram diversas contradições curiosas da arte deste fim de século. As chamadas publicitárias de televisão ironizaram todo o tempo o discurso acadêmico – uma voz feminina despejando no telespectador um conjunto de jargões técnicos vazios em longos períodos de difícil acompanhamento, numa entonação arrogante e professoral. No entanto, a estrutura da mostra procurou se diferenciar das anteriores por ter acentuado precisamente uma teoria acadêmica que lhe servia de fundamento: a teoria da “desmaterialização da obra de arte”, sobre o que falaremos mais adiante.

Essa contradição reflete um problema geral da estética deste fim de século. A busca de um renovado contato entre observador e obra, que poderia reaproximar a arte contemporânea de um público maior (leia-se, consumidor) após a fenda aberta entre eles pelas rupturas da arte moderna do início do século, muitas vezes passa pela crítica e afastamento das teorias estéticas que, ao invés de instigar o observador a ver arte, se interpõem presunçosamente entre ele e a obra de arte, impossibilitando a fruição livre e prazerosa.

Por outro lado, é patente que todas as grandes renovações das artes do século XX foram acompanhadas por um conjunto de reflexões teóricas, muitas vezes produzidas pelos próprios artistas, outras vezes por teóricos e críticos sensíveis às novi-

dades. Essas teorias difundem, explicam e ampliam o impacto das obras de arte e fizeram da estética um campo fundamental da filosofia no nosso século, um ambiente reflexivo essencial para se compreender a nossa época e a nossa visão de mundo. Para o artista, negar hoje uma formação técnica e uma preocupação teórica (mínima que seja, ao menos para saber situar criticamente sua própria obra diante da arte e do mundo) é se preparar para reduzir-se a feiras de artesanato, porque está cada vez mais evidente que é impossível criar sem refletir sobre a criação.



Já para o público, as questões são de outra ordem. Primeiramente, a entidade “público” não existe abstratamente, idealmente como grupo uniforme de pessoas. E para cada fatia deste público, há um tipo de abordagem ou consumo das obras expostas. O “público especializado”, isto é, profissionais ligados ou coligados à área de artes plásticas (artistas, arquitetos, escritores, professores, publicitários, críticos, etc.), tem mais ou menos a postura padrão da “fruição culta” em qualquer ambiente artístico: silenciosa, polida e, principalmente, antenada na circulação ambiente. Em qualquer exposição, e isso se repete na Bienal, para essa fauna, visitar exposições é se mostrar, fazer “uma RP” (relações públicas), ver o artista mais que a arte. Se as vanguardas procuraram fundir arte e vida e a sociedade de massa fundiu arte e consumo, essa fatia de público criou a fusão da arte com a coluna social.

Às vezes, contudo, esse público é traído em seu próprio ambiente. Logo após a abertura da Bienal, quando algumas últimas caixas que serviram de container das obras ainda restavam pelos cantos, um arquiteto ou publicitário (são gêneros identificáveis pelo código de vestimenta) parou contemplativo diante de uma delas, intrigado e maravilhado com a complexidade daquilo que, para ele, era mais uma obra de arte exposta. Depois de alguns momentos, para sua indignação e perplexidade, dois funcionários da Bienal suspenderam, à sua frente, aquela obra-prima e carregaram-na para um depósito na lateral do prédio. Após alguns instantes de hesitação, o observador caiu em si, olhou em volta para ver se tinha sido observado na sua santa estupidez, se recompôs e seguiu, altaneiro e sempre culto.

Comportamento mais rico numa Bienal é o do vandalismo contido das turbas incultas ou semi-cultas: crian-

ças, adolescentes, curiosos, donas de casa, desocupados, etc. Eles fizeram desta bienal a mais visitada das bienais, com mais de 300.000 pagantes, deram ao pavilhão imenso um rumor de vozerio de centro de cidade, provocaram um intenso soar de apito dos seguranças preocupados com o risco sempre iminente de danificação das obras, sujaram o chão com toda espécie de detrito, adequando o ambiente às obras de arte que, em grande medida, lidavam com os restos da sociedade industrial, dormiam nos bancos e andavam ao léu, sem entender bem aquele monte de coisas expostas e, a bem da verdade, nem se preocupando muito com elas e, quando gostavam da obra, manifestavam sua aprovação tentando carregar pedaços dela, lembrando o gesto dos astronautas que pisaram pela primeira vez na lua colhendo pedrinhas do chão para levar para casa (é sabido que um deles quis fazer milhares de chaveirinhos com pedras da lua para vender) ou o comércio de pedregulhos dos restos do muro de Berlim que infestou a Europa em 1990/91.

Essa “população” (é melhor do que “público”) que habitou a Bienal nestes meses produziu cenas diferentes para um “ambiente artístico”. Numa delas, um pai procurava pôr o filho montado sobre a aranha de Louise Bourgeois, que graças ao banco Itaú, que a comprou depois da Bienal, poderá ser cavalgada pelos brasileiros eternamente. Um guarda o interrompeu com o apito de estação de trem: “Isso é uma obra de arte. Não se pode subir”. Ao que o pai respondeu: “E esse é meu filho. Eu paguei ingresso e quero usar!”. Não usou, mas provocou uma calorosa celeuma sobre direitos da cidadania com os demais transeuntes, a maioria concordando que os direitos de um observador termina a um metro da obra de arte.

Não foi, portanto, somente a arte que sofreu mudanças radicais no



A "Aranha" de Louise Bourgeois não tem base e o espectador pode passear sob ela.

século XX. O público observador também mudou, especialmente nessas grandes mostras coletivas, mas os organizadores continuam pensando o espaço artístico dentro da ótica de uma arte tradicional que se propunha autônoma e distanciada (ou protegida) do contato nem sempre “edificante” com a vida e idealizam um público disposto a se aculturar, dentro de um conceito de cultura o mais tradicional.

As vanguardas históricas, nas três primeiras décadas do século XX, extravasaram os espaços destinados à arte, saíram às ruas, aos bares, e com isso criaram a ruptura com os suportes tradicionais (tela da pintura, livro da poesia, etc.). Hoje, frutos daquela ruptura com os suportes podem ser vistos nas diversas espécies de instalação, que sempre estão presentes em grande número à Bienal, mas agora estão recolocados no espaço destinado oficialmente à arte. Contudo, agora é o público que avança para dentro dos espaços da arte, com o mesmo ímpeto com que vai à praia no verão ou às compras no supermercado barateiro. Para ele, a Bienal é um parque de diversões. Não por acaso, as maiores filas se formavam para entrar em instalações que eram ambientes fechados que sugeriam surpresas ou sustos – como um corredor com duas paredes de vidro blindado de cada lado que protegiam o observador de violentos arremessos, feitos por aparelhos mecânicos, de tigelas de cerâmica, que se espatifavam contra a vidraça, a poucos centímetros do observador.

O Turista

Se o símbolo do homem citadino há cem anos era o *flâneur*, figura típica da paisagem urbana do século passado quando da emergência da sociedade de consumo e das cidades modernas, descrito pelo poeta francês Charles Baudelaire co-

mo o transeunte que passa em meio ao turbilhão e observa tudo com distância e ironia, hoje o representante da época é o *turista*. Feliz de se juntar a grandes grupos em excursões a lugares com os quais nunca se vincula e aos quais nunca se integra, passa por eles como se fizesse uma viagem num cartão postal virtual do qual tenta levar pedaços para seu mundo real como lembrança. O turista paga para consumir em seus vinte dias de excursão, com a mesma sem-cerimônia e indistinção, comidas de restaurantes típicos, roupas de lojas de grife, exposições, brinquedos de parques de diversão, ruas sem nada para se ver ou fazer, e volta ileso para seu mundo, no qual nada disso comparece.

O artista e os organizadores de exposição querem esse público, mas o querem para ensiná-lo, para educá-lo, impondo-se uma grande tarefa esclarecedora e emancipadora que o próprio mundo contemporâneo, feito do espírito do turismo, não consegue realizar. O público da Bienal era de turistas visitando um país ao qual não retornarão a não ser, talvez, nas próximas férias, daqui a dois anos. E o turista típico, quando pode, raspa seu nome nos monumentos que visita, rouba cinzeirinho do hotel onde ficou, furta a colherinha de café no melhor restaurante onde comeu, pisa na grama proibida de Versailles, só para pisar, quando o guarda não está olhando, enfia furtivamente o dedo num quadro renascentista e sai rindo da proeza, e o brasileiro ainda termina com um sambão coletivo em altos brados.

Mesmo aqueles que não podem fazer turismo em outra cidade ou ainda não tem idade para isso estão imbuídos desse espírito, porque nos

aglomerados urbanos contemporâneos os habitantes são turistas em suas próprias cidades. A impesso-

As vanguardas históricas extravasaram os espaços destinados à arte e com isso criaram a ruptura com os suportes tradicionais

alidade das ruas, a transformação constante da paisagem urbana, a crescente oferta de novas casas de diversão de toda espécie, a perda do senti-

do do “local” e do “regional” dada pela globalização dos meios de comunicação de massa, dá a todos, indistintamente, a mentalidade de turista em sua própria terra, desenraizado e interessado passageiramente pelas coisas.

Se o artista quer lidar com o público de hoje, terá que deixar sua obra sofrer os efeitos e as alterações que a presença do observador-turista imprimirá nela. Há sentido em se fazer uma aranha gigante de ferro para tomar o espaço público do transeunte e proibir que ele a use como coisa comum e banal? Como evitar que ele a tome, como toma os monumentos diariamente: para se encostar neles e namorar, ou subir para ver a paisagem, grudar chiclete, urinar à noite? Que se faça, então, uma aranha menor e feche-a num museu com entrada cara. E mesmo assim, cuidado com o turista!

Não se trata de defender os direitos da barbárie de um mundo do consumo frenético e destrutivo. É apenas fundamental pensar: 1) se a educação para a passividade contemplativa de uma cultura tradicional e de poucos pode ter lugar ainda hoje numa cultura multiforme, multimídia e de muitos, ainda que estes muitos sejam culturalmente os excluídos da maior parte dos eventos; 2) se é possível combater o “espírito turístico” ou se não há outra saída senão penetrá-lo, entendê-lo e tentar direcioná-lo para projetos em que a emancipação do homem

não fique restrita a conceitos herdados de um mundo puro (que nunca existiu).

A desmaterialização da arte

Outro aspecto importante a se considerar na Bienal foi o fundo teórico que serviu para organizar a exposição desse ano. De um lado, havia a parte museológica, com obras de Picasso, Klee, Munch e outros históricos. De outro, a *Universalis*, parte que reuniu as tendências sob o guarda-chuva da “desmaterialização do objeto artístico”. Essa tese foi elaborada pela crítica americana Lucy Lippard para analisar a produção artística da virada dos anos 60/70. No arranjo dessa Bienal, essa idéia revelou a pretensão embutida nas suas premissas: toda significativa vertente da arte do nosso século se marcaria pela esmaecimen-

to gradativo do objeto, pela perda de corporalidade do objeto artístico.

Se o nome “desmaterialização” é relativamente recente, a idéia, na verdade, faz parte de uma visão que pode ser rastreada desde há muito na crítica da arte moderna. A rigor, há duas grandes tendências da visão estética sobre a arte moderna desde seu início no final do século passado (com o simbolismo na poesia, o impressionismo na pintura e o cromatismo dissonante na música tardo-romântica). De um lado, pontos-de-vista que viam no percurso abstrato da arte (a música sem melodia, a pintura sem figuras, a poesia visual e sonora) um aniquilamento do material e do corpóreo

Se o artista quer lidar com o público de hoje, terá que deixar sua obra sofrer os efeitos e as alterações que a presença do observador imprimirá nela

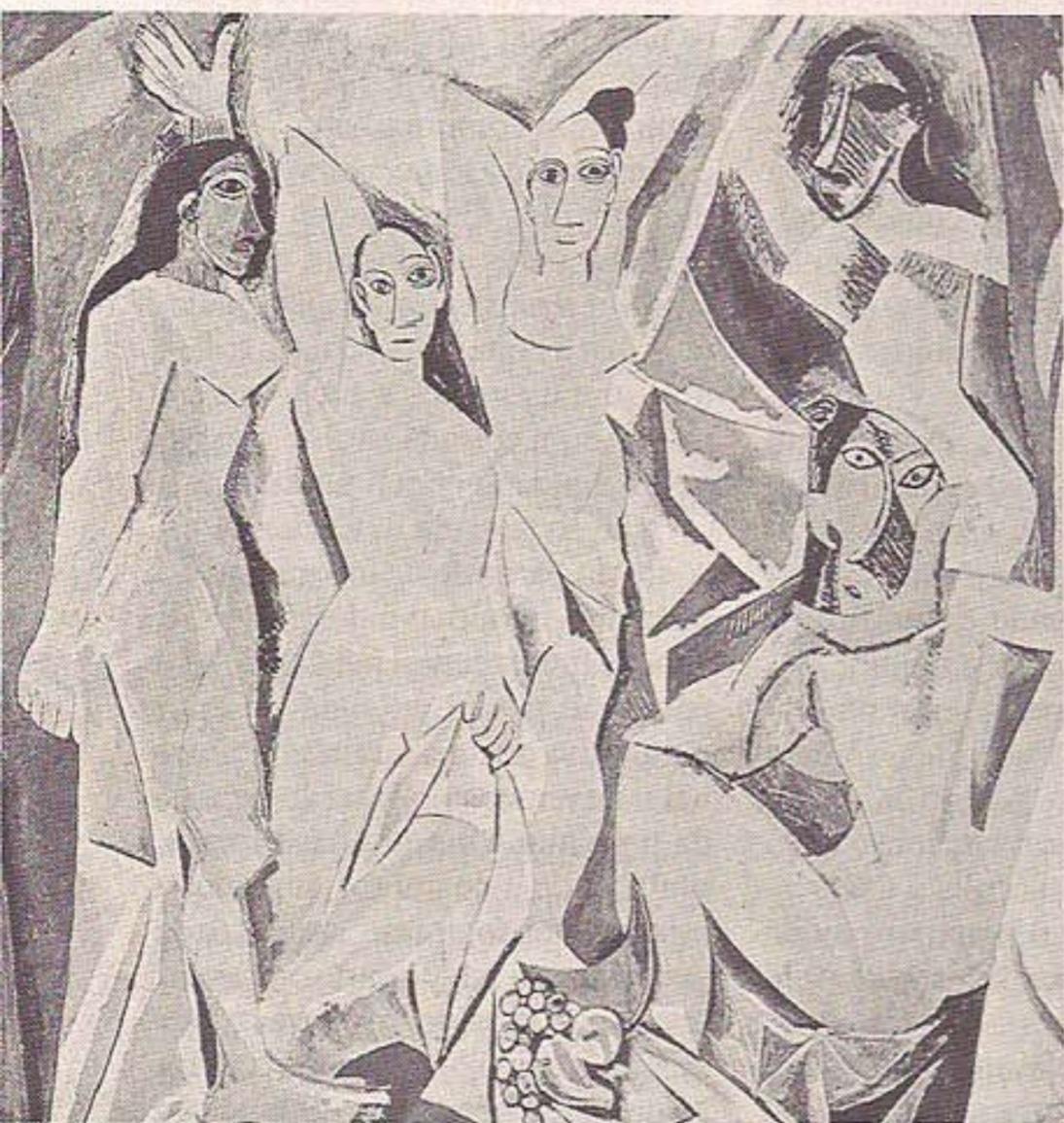
Isto é, o primeiro ponto-de-vista divide o objeto artístico (mesmo que não assuma isto) em “essência” e “aparência”, crê que os artistas, em suas rupturas com os suportes, os

materiais e as formas, estejam procurando a parte eterna da arte, o inefável, as profundezas do sentir – isto é, desmaterializar a arte. Para o outro ponto-de-vista, a arte

era historicamente (na metáfora feliz do filósofo espanhol Ortega y Gasset) uma vidraça através da qual se olhava a realidade e o que fez o artista moderno foi pôr em destaque o vidro, deformando-o, destacando-o como elemento em si, exaltando-o – isto é, materializando a linguagem.

Talvez não seja errado afirmar que as duas tendências convivem no seio de uma produção tão diversificada quanto a arte contemporânea. Mas duas coisas são certas: não há como falar de “desmaterialização” sem mostrar a grande arte imaterial de nossa época – a arte computacional, a virtual, a videoarte, todas feitas de impulsos eletro-eletrônicos; e o que se viu nessa Bienal foi exatamente um excesso de matéria, como em qualquer Bienal anterior (terra, cerâmica, vidro, pano, ferro, madeira, instrumentos musicais, produtos químicos, máquinas, parede pintada, etc.). E foi dessa matéria abundante que o turista arrancou seus pedacinhos de lembrança.

PHILADELPHO MENEZES é poeta e professor do programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, autor de *A crise do passado – modernidade, vanguarda, metamodernidade* (São Paulo, Experimento, 1994).



Picasso: fragmentação do mundo cubista rompe com cinco séculos de representação naturalista.

para que fossem realçados aspectos menos passageiros e efêmeros da arte. De outro lado, um ponto-de-vista que sempre destacou o contrário: a arte moderna acentuou radicalmente sua forma, sua linguagem, seus materiais, deixando de fora qualquer problema que estivesse além dos elementos com que se expressa.

Jack London, expoente da literatura socialista

Jamais na literatura norte-americana houvera aparecido uma obra que denunciasse com tamanho vigor e realismo as mazelas e violências do capitalismo

JOSÉ REINALDO CARVALHO

“Se você esconde a verdade, se você não se levanta para falar num comício, ou se fala num comício sem dizer a verdade toda, então você está abaixo da verdade. Deixe-me ver a face da verdade. Diga-me como é a face da verdade”.

Jack London

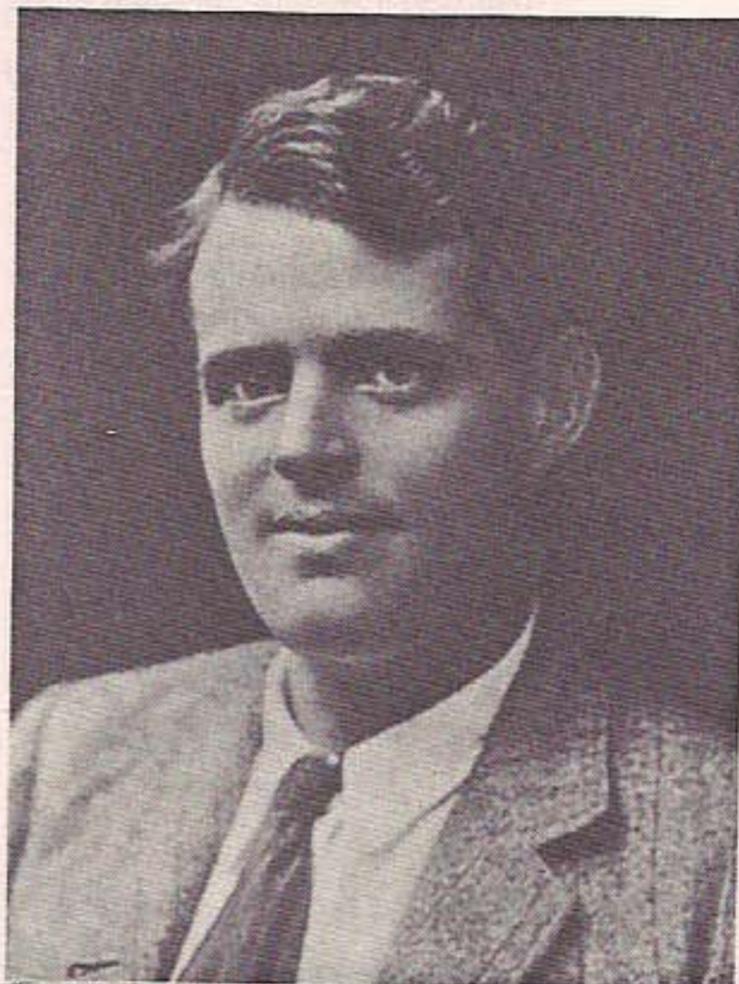
Transcorreu em 22 de novembro do ano passado, sem que a mídia especializada fizesse qualquer registro, o 80º aniversário da morte de Jack London, o mais popular escritor norte-americano, dentre a multidão de grandes escritores surgidos nos Estados Unidos na passagem entre os séculos XIX e XX. Durante sua tão intensa quanto breve existência (nasceu em 12 de janeiro de 1876), escreveu uma obra vastíssima composta por dezenas e dezenas de contos e romances, dentre os quais obras-primas da literatura mundial, como *O lobo do mar* e *Martin Eden*. A imprensa socialista não poderia deixar de homenageá-lo, porquanto lhe pertenceu uma das mais afiadas penas na militância literária em combate ao sistema capitalista. A importância de seus livros na divulgação das idéias socialistas é tão grande, que no prefácio a *O tacão de ferro*, Anatole France diz: “Jack London tem aquele gênio peculiar que sabe descobrir o que está es-

condido para o comum dos homens e tem um dom especial que o habilita a antecipar o futuro”. Numa extensa bibliografia sobre obras comunistas, Bukharin cita apenas um livro norte-americano: *O tacão de ferro*.

Jack London debutou aos 17 anos com o conto *Ciclone às costas do Japão*, ganhador do primeiro prêmio num concurso literário promovido pelo jornal *Morning Call* de São Francisco. Mas nessa época London era obrigado a dividir sua paixão pela escrita com a dura luta pela sobrevivência. Desde idade ainda tenra foi jornaleiro e até completar 15 anos, quando se empregou numa fábrica de conservas, consumiu os verdes anos de sua infância e adolescência nos mais diversos tipos de trabalho para garantir o mínimo sustento e ajudar a família. Na fábrica, chegou a fazer horas extras, esfalfando-se em jornadas de até 18 horas diárias. Nessa época, Jack London não tinha ainda consciência política, mas aprendera, pela própria experiência, o mecanismo da exploração capitalista, cuja teoria viria a descobrir depois nos livros. Dono de vigorosa e fértil imaginação, Jack escrevia compulsivamente. Mas teve de percorrer longo caminho até que suas obras merecessem a acolhida dos editores.

Em 1893 e 1894, os Estados Unidos foram engolfados por uma crise

econômica de proporções devastadoras. O desemprego se espalhou, gerando inquietação entre os trabalhadores e a organização de movimentos de luta pelo emprego. Por essa época foi organizada uma marcha sobre Washington a fim de exigir do Congresso a dotação de uma verba de 5 milhões de dólares para investimento em obras públicas. Em Oakland, onde vivia London, apareceu um cidadão, apelidado “general Kelly”, que organizou brigadas de operários para se juntar à marcha nacional. London se



Jack London

incorporou ao “Exército de Kelly” e, seja pelo seu espírito aventureiro e individualista, seja pelas condições precárias em que se realizava a marcha, movimento que viria a fracassar, London começou uma vida errante de andarilho, durante a qual conheceu e fez de tudo, foi preso e conviveu com a escória da sociedade norte-americana.

Leitor contumaz, Jack London tomou contato na juventude com a obra de Babeuf, Fourier, Proudhon, Saint-Simon, Darwin, Spencer, Nietzsche, que deixaram marcante influência em seus escritos. Por indicação de um andarilho das estradas, seu companheiro na vida de vagabundo, buliçoso como ele e dado a filosofar, leu o *Manifesto comunista*, de Karl Marx. Instintivamente inclinado a combater as injustiças e já revoltado com as iniquidades do sistema capitalista, London se tornou um socialista consciente e visceral. No caderno de notas, Jack registrou as suas impressões da obra fundamental da teoria do socialismo científico:

“Toda a história da humanidade tem sido a História das lutas entre exploradores e explorados; a história dessas lutas de classe mostra a evolução da civilização econômica da mesma forma por que os estudos de Darwin mostram a evolução do homem. Com o advento do industrialismo e da concentração dos capitais atingiu-se um estágio social em que os explorados não podem emancipar-se da classe dirigente sem com isso, e de uma vez por to-

das, emancipar a sociedade em geral de explorações futuras, de opressão, de diferenças e lutas de classe”.

Em abril de 1896, Jack London ingressou no Partido Operário Socialista, do qual se tornou um ensaísta e conferencista de nomeada. Sua relação com a cúpula do partido foi conflituosa. Jack London não concordava com a linha social-pacifista e reformista dominante no movimento operário estadunidense. Em seus artigos e conferências, e mesmo em algumas de suas obras literárias, o escritor demonstrava ser um adepto fervoroso da “guerra de classes”, da “revolução”, da “criação do Estado socialista”. No auge de sua popularidade, os dirigentes socialistas chegaram a cogitar seu nome como candidato à Presidência dos Estados Unidos da América, mas a ruptura entre London e esses dirigentes era irreversível.

O trabalho precoce para garantir a sobrevivência e a vida de andarilho exerceriam papel decisivo na formação da consciência política de Jack London. Mas foi seu estágio entre os pesquisadores de ouro do Klondike que lhe deu a matéria-prima para o primeiro grande período de sua criação literária. Em 1897, com a descoberta do metal precioso no Klondike, começou a “febre do ouro” no Alasca. Jack London se juntou aos aventureiros. Não encontrou o ouro, mas o escorbuto. Vivendo ali durante muitos meses e enquanto empreendia o caminho de volta para casa através das margens do Yukon, convivendo com os pesquisadores de ouro, naquelas tão longínquas e inóspitas paragens, numa paisagem mirífica por vezes tenebrosa, em meio a animais ferozes, nativos e aventureiros de toda espécie, Jack foi desenhando em sua mente os personagens, as cenas e situações que viriam depois tomar forma em dezenas e dezenas de contos e romances. É o período heróico e romântico de sua obra, dos

mais férteis, que o levou a vertiginoso sucesso. Anos mais tarde, ele diria: “No Klondike me descobri”.

Os *Contos do Norte* são narrativas ambientadas num universo que de tão hostil parece sobrenatural. Aqui a aurora polar é ofuscante, como a noite é quase eterna. Mestre na arte de penetrar no âmago de situações extremadas e dotado de um estilo simples e linguagem direta, London põe o leitor em permanente tensão. Os personagens se movem pela paixão de enfrentar desafios e vencer obstáculos, sejam homens vis, a natureza inclemente ou animais selvagens. Gente de caráter inflexível e alma empedernida, para quem desistir é morrer, um tipo de personagem já desaparecido na literatura daquela época.

A luta pela sobrevivência em um meio hostil foi a grande obsessão de Jack London, tema recorrente no conjunto de sua obra. Desse ciclo, *Luta pela vida* e *Acender um fogo*, são os mais representativos e nos quais mais se reflete sua visão romântica e heróica. *Luta pela vida* é a odisséia de um homem, na solitária companhia de um lobo para sobreviver num deserto de gelo. Entre o pânico e o desespero, meio louco, meio morto, o homem trava o combate final com o lobo. Vence a consciência, a força de vontade, a persistência. Uma apoteose de amor à vida. Já em *Acender um fogo* o personagem central sucumbe, vencido pelo medo e pela inexperiência.

Faz parte desse período da criação de London uma série de livros sobre os animais e sua relação com os homens. Aqui a temática sobre a luta pela vida é enriquecida com reflexões sobre a força das influências atávicas. *O apelo da selva*, *Caniños brancos* (ambos adaptados para o cinema pelos estúdios Disney), *Jerry das ilhas*, *Michael*, irmão de *Jerry* conquistaram o público infanto-juvenil, mas ao escarnecer a brutalidade, London deixa claro o caráter



alusivo dessas obras e seu significado social.

Jack London conheceu de perto as seqüelas do colonialismo ao empreender viagem às ilhas ao sul do Oceano Pacífico, a bordo do seu iate "Snark". Escreveu um conjunto de contos sob o título *Contos dos mares do Sul*, em que desenha quadros arrepiantes sobre o engodo, o saque e o aniquilamento bárbaro de populações nativas por todo tipo de aventureiros e empresários. Sua posição anti-colonialista esteve presente também na exaltação à revolução mexicana. Mas claudicou, ao defender em relação a essa mesma revolução algumas posições políticas do imperialismo de seu país.

A bordo do "Snark" Jack London escreveu *Martin Eden*, seu mais belo romance, autobiográfico, premonitório do seu suicídio, que viria a ocorrer quase dez anos depois. *Martin Eden* é a história do homem e do artista com seus conflitos, paixões e desesperos, amores e desilusões, mas também uma ata de acusação à hipocrisia, às mazelas e aberrações da vida social. O sinal primeiro de sua queda é o desencanto ante a constatação de que era enganadora a Beleza corporificada, moral e culta que julgara encontrar em sua amada Ruth.

Para boa parte da crítica, e não sem alguma razão, a obra maior de Jack London foi *O lobo do mar*, também adaptado para o cinema sob a direção de Michael Anderson, com o estupendo protagonismo de Charles Bronson. A história de Wolf (lobo) Larsen, homem terrivelmente forte, amoral, egoísta e inescrupuloso, retrata o apogeu e a derrota do super-homem nietzscheano.

A obra de London foi fiel tributária das fontes onde o autor bebeu. Spencer foi "agraciado" com os *Contos do Norte*, Nietzsche com *O lobo do mar*, Darwin com *Antes de Adão*. Karl Marx o seria com *O tacão de ferro*, um dos mais representativos

exemplares da literatura de ficção, inspirada na luta e nos valores socialistas. Romance social-utópico, *O tacão de ferro* é apresentado na forma de um manuscrito da mulher do revolucionário norte-americano Ernest Everhard, sobre acontecimentos supostamente ocorridos entre 1912 e 1932 encontrado sete séculos depois em plena "Era da Fraternidade". O livro despertou a ira da crítica burguesa e provocou enorme celeuma nos círculos socialistas. London participou pessoalmente da polêmica e, reprisando a mensagem fundamental do romance, declarou à imprensa: "A história mostra que nenhuma classe dominante está disposta a renunciar o seu poder sem luta. Os capitalistas têm em suas mãos os governos, os exércitos e a milícia. Alguém pensa que os capitalistas não utilizarão estas instituições para se manterem no poder? Eu penso que utilizarão".

Jamais na literatura norte-americana houvera aparecido uma obra que denunciasse com tamanho vigor e realismo as mazelas e violências do capitalismo. Jamais houvera aparecido nos EUA um escritor sem rebuscos de linguagem na defesa do socialismo e mesmo da revolução social. A figura central do romance, Ernest Everhard é um destacado dirigente da insurreição anti-oligárquica e anti-capitalista. Desta vez London não idealiza seu herói. Apresenta-o com virtudes e defeitos e com tamanha riqueza de detalhes e intimidade, que Everhard parece ser o revolucionário que London queria ser.

Os "manuscritos de Everhard" contam a sangrenta repressão sobre a insurreição dos operários, com a vitória do Tacão de Ferro, denominação da organização em torno da qual se unem os capitalistas. Nos lábios de Ernest Everhard, Jack London coloca uma lição e uma profecia, esta ainda por cumprir: "Desta vez perdemos...mas não para sempre.



Nós aprendemos. Amanhã a causa renascerá. Com maturidade e disciplina torná-la-emos inquebrantável".

De certo ângulo, a obra de Jack London está ultrapassada, não se encaixa nos padrões estéticos atuais. Os valores éticos cultivados na obra do autor pertencem a outra época. De outro ponto de vista, nada é mais atual. Como nenhum outro escritor de sua época, como poucos do século XX, incluindo entre estes mesmo os mais talentosos autores do chamado realismo socialista, Jack London conseguiu fazer uma literatura plena de frescor, energia, relação intrínseca com a vida e aquele tônus vital, dramaticidade e carga emocional indispensáveis para que uma peça escrita seja uma verdadeira obra de arte. Na melhor tradição de Walt Whitman, ele foi o último escritor a exaltar os longínquos rincões da América do Norte e a deificar o homem americano. Descreveu com aguda percepção as grandezas e misérias de sua época, fez profissão de fé no humanismo e por isso mesmo a profecia de um devir de fraternidade, considerado inatingível hoje, quando as trevas parecem ser mais perenes do que as das mais longas noites do inverno do grande norte. A obra de Jack London é atual e tende a permanecer.

JOSÉ REINALDO CARVALHO é membro do Conselho Editorial da Revista *Princípios*.

João Amazonas fala sobre a Guerrilha do Araguaia

Completava-se 24 anos de uma epopéia conhecida na História do Brasil como Guerrilha do Araguaia, quando revelações inéditas sobre o período vieram à tona. Numa série de reportagens que movimentou o panorama político e comoveu a Nação, o jornal O Globo revelou fatos que contagiaram outros órgãos da imprensa escrita – a exemplo do Correio Braziliense e da Folha de S. Paulo – com repercussões nas TVs.

De repente, o que há algum tempo seria inimaginável, foi para o horário nobre, e até mesmo o Fantástico noticiou uma viagem contemporânea ao Araguaia. O que antes era proibido veio à luz. Como numa revelação de que a energia da História e a pusilanimidade do autoritarismo são verdades implacáveis da vida, frutos amadurecidos pelo tempo.

Num dos cenários de grandes batalhas do Brasil de hoje, a Câmara dos Deputados, apresentei um requerimento, subscrito também pelos deputados Agnelo Queiroz (PCdoB/DF) e Socorro Gomes (PCdoB/PA), que resultou numa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 16 de maio de 1996. Esta reunião teve como personagem central um destacado protagonista da Guerrilha, o ex-deputado constituinte (1946) João Amazonas – o principal dirigente do Partido Comunista do Brasil e organizador das forças que acentuaram um momento culminante de resistência à ditadura militar (1964-1984). Por unanimidade, a Comissão aprovou o convite ao homem que é o atual presidente do PCdoB.

O depoimento de João Amazonas, que publicamos nesta edição, representa um momento histórico. A emoção contagiou deputados e convidados, que reagiram à narrativa e ao exame dos fatos como se revivessem a saga dos Guerrilheiros e da população do Araguaia. O impacto da reconstituição pode ser contemplada nas intervenções, que reproduzimos. Este documento segue para o acervo de um resgate que ainda está por se completar, mas, certamente, trata-se de uma contribuição para o amplo esclarecimento dos fatos e circunstâncias, devido a um povo que caminha rumo à plena prosperidade, sob o signo de sua inevitável libertação.

Inácio Arruda (Dep. Federal PCdoB/CE)

PARÁ

MARANHÃO

TOCANTINS

Jacundá

Represa de Tucuruí

S. João do Araguaia

Marabá

Apinagés

Brejo Grande

S. Domingos das Latas

São Raimundo

Araguaintins

Itacaúnas

OP-1

Saranzal

OP-2

OP-3

Paraupabas

Armelho

Sororo

Sororozinho

Ganheleira

Transamazônica

Júlio

Cartoso

Palestina

S. Geraldo do Araguaia

Itaipava

Xambioá

Araguaná

Belém-Brasília

TOCANTINS

Araguaína



JOÃO AMAZONAS – Sr. Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Deputado Hélio Bicudo; demais membros da Mesa; Srs. e Sras. Deputados presentes e convidados. Agradeço a oportunidade que me concedem de prestar um depoimento sobre o que se convencionou chamar Guerrilha do Araguaia.

Esta epopéia ganhou ampla repercussão recente com as reportagens do jornal *O Globo*, baseadas em informações de fonte militar. O assunto sempre foi proibido no país pelos militares, proibição que algumas vezes foi contornada. *O Jornal da Tarde*, de São Paulo, e o repórter Fernando Portela, já haviam revelado para o grande público, em princípio de 1979, uma série de aspectos da luta heróica do sul do Pará. Agora, com as publicações de *O Globo*, o Araguaia alcança maior divulgação.

Trata-se de acontecimento marcante na história das lutas populares no Brasil. O General Hugo de Abreu chegou a afirmar que essa foi a luta mais importante já realizada no meio rural.

Araguaia existiu! É impossível negar ou apresentar os fatos sob versão distorcida. O povo tem o direito de saber, de conhecer sua história recente, porque são essas lutas que acabam marcando o caráter do próprio povo.

Todos sabemos que há mais de trinta anos implantou-se no país uma ditadura militar que se voltou raivosamente contra o povo. As liberdades foram brutalmente suprimidas, e a atividade política, rigorosamente controlada, limitava-se a dois partidos, o MDB e a ARENA. Instaurou-se um regime de perseguição aos democratas conseqüentes, particularmente à juventude.

É claro que o povo brasileiro reagiu e promoveu inúmeras manifestações de protesto contra a tirania que se implantara no país. Uma dessas manifestações, que ficaram em nossa memória, foi a grande Passeata dos Cem Mil, que condenava a morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro.

Os militares responderam a estes atos com brutalidade nunca vista: torturas infames, assassinatos de presos políticos nos Dops e nos Doi Codi. Eu mesmo perdi muitos camaradas – os quais recordo sempre com muitas saudades – mortos nos órgãos de repressão, sob bárbaras torturas.

As greves foram proibidas. Os sindicatos interditados. Enfim, com o chamado Ato Institucional nº 5, impôs-se um regime de terror contra o povo, isso sem falarmos nos planos terroristas do Rio-Centro e das maquinações monstruosas do brigadeiro Burnier, denunciadas pelo capitão Sérgio, conhecido como Macaco.

É nesse ambiente que surge o Araguaia, organizado e dirigido na clandestinidade pelo Partido Comunista do Brasil. Araguaia não era um movimento subversivo, como costuma dizer a repressão, não visava implantar o socialismo no Brasil. Destinava-se a organizar a resistência armada contra a ditadura, já que não havia espaço para outras formas de luta nas cidades.

O objetivo político da Guerrilha do Araguaia estava enunciado em um documento largamente distribuído entre

a população do sul do Pará, intitulado União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. Esse era de fato o objetivo da luta guerrilheira do Araguaia, um movimento intimamente ligado à população camponesa pobre e sofrida da região.

Outras tentativas de resistência armada já haviam ocorrido no País, organizadas por outras correntes políticas, no Vale da Ribeira e em Caparaó. Porém, duraram pouco tempo. Araguaia resistiu por três anos, é uma página gloriosa das lutas do nosso povo. Enaltecer o Araguaia não é somente enaltecer o papel dos comunistas ou do Partido

Comunista. Considero que com o Araguaia, orgulhamo-nos da fibra de nosso povo, da luta de nossa gente, capaz de dar a vida em defesa de princípios morais e políticos dignos da civilização.

No Araguaia encontravam-se jovens de diferentes formações, operários, camponeses,

bancários, enfermeiras, médicos, engenheiros, geólogos e, principalmente, estudantes universitários.

Entre eles, o destacado dirigente comunista Maurício Grabois, Constituinte de 1946. Em seu conjunto, representavam a vanguarda do povo brasileiro, o contingente mais decidido da nossa população.

Todos eles lutaram bravamente. Tinham a seu favor o conhecimento da região e a ampla relação com a população local. Enfrentavam, porém, tremenda desigualdade no que diz respeito ao armamento que possuíam, em contraste com as armas sofisticadas das Forças Armadas. Essa luta, era a luta de cem contra vinte mil, a luta de Davi contra Golias. É justamente aqui que percebemos a importância dessa resistência, do ponto-de-vista histórico.

Apesar da desigualdade tremenda, jamais os que ali se encontravam deixaram-se abater. Jovens, homens e mulheres – aqui rendo minha homenagem às mulheres, e não eram poucas – que foram capazes de se igualar aos homens, e, às vezes, até ultrapassá-los em heroísmo e bravura. Homens e mulheres dispostos a todos os sacrifícios para defender uma causa justa, a causa do povo brasileiro, que aspira à liberdade e à justiça social.

As Forças Armadas atuaram no Araguaia como bárbaros. As reportagens do jornal *O Globo* dão uma idéia do comportamento dessas forças que se orientavam contra os Guerrilheiros e contra a população local, inclusive contra religiosos de Marabá.

Cometeram crimes imperdoáveis, degolaram Guerrilheiros, expuseram corpos mutilados nas vilas e nas cidades para atemorizar a população, violaram as próprias leis da guerra, a convenção de Genebra, mataram prisioneiros indefesos, torturaram. Muitos dos torturados enlouqueceram, inclusive uma irmã de caridade que se encontra ainda hoje em Marabá. Perdeu a razão, devido às torturas que sofreu.

As Forças Armadas destruíram tudo que podia lembrar a Guerrilha: incendiaram os barracos construídos pelos guerrilheiros e os móveis primitivos que eles haviam improvisado. Terminada a luta, passado mais de um ano, ainda

**O objetivo político
da Guerrilha do Araguaia
estava enunciado em um documento
largamente distribuído
entre a população do sul do Pará,
intitulado *União pela
Liberdade e pelos Direitos do Povo***

prosseguiam na caça aos dirigentes do Araguaia, movidos pela idéia de que era preciso liquidar tudo. Aplicaram a política de terra arrasada – de não deixar vivo nenhum dos que combateram no Araguaia. Assim, um ano e meio depois, no dia 16 de dezembro de 1976, acabaram matando Ângelo Arroio, um dos comandantes da guerrilha, no episódio conhecido como a Chacina da Lapa. Nessa ocasião, haviam planejado também consumir o meu assassinato, segundo as declarações feitas pelo próprio General Dilermando Monteiro à revista *Isto é*, em 1976.

Araguaia é mais um elo na longa cadeia das gloriosas lutas populares do Brasil. Devemos nos orgulhar dos feitos do nosso povo, que têm se rebelado diante de todas as injustiças. Nosso povo tem tradição de combate pela liberdade e pela democracia. Jamais curvou-se, submisso, à prepotência. São muito os exemplos: Cabanagem, Guararapes, Canudos, Contestado, Revolta da Chibata, Zumbi dos Palmares, Revolução dos Alfaiates e, hoje, o Movimento dos Sem Terra. Esses movimentos sempre enfrentaram em desvantagem o adversário poderoso e arrogante. Esmagados no passado, deixaram exemplo que viverá para sempre. Nós, brasileiros, enaltecemos esse espírito de rebeldia que forma a tradição de combate pelas causas justas e afirma o próprio caráter de um povo.

A história – e a do Araguaia mais recentemente –, indica que neste país a opressão, a tirania e a submissão ao estrangeiro não vingarão, serão inevitavelmente combatidas. A liberdade, a justiça social, a independência da pátria acabarão triunfando.

É o recado que, daqui, eu poderia dar às forças reacionárias. Se tentam liquidar a soberania de nosso país e implantar regimes de opressão e violência contra o povo, pensem no que estamos discutindo hoje. Sempre haverá combatentes decididos, que se levantarão para defender a honra da nossa pátria e da nossa gente.

Ao denunciar os crimes cometidos pelas Forças Armadas devo dizer que não nos move qualquer propósito revanchista. Não somos opositores inflexíveis das Forças Armadas. Apreciamos os fatos do ponto de vista histórico. Hoje, vivemos uma situação cheia de perigos para a Nação. Os imperialistas tramam a destruição das fronteiras nacionais, a liquidação do Estado Nacional, o desmantelamento das Forças Armadas nacionais. Os democratas e patriotas resistem e resistirão a esses propósitos colonialistas. E sabemos que as Forças Armadas têm papel importante a jogar nessa resistência.

Precisamente por isso, acreditamos que as Forças Armadas, ao invés da pretensão de jogar o manto do esquecimento sobre fatos da História, ou da repetição de velhos chavões repressivos, deveriam reconhecer abertamente os crimes cometidos, que, inclusive, tiveram opositores no seio das próprias Forças Armadas. Não sou dos que acham que as Forças Armadas agiam

unanimemente, que não havia discrepâncias dentro delas. Havia setores que condenavam as barbaridades cometidas.

Seria oportuno que as Forças Armadas proclamassem que tais crimes contra o povo jamais serão repetidos. As Forças Armadas são instituições pagas com o dinheiro do povo, não podem tê-lo como inimigo principal. É necessário que repudiem tais crimes, condição para que possam contar com a simpatia do povo, preparando-se para as grandes batalhas que poderão advir em defesa da soberania e da independência da Pátria.

O Partido Comunista do Brasil não faz proselitismo em função do Araguaia. Nosso Partido achou que cumpriu o seu dever, de procurar, em condições difíceis, o caminho da resistência, preparando o fim do regime de tirania implantado no Brasil.

O Partido Comunista simplesmente cumpriu o seu dever, e cumprirá em qualquer circunstância, porque é um Partido integrado com as raízes do nosso povo e que aspira a um regime de liberdade, de justiça social, de esperança para a nossa gente tão sofrida e humilhada, sujeita a um processo de degradação que horroriza a todos nós.

Enfim, queria terminar a fase inicial do meu depoimento, dizendo: Que vivam eternamente na lembrança dos brasileiros os feitos gloriosos dos Guerrilheiros do Araguaia.

PRESIDENTE (Deputado Hélio Bicudo) – Antes de prosseguirmos, gostaria de anunciar que se encontra neste recinto o jornalista e ilustre parlamentar português Miguel Urbano Rodrigues, que participou do Parlamento Europeu e a quem peço se dirija à mesa para dela participar.

Dando prosseguimento aos trabalhos, vamos passar aos debates. Tenho aqui uma lista de parlamentares inscritos e vou chamá-los segundo a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Inácio Arruda.



João Amazonas

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente; Srs. Deputados; Sr. Presidente do PCdoB, ex-Deputado desta Casa, ex-Constituinte; Deputado Miguel Urbano. Inicialmente, cumprimento a Comissão, que acolheu por unanimidade o requerimento que fizemos para que o Presidente do PCdoB pudesse fazer esse depoimento. Além dos jornalistas que declinaram do convite, cito o Ministro da Justiça, que também deverá prestar esclarecimentos, visto que as reportagens anunciaram que o Ministério já tinha em mãos, há mais de dois anos, toda aquela documentação que inspirou as reportagens sucessivas do jornal *O Globo*.

Uma das questões que destino ao presidente do PCdoB, dirigente daquela resistência armada ao regime militar, é no sentido de buscar os aspectos que se põem hoje diante de nós para o esclarecimento mais amplo possível da população sobre o episódio do Araguaia. Um dos questionamentos centrais a respeito do Araguaia é o de que tratar-se-ia de uma resistência diminuta, de poucos e de homens que não tinham uma ligação forte com o povo da região. Por isso, teriam sido facilmente isolados.

Gostaria que o nosso convidado pudesse dissertar sobre o assunto e dizer se esse movimento teve uma ampla aceitação ou não, na região. Inclusive porque está vinculado a um problema que o Deputado Nilmário Miranda acaba de levantar, não só dos remanescentes que eram guerrilheiros e que foram para aquela região pela via da organização política do Partido Comunista do Brasil, mas daqueles que participaram da Guerrilha, que não eram membros do nosso Partido, e deram franco apoio àquele movimento de resistência.

Recentemente, reportagens sucessivas da televisão no local mostraram depoimentos de mães de jovens da região que participaram de forma ativa e que ajudaram a Guerrilha. Quero ouvir a opinião do Sr. João Amazonas a esse respeito e também sobre como essa organização política pode contribuir efetivamente para o esclarecimento e até para a localização de determinadas regiões. Hoje, um dos principais problemas é a desinformação sobre onde poderiam estar enterrados os Guerrilheiros do Araguaia. Existe um livro: *Xambioá*. Um dos militares que participou daquele episódio, já no seu final, fala que é um livro de ficção, mas passa a apontar regiões do sul do Pará onde possivelmente nós podemos ter cemitério de Guerrilheiros.

DEPUTADA SOCORRO GOMES – Sr. Presidente, Deputado Hélio Bicudo; nobre Presidente do Partido Comunista do Brasil, companheiro João Amazonas; nosso ilustre visitante, jornalista Miguel Urbano, ex-Deputado comunista de Portugal; demais Deputados. Eu atribuo a maior importância a esta reunião e aos esclarecimentos prestados pelo Presidente do Partido. Muito tem se falado da guerrilha, e ninguém melhor para explicar as razões, os objetivos e como surgiu o movimento que o teve como dirigente.

Esse movimento apresenta-nos uma questão que continua atual. Se um povo é amordaçado, se são destruídos

seus mais elementares direitos, se a soberania de um país é aviltada e não há qualquer forma de se opor do ponto de vista pacífico, como naquele momento; se todas as manifestações democráticas são cerceadas, concordo plenamente com o que o Partido Comunista do Brasil demonstrou na prática: o povo tem de encontrar formas para manifestar sua rebeldia, sua dignidade, seu espírito altaneiro. Foi o que a Guerrilha provou: o espírito heróico do nosso povo numa guerrilha integrada e dirigida por militantes do PCdoB.

Não só o nosso Partido, mas várias outras organizações do povo brasileiro manifestaram-se naquele momento. A forma encontrada foi a da via armada, até porque as Forças Armadas estavam a serviço do que havia de mais podre e mais reacionário, suprimindo as liberdades. Uma manifestação de duas ou três pessoas, era dissolvida a bala; pessoas eram torturadas até a morte. Enquanto existirem organizações como o PCdoB e pessoas como os Guerrilheiros do Araguaia, há esperança. Isto, para mim, é um ensinamento.

Mas, por outro lado, o momento também mostrou uma outra coisa, uma nódoa. Aquela coisa hedionda que fica na sombra – a tortura –, quando o Estado tem um lutador, um combatente, um opositor nas suas mãos, completamente indefeso, preso, sem nenhuma condição de defesa, e pratica um crime condenado pela humanidade, até o extremo da morte de um preso que está sob sua proteção, sob sua guarda.

Esta é uma questão, uma questão que ainda não foi resolvida, como disse o Presidente do PCdoB, João Amazonas. Houve uma anistia. Mas anistia para torturadores? Não há lei no mundo que os proteja. Foi rompida qualquer convenção. E a vida ali não valia nada. Não só a vida do ponto de vista físico, mas do ponto de vista da dignidade.

Portanto, é uma questão que precisa ainda ser respondida pelas Forças Armadas. Elas devem explicações à sociedade brasileira. Enquanto isto não for respondido – reforçando as palavras do nosso visitante –, há necessidade de que as Forças Armadas respondam e digam que, de fato, houve erros e crimes hediondos foram cometidos. Que seja encontrada uma forma em que a sociedade perceba que há uma vontade de corrigir esses erros e não mais cometê-los. E por que? Porque esses crimes se perpetuam. Eles ocorrem até hoje. Por isso são atuais, como ocorreu em Eldorado de Carajás e em Corumbiara. As vítimas estavam indefesas, completamente desprotegidas. Fez-se uma

execução sumária. O poder da força e da truculência vem sendo demonstrado.

Então, é necessário, de fato, que haja uma punição rigorosa para esses crimes. Penso também que, do ponto de vista do Parlamento brasileiro, também essa questão não tem sido respondida à altura. Um projeto do Presidente da Comissão foi completamente desvirtuado. Em suma: foi derrotado

o projeto que trata dos crimes militares e que deveriam ser julgados pela justiça comum.

Gostaria, por último, de dizer que é necessário que se conheça essa página da história. É necessário que se entere os mortos e, principalmente que se conheça o que

**No Araguaia encontravam-se
jovens de diferentes
formações, operários, camponeses,
bancários, enfermeiras,
médicos, engenheiros, geólogos
e, principalmente,
estudantes universitários**

aconteceu ali no Araguaia. Foi a truculência mais desvariada dos opressores contra uma manifestação da sociedade, que estava oprimida. Em que pese ter sido 100, 69 ou 80 guerrilheiros, o que estava ali era a vontade expressa da sociedade brasileira naqueles jovens. Era o sentimento da esmagadora maioria da nação. Tanto é que o regime foi derrotado, porque o povo, agindo daquela forma, instaurou uma nova fase na história de luta contra a ditadura.

Quero dizer que estamos aqui à disposição para encaminhar mais esta batalha, que é a localização dos corpos. Entendemos também que precisamos do apoio de todos os partidos, porque este não é um assunto da esquerda ou do PCdoB. É um assunto da sociedade brasileira. Pedimos a todos os parlamentares que tem um compromisso com a democracia que apoiem a Comissão Externa, para que possamos ir às últimas conseqüências na busca dos restos mortais dos desaparecidos.

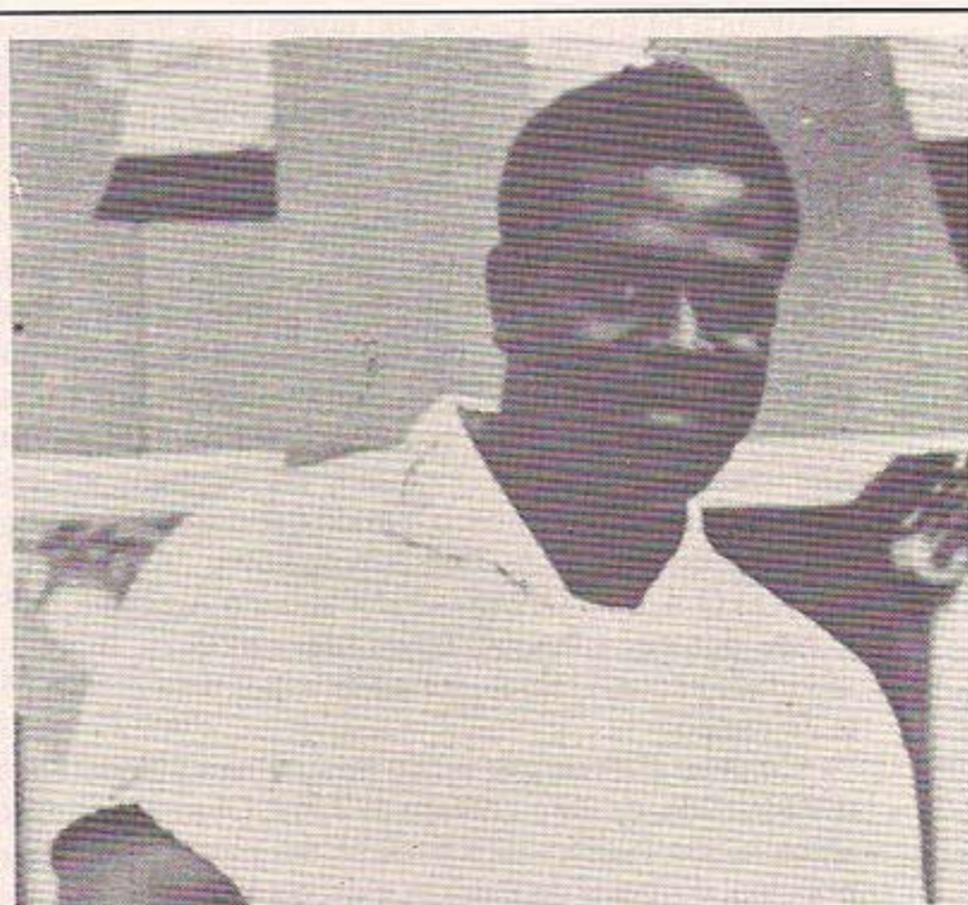
DEPUTADO HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, Deputado Hélio Bicudo; Sr. Presidente do Partido Comunista do Brasil, ex-Deputado Constituinte de 1946, João Amazonas; Deputado Pedro Wilson; Deputado Miguel Urbano Rodrigues; Srs. Deputados; minhas senhoras, meus senhores. Na realidade, ouvimos do dirigente do Partido Comunista do Brasil uma exposição sintética sobre o significado histórico do Araguaia no Brasil.

Vimos o camarada João Amazonas ressaltar que o Araguaia é visto hoje pelo seu Partido, e por ele próprio, como um fato de enorme importância histórica. Mas um fato histórico que, por conseqüência, como todos os fatos dessa natureza, a própria comunidade deve, por um lado, reverenciar e, por outro lado, prestar contas. Ou seja: temos ainda algumas dívidas a serem pagas com relação ao Araguaia. Decididamente, uma dívida foi paga, depois de muita batalha: conseguiu-se que aos mortos do Araguaia fossem dados certificados de óbito. Não foi fácil. Foi longa essa luta. Agora é necessário que se localize os restos mortais dos Guerrilheiros do Araguaia. Assim, a partir daí, poderemos dar por cumprida essa etapa que o movimento democrático e popular brasileiro tem a cumprir, que é de justamente homenagear o Araguaia na sua devida altura.

Gostaria de informar aos presentes e ao Sr. Presidente, que, desde que chegamos aqui na Câmara dos Deputados, já há quase quatorze anos, com os Deputados daquela época, que eram em número menor, e Deputados progressistas dos demais partidos, procuramos nos orientar no sentido de tentar chegar ao esclarecimento de fatos, que até hoje não foram suficientemente esclarecidos.

Estivemos mais de uma vez com os Ministros da Justiça, do Exército, da Marinha, de governos passados, fizemos viagens ao Araguaia, vasculhamos diversas hipóteses de encaminhamentos para elucidar certos aspectos. A partir de determinado instante, começamos a sentir dificuldades quase que intransponíveis. Nestes últimos anos, as coisas passaram a ficar numa espécie de “banho-maria”.

Eis que agora, com as reportagens feitas pelo o jornal *O Globo*, o assunto retorna com muita força, porque há indicações mais recentes. Isto fez com que a direção do Partido, em comum acordo com a sua bancada nesta Casa, deliberasse reorganizar uma Comissão Interna do PCdoB,



Osvaldo era ligado à população e muito querido. É uma dessas figuras que ainda se deverá destacar na história de nosso povo

constituída por mim, pelo Deputado Aldo Arantes e pelo Deputado Lindberg Farias, para acompanhar, junto às Comissões desta Casa e junto aos órgãos do Governo (Ministério da Justiça, Ministério do Exército etc.) as iniciativas inspiradas pelas últimas revelações.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer algumas perguntas tópicas ao Presidente do Partido, Sr. João Amazonas. Devo dizer que em relação a algumas delas eu tenho uma certa idéia, mas sei que aqui há muita gente que é mais nova e não tem informações mais precisas. Há muitas curiosidades.

Gostaria de saber topicamente: a preparação do Araguaia durou quantos anos? O camarada João Amazonas morou na região do Araguaia? Durante quanto tempo? Tendo morado – eu sei que o fez – qual a sua atividade específica na região do Araguaia?

Sei que na região do Araguaia, foram assassinados e morreram em combate muitas pessoas importantes na vida do Partido, na vida dos trabalhadores brasileiros, mas essa história é muito pouco contada. Para não me estender muito, pediria ao Presidente João Amazonas que dissesse algumas breves palavras sobre quem foi politicamente, na história do Brasil, e na história da luta popular brasileira, pelo menos três pessoas: Maurício Grabois, Ângelo Arroio, Osvaldo Orlando Costa. Quem foram essas pessoas? O que eles fizeram?

Sei também que no Araguaia morreu uma pessoa que é conhecida no Partido como Preto Chaves. É personagem num livro de Graciliano Ramos e esteve preso com este escritor – que, no livro *Memórias do Cárcere*, relata que o encontrou na cadeia. Eu pediria ao camarada João Amazonas que dissesse alguma coisa sobre ele – uma figura

mitológica na nossa história, um homem que vem desde os porões da nossa luta contra a tirania e a arbitrariedade.

Em seu relato, Amazonas chama a atenção sobre a existência de um espectro amplo de tipos humanos no Araguaia. Referiu-se a trabalhadores, geólogos, médicos, enfermeiras e, sobretudo, segundo salientou, estudantes. Minha pergunta é: o que fazia esse tipo de gente lá no Araguaia, sobretudo durante anos seguidos? Qual a atividade que eles desenvolviam?

O Partido Comunista do Brasil é conhecido como um Partido intransigente, de luta, o “Partido da Guerrilha”, etc. Em passado recente, escutávamos a militância dizer: “um, dois, três, quatro, cinco mil, um Araguaia em cada canto do Brasil”. Pergunto: o Partido que organizou e dirigiu o Araguaia prevê a possibilidade de novos “Araguaias”?

JOÃO AMAZONAS – Falar sobre o Araguaia, sobre a vida dos guerrilheiros, sobre suas emoções, sobre sua atividade naquela região, seria tomarmos uma grande parte do tempo.

Começo dizendo que estive no Araguaia como dirigente do Partido, desde o começo de 1968. De vez em quando vinha a São Paulo, onde passava um mês, porque era o principal dirigente do Partido, e depois voltava à atividade de preparação de uma luta muito difícil. Tivemos apoio da população e precisamos dizer que a orientação que seguiu o Partido no Araguaia não foi a que, por exemplo, adotou Che Guevara na Bolívia. Che Guevara chegou na Bolívia com a idéia de organizar uma força estranha no interior do país, e de que essa força devia começar a combater em certo momento e acabaria, como em Cuba, derrotando os inimigos e se tornando vitoriosa. Não! Achávamos o contrário: sem conhecer a população, sem merecer o seu apoio, sem ajudá-la em suas dificuldades, a Guerrilha do Araguaia não poderia existir. Este era o nosso pensamento principal. Chegamos, em fins de 1967, ao Araguaia. Todos que foram, se empenharam a fundo na tarefa de ajudar a população, conhecendo-a e prestando-lhe serviços desinteressadamente, para que esta população visse quem eram aquelas pessoas que estavam ali, pela prática diária.

Assim, eu poderia revelar uma centena de casos. Por exemplo: o destacamento onde eu estava localizado, Gamaleira, ficava numa região de babaçu. As mulheres daquela região se dedicavam a quebrar babaçu – mão-de-obra difícil e dura – para conseguir algum dinheirinho para comprar o querozene, sal, etc. Onde estávamos, havia uma família próxima. Veio uma mulher e nos disse: “eu queria que vocês autorizassem, que eu entrasse na área de vocês, onde vocês estão, pra quebrar babaçu”. Como não? Pode estar à vontade e quebrar o babaçu que quiser. Essa mulher ficava fazendo aquele barulho o dia todo, quebrando babaçu. Um dia, a japonesinha, a Sueli, levou-lhe um cafezinho. A mulher caiu em prantos. Chorava e dizia: “nunca aconteceu isto na minha vida. Virem me trazer um cafezinho aqui”. Foi uma cena emocionante; ainda hoje, quando recordo o fato, sinto a emoção do momento.

A orientação que o Partido seguiu no Araguaia não foi a que, por exemplo, adotou Che Guevara na Bolívia. Achávamos que sem conhecer a população, sem merecer o seu apoio, sem ajudá-la em suas dificuldades, a Guerrilha do Araguaia não podia existir

Também no Araguaia, os comunistas tratavam de dar indicações mais avançadas para a população, sobretudo no terreno da organização. Um vizinho nosso, um pouco distante, vivia sozinho e tratava de sua pequena roça com grandes dificuldades. Um dia este camponês ficou muito doente. Na Amazônia, não existe só a selva e os animais perigosos, mas também as doenças como a leishmaniose, a malária etc. Este camponês ficou imobilizado. Tivemos informações por outros camponeses. Na época de plantar, se não o fizer, acabou-se; não pode plantar noutra hora, tem de plantar naquela época. Então, decidimos convocar outros camponeses e propor a eles: vamos lá domingo, fazer um mutirão na roça desse companheiro que está doente, plantar para ele. Vamos ver se podemos assegurar que ele tenha condições de sobrevivência. Assim foi feito: conseguimos mobilizar vários camponeses da região. Fomos para lá no domingo, fizemos um mutirão, limpamos, plantamos, o pessoal estava alegre, cantando. Fizemos tudo. Depois tivemos uma conversa com eles. Os camponeses diziam assim: “companheiros, o ano que vem vai ser um ano bom porque começou nossa união”. Com aquele ato que estávamos fazendo, chamando para trabalhar em conjunto, assegurando a vida de um companheiro que estava sem condições de realizar seu trabalho, estimulávamos a organização.

São dois fatos que cito ao acaso, para mostrar que centenas de fatos como estes se repetiram e, por isso, os “paulistas” – como dizia a reação – eram queridos e respeitados por essa massa. Basta dizer que a nossa casa, o nosso barracão ficava um pouco separado. Havia uma picada na frente e os camponeses diziam o seguinte: “moça, não passa nessa estrada desacompanhada. Pois não é que agora as moças passam desacompanhadas aqui?! É porque sabemos que vocês respeitam as pessoas, vocês não vão fazer nada de mal com as pessoas que passam aqui”.

Com isso, fomos ganhando a simpatia e o amor da população. Quando o inimigo atacou, em 12 de abril de 1972, deu-se um fato importante; ninguém tinha dito lá que iria resistir armado ou coisa que o valha. Chegou o Exército e, antes de chegar no primeiro ponto onde estavam acampados alguns companheiros, parou numa residência para pedir informações. O camponês ficou muito assustado, viu que era o Exército. Então, o camponês começou a conversar e a ganhar tempo. Chamou o filho pequeno e disse: “vai por dentro da mata e, avisa seu Joca que o Exército está aqui e vai pra cima deles”. E assim foi feito.

Quer dizer, houve apoio da população desde o primeiro momento. Este apoio acabou refletindo-se no fato de haver participado da guerrilha mais de 40 camponeses. Participaram da guerrilha, integraram-se com o movimento guerrilheiro.

Mas não foi só isso. Como é que esse movimento poderia durar três anos, se não tivesse o apoio da população?

A população espalheada, torturada e arrancada com suas crianças do local em que viviam, buscava meios de dar alimentos aos guerrilheiros, fazia sacrifícios para ajudá-los.

Devo dizer que não foi só a população. Ali houve sacerdotes da Igreja Católica que prestaram ajuda aos guerrilheiros, porque eles também viam o que acontecia. Um dos padres com quem conversei dizia assim: “o que vocês fizeram? Exerço há 15 anos o sacerdócio nesta zona e tenho dificuldade de ganhar a consciência da população. O que vocês fizeram para serem tão admirados, tão queridos por essa população?” E respondíamos: “não fizemos nada. Trabalhamos e convivemos com eles”.

Por isso, é um erro pensar que o Araguaia foi um movimento isolado. Foi um movimento que contou com amplo apoio da população. E essa população sofreu barbaramente com a introdução das Forças Armadas nos locais onde viviam. Há depoimentos – isso, *O Globo* publica hoje – de pessoas que ficaram loucas devido às torturas. Arrancavam dezenas de famílias dos seus lares e as jogavam para outros locais, sem condições de sobrevivência, como castigo. Tenho uma lembrança muito viva do afeto da população.

Também não fizemos isto artificialmente. Nós, como comunistas, queríamos aprender como nos ligar ao povo, como poderíamos ser verdadeiros representantes do povo. Fazíamos essa experiência social e política.

Por isso, devo dizer: para nós, o Araguaia foi uma grande experiência. Demonstrou que o nosso povo tem qualidades imensas, vontade de luta, de apoiar todos aqueles que realmente lutam pela justiça e liberdade.

Nós não vivíamos diferente do povo. Vivíamos como o povo vivia. É claro que nós tínhamos sal, açúcar, um cafezinho de vez em quando, mas o resto era igual como vivia o povo. Também tínhamos roça, plantávamos, colhíamos, caçávamos para viver. Tudo isto nos identificou com a população local.

Neste país, quem quiser dirigir uma luta de maior envergadura do nosso povo, tem que aprender a conviver com o povo, tem que auscultar os seus sentimentos, sentir a maneira como ele encara a vida e a realidade. Só vencemos o caminho difícil porque pensamos em termos de povo e não em termos de uma pequena elite que se arvora em vanguarda capaz de substituir o povo na tarefa que a ele compete.

Essa preparação durou quatro anos.

Quando eu e Maurício Grabois fomos para o Araguaia, tínhamos 60 anos e muitas vezes montamos em lombo de burro e percorremos 15 léguas dentro da mata, porque era preciso dar exemplo também, era necessário dirigir a luta de forma concreta e não como oficiais que comandam a tropa – que deve realizar os piores trabalhos.

Maurício Grabois é uma personalidade, que a História do nosso País ainda vai registrar como um dos exemplos dignos de nosso povo, uma referência. Foi um jornalista de primeira qualidade, Líder da bancada Comunista na Constituinte de 1946, um grande parlamentar, homem sim-

ples, alegre e um comunista de verdade. Quando compreendeu que o único caminho para opor uma resistência organizada à tirania era se situando no campo, não vacilou. Levou o filho também, um jovem interessantíssimo, o André Grabois, que chegou no Araguaia dizendo assim: “eu vim para cá e não sei fazer nada”. E, depois, dava lições de como se deveriam fazer as coisas, porque era um jovem inteligente, que aprendia rapidamente e era capaz de cumprir bem as suas tarefas.

Maurício Grabois morreu de armas na mão. O Exército o emboscou em superioridade muito grande e ele morreu atirando, caiu ao lado dos outros companheiros, mostrando que era decidido. Ele já tinha escrito um bilhete aos religiosos de Mara-

bá, assinado por outros guerrilheiros, em que dizia: “nesta terra já existe gente disposta a morrer pela liberdade”. E assim aconteceu: morreu pela liberdade.

Arroio era um operário mecânico da Moóca, em São Paulo, jovem inteligente que procurou estudar a ciência militar e que tinha uma grande capacidade de direção. Homem bastante respeitado, era um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia. Foi um lutador de primeira ordem que cumpriu o seu dever até a morte.

O outro é o Osvaldão, uma figura histórica. Deve-se um dia escrever a história desse personagem: um negro de quase dois metros de altura, um homem sério, simples, com todas as qualidades de um herói, combatente de primeira linha. Era conhecido na região como um homem de força extraordinária. Em matéria de demonstrar força, nenhum fazia mais do que ele, nenhum carregava o peso que ele era capaz de carregar. Atirava e caçava muito bem. Foi um elemento fiel, até o fim, à causa que defendeu. Lutou com heroísmo. Era ligado à população e muito querido. É uma dessas figuras – penso – que ainda se deverá destacar na História de nosso povo.

O Preto Chaves é outro. Foi marinheiro e foi para o Araguaia com mais de 60 anos. Participou da Insurreição de 1935. O Graciliano conta em *Memórias do Cárcere*, que foi ele o preso que mais apanhou. Apanhou – parece – durante um ou dois anos todos os dias, tal era o ódio que a reação tinha por um elemento como este, que nunca se dobrou, nem vacilou. Ele apanhava todos os dias e se manteve sempre firme. Depois, saiu da prisão, participou das lutas populares, e, quando foi convidado para o Araguaia, não vacilou um minuto: “é meu lugar, estou lá. Pode dizer que estou lá”. E estava mesmo. Estava junto com os jovens, era um elemento de grande valor, o Preto Chaves.

Que faziam os engenheiros, geólogos, jornalistas, médicos, enfermeiros? Primeiro, aprendiam com o povo, serviam ao povo, não há dúvida nenhuma. Preparavam-se para uma luta difícil, a luta de Davi contra Golias, de 100 contra 20 mil. É o que faziam esses companheiros. Todos eles eram pessoas de cultura, que tinham conhecimentos superiores. E devo dizer: nunca deixaram, no Araguaia, de fazer discussões de caráter científico e cultural, de promover entre os companheiros certos atos que ajudavam a

viver culturalmente. Mesmo no serviço rude e difícil nunca perderam o contato com a cultura. Lembro-me precisamente do dia 31 de dezembro de 1971. Fizemos uma festa de confraternização no destacamento B. Tínhamos completado 23 elementos neste destacamento. Então, fizemos um ato à noite, numa noite enluarada – lembro-me nitidamente; lá não tem iluminação elétrica. Era uma noite tão bonita, de fim de ano. E a nossa festa consistiu em algumas diretivas militares. O Osvaldão assumiu o comando dos seus 23 homens. Deu algumas ordens de tipo militar, considerando formado o destacamento para o combate, etc. Depois, a Walquiria, o companheiro dela e mais alguns, nos surpreenderam, realizando um teatro social de alta qualidade. Fiquei pensando na capacidade dessa gente, em sua capacidade de criação, e na vivência com a cultura, que eles não haviam perdido.

Por isso, o Araguaia não é uma escola como a reação procurar dizer, de brutalidade. Costumam dizer: “os que foram para lá, viveram duramente, coitados e morreram”. Não. Araguaia é uma página de bravura, de vida nova, de alta compreensão do ser humano. O Araguaia é tudo isto. É preciso encará-lo, do ponto de vista histórico, como uma experiência que deve ficar marcada, introduzida na História do nosso país.

Por último, a pergunta sobre “*um Araguaia em cada canto do Brasil*”. Os jornalistas já me perguntaram sobre isto: “e vocês, vão preparar novos Araguaias? Como é isso?” Devo dizer que nós não atuamos nestas questões como

aventureiros, como blanquistas, como irracionais. Para nós, o problema da luta é também de compreensão científica dos problemas que enfrenta o povo. Araguaia é um problema ligado a uma determinada situação, a circunstâncias dadas, ele está encaixado nesta circunstância. Se você quiser tirar o Araguaia desta circunstância e levá-lo para não sei onde, não dá certo. Aquela forma de luta correspondia a uma situação concreta do lugar. Por isso, não vamos pensar que patenteamos o Araguaia e agora temos que fazer Araguaias por aí a fora. Nós pensamos que se deve

levar em conta o caráter da luta. As grandes lutas têm caráter democrático, ou nacional, ou social. A luta de caráter democrático apresenta formas determinadas de ação. A de caráter nacional apresenta elementos distintos, a social apresenta outras formas. Acho, por exemplo, que o Brasil está ameaçado de ter que travar uma luta de caráter nacional. E uma luta de caráter nacional não é o Araguaia que vai resolver, porque é uma luta que envolve toda a Nação, tem que se encontrar muitas outras formas de todo o povo brasileiro se levantar para defender a sua Pátria, e se tornar vitorioso nesta batalha. A luta do Araguaia assumiu um caráter democrático, não há dúvida nenhuma; era ampla a luta contra a ditadura. A luta social apresenta sentido ainda mais profundo, porque diz respeito a transformações maiores da sociedade, busca novos sistemas sociais e envolve outras formas de combate. Por isso, o Araguaia não é uma questão que deva ser repetida aqui, acolá, sem maior compreensão das coisas. É preciso pensar cientificamente. Hoje, o povo trava a luta contra o desemprego, contra a miséria, contra a fome, contra as violências políticas, etc. Nestas batalhas estamos sempre e todos os dias junto com o povo. Mas, as lutas de maior profundidade, as lutas que determinam mudanças no quadro da sociedade, estas exigem uma verdadeira revolução.

Era o que tinha a dizer, respondendo às perguntas que me foram feitas.

DEPUTADO ALDO ARANTES – Deputado Hélio Bicudo; companheiro João Amazonas, Presidente do meu Partido, o PCdoB; companheiro Pedro Wilson, conterrâneo, amigo de lutas; e meu querido amigo Miguel Urbano, que temos grande prazer de receber aqui no Brasil e com quem estive em Portugal, num encontro sobre o Timor Leste e em outras ocasiões. A questão do Araguaia ficou no esquecimento durante muito tempo. Foram algumas manifestações localizadas, isoladas, tentativas de colocar um manto para obscurecer a resistência armada do Araguaia. Mas, na verdade, nada mais gratificante do que a vida. Um fato histórico da dimensão e do significado do Araguaia não teria como ficar indefinidamente no esquecimento.

A partir das matérias publicadas pelo jornal *O Globo*, o assunto veio às primeiras páginas de toda a grande imprensa. Isso é um fato indicativo da conjuntura política que nós estamos vivendo. Por que, num determinado momento, um fato que durante tanto tempo ficou no esquecimento, ocupa as páginas dos jornais e dos noticiários das televisões? É porque trata-se de um fato importante e significativo.

Acho que o depoimento de João Amazonas vem – digamos assim – colocar a questão nos seus verdadeiros termos, exatamente porque se trata de uma pessoa que teve uma participação direta no episódio e pode, portanto, analisá-lo e trazer para a sociedade brasileira informações extremamente ricas, no sentido de um resgate histórico dessa luta. Essa luta, como foi dito aqui, não é uma luta do PCdoB. Essa é uma visão estreita. A luta do Marighela não é a luta da ALN. Na verdade, isso tudo faz parte de um patrimônio do povo brasileiro na luta contra a ditadura militar. Nós temos que compreender dessa forma. Não é a



Maurício Graboys morreu de armas nas mãos. Ele tinha escrito um bilhete aos religiosos de Marabá em que dizia: “nesta terra já existe gente disposta a morrer pela liberdade”

luta da ALN, do PCdoB, do Marighela, do Lamarca, do Arroio ou do Amazonas, não. É a luta do povo brasileiro que encontrou diferentes formas para resistir à ditadura militar. Evidentemente, este caminho que o PCdoB encontrou, teve um resultado mais eficiente, porque procurou ligar-se às massas da região.

Esse resgate histórico tem uma importância muito grande porque caracteriza o significado, o conteúdo fundamental dessa luta: a libertação do povo. Igualmente, esse resgate é importante como testemunho para a História e, até mesmo, exemplo para gerações futuras. É um pouco a questão que o Amazonas citou. Apesar de todos os problemas, nós sabemos que um País tem condições de avançar quando encontra homens e mulheres com a capacidade suficiente de submeter a sua vida aos interesses coletivos e, inclusive, em determinada circunstância, morrer na luta em prol de uma sociedade mais justa.

Ao ouvir o depoimento do Amazonas, guardei suas palavras: “o PCdoB lutou naquele momento, e, no futuro, continuará lutando”. E eu me lembrei do sul do Pará, de Rio Maria, onde inúmeros militantes do PCdoB, líderes camponeses, foram assassinados pela repressão local, pelos latifundiários locais. Lembro-me do João Canuto, dos irmãos Brás e Ronan, dos irmãos Canuto, do Expedito. Em certo sentido, há um simbolismo muito grande, porque é um pouco a continuidade da luta do sul do Pará, sob forma diferente e com a presença de militantes do PCdoB à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

A atual batalha dos trabalhadores rurais, o assassinato dos trabalhadores do sul do Pará, em Eldorado de Carajás, mostra, na verdade, que é uma luta mais ampla de todo o povo brasileiro.

Gostaria apenas de fazer algumas perguntas muito tópicas. João Amazonas falou do programa da Guerrilha do Araguaia, expôs com clareza que a Guerrilha do Araguaia não tinha como objetivo implantar uma revolução socialista e tinha um programa, que era o da ULDP. Eu gostaria que o Amazonas explicitasse um pouco mais o conteúdo programático da Guerrilha do Araguaia, as questões principais do programa da ULDP.

Foi dito aqui que um número razoável (de 40 camponeses) incorporou-se à Guerrilha. Pergunto: há informações de assassinatos de camponeses neste período, além dos que se integraram na Guerrilha? Porque há uma dúvida. Com tão grande violência dos militares naquele momento, certamente pessoas da população, civis, não necessariamente integrados à guerrilha, tais como amigos e colaboradores, foram atingidos. Há informações a este respeito?

Outra questão, referente à identificação do local da Guerrilha. Como o Exército chegou? Como se iniciou o processo de repressão à Guerrilha do Araguaia?

O Deputado Haroldo Lima fez perguntas sobre algumas figuras destacadas do Araguaia. O próprio companhei-

ro João Amazonas falou que a juventude teve um papel decisivo na Guerrilha do Araguaia. Destaca-se aí a figura de Helenira Rezende, ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes, entidade da qual participei. Gostaria que o nosso companheiro Amazonas falasse um pouco dessa querida combatente.

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, Deputado Hélio Bicudo; Deputado Miguel Urbano; Presidente do PCdoB, João Amazonas. Algumas perguntas que eu iria dirigir ao João Amazonas, ex-Constituinte de 1946, já foram feitas. Gostaria, então, de formular uma pergunta, expressando um sentimento. Confesso que foi muito emocionante ouvir sua primeira exposição no início desta reunião. Nós, que entramos no Partido depois desse momento, tínhamos o Araguaia sempre como uma marca muito forte, uma marca histórica de luta, uma lição de vida. Ao mesmo tempo, sentíamos a distância de não ter vivido aquele processo. Tínhamos igualmente o sentimento da sombra: como acontece uma coisa dessas num

país como este, sem a sociedade saber, sem ter a informação necessária, sem conseguir conhecer sua verdadeira história?

Quando o João Amazonas começou a falar, o primeiro sentimento que me veio foi o de quando imaginávamos, numa reunião formal, oficial, da Câmara dos Deputados, poder falar do Araguaia? Quando imaginávamos que, com a derrubada da ditadura e no momento político em que vivemos, conseguiríamos trazer aqui João Amazonas, aos seus 84 anos de idade, presidindo o Partido Comunista do Brasil, para falar da Guerrilha do Araguaia, luta armada desenvolvida neste País e que até hoje não tinha conseguido chegar às páginas dos grandes jornais, muito menos à televisão?

É ainda mais emocionante quando a gente vê um Guerrilheiro do Araguaia como João Amazonas, percorrendo toda a sua trajetória de 1935 até agora, sem nenhuma mancha em seu currículo, sem uma acusação que desmereça sua atividade política ou a organização que ele preside, que, de qualquer forma, pudesse fragilizar a verdade de seu depoimento. É emocionante para nós, militantes deste Partido – e com muito orgulho –, é emocionante para esta bancada, que atua no Congresso Nacional sob a direção deste Partido, trazer para falar do Araguaia alguém que dele participou e que pode, com toda a autoridade e altivez, falar deste acontecimento.

Para nós, militantes mais recentes do Partido – entrei para o PCdoB em 1981 – é muito emocionante assistir uma reunião formal da Câmara dos Deputados sobre este tema e com a tranquilidade com que assistimos.

Neste momento, sabemos de todos os limites que temos na Comissão formada no Ministério da Justiça, e do Governo Fernando Henrique. Até mesmo conseguimos compreender que, de formas diferentes, antes tínhamos o Araguaia, hoje temos Eldorado de Carajás, na mesma região

**O Araguaia não é uma luta do PCdoB...
Essa é uma visão estreita.
Não é a luta da ALN, do PCdoB,
do Marighela, do Lamarca,
do Arroio ou do Amazonas, não.
É a luta do povo brasileiro
que encontrou diferentes formas
para resistir à ditadura militar**

sul do Pará, onde mais de 700 camponeses já foram eliminados pela repressão. Onde temos uma política de segurança que, cada vez mais, é o braço armado da defesa do capitalismo e do capital contra o trabalho, cada vez mais contra o cidadão. Num momento como este, vemos que a democracia tem várias formas de ser violentada. Antes era da forma como expressou aqui o João, no Araguaia, e hoje é da forma que estamos vivendo, com os massacres de Eldorado de Carajás e de Corumbiara, Carindirú, Candelária, com medidas provisórias legislando pelo Congresso, com o “toma lá da cá” legislando pelo povo brasileiro, com a lei eleitoral e partidária cada vez mais restritiva. A ameaça à democracia continua, por outras formas, mais está aí; é crescente.

A pergunta que eu formulo é a seguinte: que propostas nós poderíamos direcionar à atuação do Congresso nos limites que hoje estão postos para nós, na correlação de forças estabelecida no Brasil, em particular na Comissão, para que possamos avançar além do que diz respeito à indenização das famílias. (Isto é justo mas não resolve o problema. Não abriremos mão de cobrar indenização para os familiares, mas isso de forma alguma responde a tudo que ocorreu no Brasil).

Há a questão de achar os corpos e permitir que as famílias emocionalmente possam, de alguma forma, encerrar um capítulo tão dramático de suas vidas. O que mais, João, você consegue enxergar para que avancemos nesse processo em direção à Comissão e ao próprio Congresso Nacional? Há projeto de lei no Congresso, mas como isso se dá do ponto de vista político? Como você avalia os limites deste trabalho que estamos fazendo dentro da Comissão de Direitos Humanos, representada pelo Nilmário, e dentro dos limites do Parlamento que participamos? Como você avalia este processo? Que avanços poderíamos ainda conseguir dentro desses limites, na luta democrática e no reconhecimento da verdadeira História do Brasil?

DEPUTADO ALDO REBELO – Sr. Presidente da Comissão, Dr. Hélio Bicudo; Sr. jornalista e ex-Deputado Dr. Miguel Urbano Rodrigues; companheiro João Amazonas, Presidente do PCdoB. Sabemos que, além da atividade do dia-a-dia, da sobrevivência e ação ligada aos trabalhadores rurais no Araguaia, os militantes do Partido também desenvolviam outras atividades. Parece-me que, na área de saúde, chegou-se a improvisar um hospital que funcionou durante algum tempo, a partir da iniciativa de um médico gaúcho, João Carlos Haas Sobrinho. Como esse trabalho foi construído e o que o Partido via no significado desse tipo de iniciativa?

Outra pergunta é sobre as razões da escolha desse local: por que o Partido privilegiou a escolha do sul do Pará, confluindo com o norte de Goiás, para o desenvolvimento dessa atividade de resistência à época do regime ditatorial?

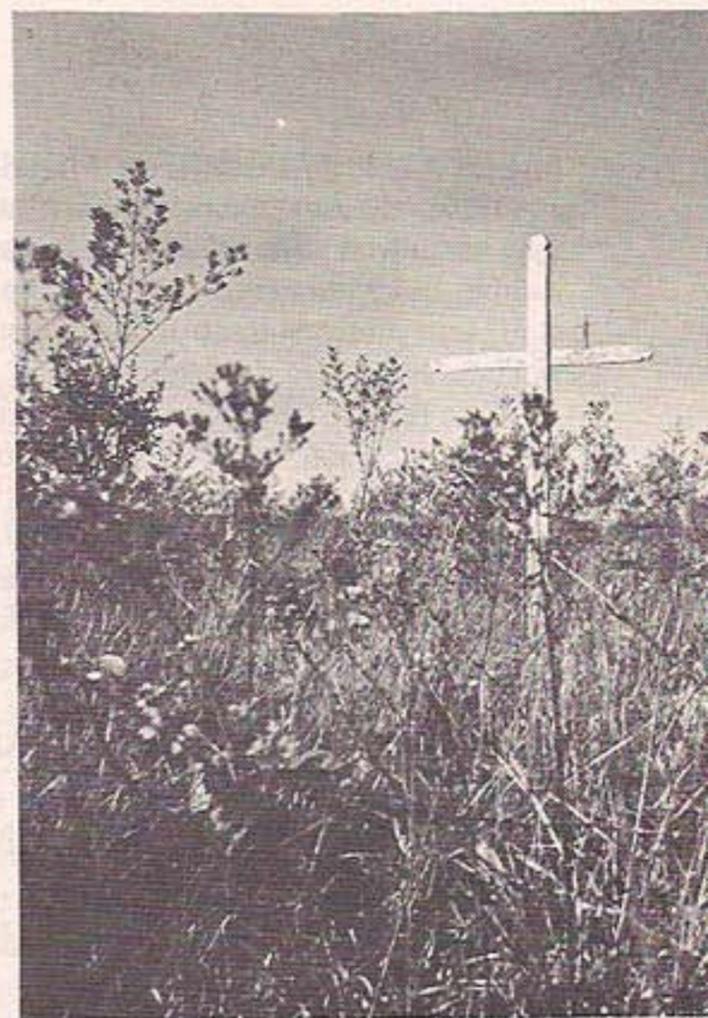
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente da Comissão, Deputado Hélio Bicudo; jornalista Miguel Urbano; querido camarada João Amazonas. Acho que esse depoimento que está prestando nesta Comissão tem uma dimensão histórica: guardar nos Anais da Casa a opinião e a divulgação de certos fatos ocorridos durante um episódio da nossa História, que ficarão guardados nos arquivos do

Congresso Nacional e, sem dúvida alguma, serão estudados e analisados sobre os olhos dos historiadores, dos políticos, sobre os olhos dos que querem conhecer a história do nosso povo.

O comentário sobre a Guerrilha do Araguaia – e isto se refletiu também na sua intervenção – além de ter um

aspecto político, tem o aspecto emocional forte. Todos nós que convivemos com muitos dos camaradas que morreram temos, às vezes, uma certa dificuldade, um certo pudor de preservar uma coisa importante para nós. E não tenho dúvida ao dizer que foram os melhores entre os nossos que ali entregaram as suas vidas. Acho importante que além desse aspecto emocional, que, na sua intervenção, você conseguiu politicamente dimensionar, abordasse outros aspectos.

Tenho enfrentado, após as reportagens de *O Globo*, muitas perguntas num tom mais íntimo. Perguntam: “valeu a pena?” Esse pessoal era jovem e talentoso. Considero que esta pergunta procura olhar apenas a dimensão individual. Se valeu a pena? Acho que a História responde. Compreendo, às vezes, quando lemos alguns livros sobre história, a dificuldade de se descrever o momento histórico. Somente aquelas pessoas que viveram aquele momento compreenderam o fato de que muitos jovens e pessoas com mais experiência viram que aquele era o único caminho, uma coisa quase natural, de resistir à política daquele tempo. Não havia dúvida. Claro que convivíamos com os nossos medos, com as nossas dificuldades, mas aquilo ali era quase uma imposição das circunstâncias. O que diferenciou – e tem um aspecto mais do processo de elaboração política da guerrilha – do ponto de vista positivo, foi que outros jovens também deram a sua vida. Mas a questão do Araguaia foi uma experiência de resistência que teve essa dimensão, uma preparação mais cautelosa, uma procura de identificação com o povo, tanto que foi uma resistência que durou mais tempo. O Araguaia representa também a grandeza, as dificuldades do nosso povo, as nossas dificuldades, e o grau de experiência de resistência desse tipo.



Terminada a luta, passado mais de um ano, a caça aos dirigentes do Araguaia, movida



As Forças Armadas ainda prosseguem na idéia de que era preciso liquidar tudo

Eu queria comentar dois aspectos importantes. Primeiro, o problema do Araguaia ter sido a preparação de uma resistência no interior do Brasil. Muitas pessoas também, ao fazer um comentário sobre a trajetória do nosso Partido, tentam fazer esquemas: “esta é a posição da China ou de Cuba”. Não vêem que isso é uma experiência nossa. É lógico que a experiência internacional da luta do proletariado serve como

base para nossa elaboração. Às vezes, chamava-me a atenção o problema dos debates que se fazia naquele período com o objetivo de conhecer o Brasil. O Brasil real de hoje é apenas o litoral, as grandes cidades. Para uma luta de transformação nacional era necessário conhecer o Brasil mais profundamente, procurando identificar o nosso povo. Mesmo hoje, quando o campo tem uma população muito menor do que tinha naquele tempo, o acontecimento político de denúncia da crise social, da busca de solução para os problemas de Eldorado dos Carajás, marca a conjuntura do momento. Uma luta do interior é que determina e expõe com crueza a insensibilidade social do governo. Parece-me que Eldorado dos Carajás é como um tiro dizendo: o Brasil pobre, o Brasil esquecido do interior do Pará existe.

Então, o Araguaia é um avanço na elaboração do Partido, em função dessa busca de conhecer o Brasil, de olhar o Brasil na sua dimensão espacial, na sua dimensão mais ampla, não o Brasil restrito a pequenos núcleos, que são mais divulgados, mas o Brasil grande – podemos dizer assim.

Seriam basicamente esses três aspectos: situar o Araguaia como uma resistência política, ligada ao aspecto conjuntural, que você tão bem expressou na sua intervenção. Isso do ponto de vista dessa dimensão, do momento político e da opção pessoal de cada um dos que ali participaram e deram sua vida.

Outro aspecto é o da experiência do Partido, de elaborar uma estratégia de resistência, que foi capaz de uma preparação de longo período, que não se deixou cair, que não foi atingida pela repressão, uma repressão feroz. Mostra o poder da disciplina, que sempre foi umas das características da formação do PCdoB e dos comunistas, a disciplina e a capacidade das lideranças do Partido de conqui-

tares a confiança dos seus militantes. Porque jovens – como nós, à época – de 17, 18 anos, só entrariam num projeto se tivessem confiança na sua direção, se fossem capazes de entender que as pessoas que estavam dirigindo mereciam essa confiança.

Por último, essa concepção que o companheiro expressou muito bem, em termos de conhecer o povo, de servir ao povo. Fiquei emocionado, agora, nessa última notícia do *Fantástico*: uma moça do povo – falava de uma guerrilheira chamada Cristina, não sei nem qual o nome real dela – que ensinava: se você tem comida, você deve dividir com o outro; se você sabe ler, você deve ensinar o outro a ler. Ela dizia: “um dia eu falei com ela que eles poderiam morrer”. É essa concepção: nosso sangue é que vai regar, que vai adubar o caminho da construção da liberdade.

Então, esse aspecto ficou de certa forma impregnado, um tipo de conduta. Um outro depoimento dizia assim: olha, a gente deixava as nossas mulheres, o camponês saía e deixava o Osvaldão lá, porque tinha confiança nele. Então, são episódios muito tocantes dessa trajetória.

Queria ressaltar este aspecto. Acho que o seu depoimento, hoje, Amazonas, resgata o significado histórico da luta, situa numa cadeia, que vem de muito tempo, de lutas de nosso povo, nem melhores, nem piores, mas são as lutas de nosso povo, fruto das circunstâncias concretas. Que outras forças políticas, outros jovens, outras pessoas, já fizeram, já enfrentaram essas lutas e vão enfrentar no futuro.

Acho que o resgate político não ficará apenas na dimensão pessoal ou emocional, que é importante para nós, mas terá essa dimensão histórica do significado da luta do Araguaia. Essa importância já foi demonstrada pela Comissão dos Direitos Humanos, ao ouvir seu depoimento.

DEPUTADO LINDBERG FARIAS – João Amazonas, Presidente do PCdoB; Sr. Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Deputado Hélio Bicudo. Minha pergunta baseia-se em dois trechos da intervenção do João Amazonas. Primeiro, quando falava do sentimento de solidariedade, de fraternidade em vários gestos, como o do café oferecido a uma camponesa; e o exemplo da solidariedade do plantio para um camponês que estava doente.

Outro trecho que me chamou a atenção foi aquele em que o senhor falava da participação dos jovens, dos estudantes universitários, na guerrilha do Araguaia: da Helenira Resende, do André Grabois e do João Carlos Haas.

Deixo aqui um depoimento especial. Uma das coisas que me aproximou mais da luta política, até do PCdoB, foi quando entrei no Centro Acadêmico de Medicina e tomei conhecimento da história do João Carlos Haas, que tinha sido, como eu era naquele momento, do Diretório do Centro Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do seu Estado, o Rio Grande do Sul. Era uma liderança destacada no movimento estudantil, e foi para a guerrilha.

Recordo-me de um fato, que fez parte do nosso discurso de posse no Centro Acadêmico de Medicina da Universidade Federal da Paraíba: o João Carlos Haas fez vários trabalhos científicos na guerrilha e trabalhos de assistência à população. De forma que, quando foi assassinado, seu corpo foi transferido para o Município de Tocantinópolis, se não me engano, e houve uma grande manifes-

tação da população no seu enterro. Aquilo me sensibilizou profundamente.

Logicamente, é errado analisar a história como repetição, repetir a história da Guerrilha do Araguaia aqui e ali, não. Mas a Guerrilha do Araguaia desperta nos jovens, esse romantismo, de lutar por uma causa mais coletiva, de lutar por um Brasil de justiça social, de liberdade plena. É essa a leitura que a juventude faz da Guerrilha do Araguaia. Ou seja: jovens, democratas, camponeses, pessoas do povo que participaram heroicamente de uma luta por mudanças, exigindo transformações radicais da nossa sociedade.

Quero saber do Presidente do meu Partido, o ex-Deputado Constituinte João Amazonas, quais são os reflexos, na sua avaliação, desta experiência para as futuras gerações? E, também, para a juventude, explicitando o papel de jovens destacados como André Grabois; a Helenira Rezende (que foi Vice-Presidente da UNE, ex-estudante da USP) e de João Carlos Haas, que ainda hoje é uma espécie de símbolo para os estudantes de medicina de nosso país.

JOÃO AMAZONAS – De fato, muitas são as perguntas que surgem quando discutimos uma luta como a do Araguaia. Particularmente porque no Brasil sempre se procurou esconder, abafar os fatos relativos a resistência popular.

A concepção dominante nas Forças Armadas, que veio do colonialismo português, é sempre esta: matar até o último combatente, matar todo mundo, não deixar pedra sobre pedra. Pensam que com isso a história não tomará conhecimento dos crimes praticados. Em Canudos, por exemplo, o Exército matou a última criança – não só o último homem, matou a última criança –, mas não conseguiu matar Euclides da Cunha, que transformara em reportagens repetidas a ferocidade da luta que se travou ali. Ninguém pode impedir que os fatos históricos acabem se revelando com a sua força. Infeliz do povo que não tem história. Essa é que é a realidade. E nós precisamos cultivar todos esses fatos marcantes, significativos, na História do nosso país.

Muita gente aprende nas escolas que houve a batalha de Itararé e que houve a guerra do Paraguai e outras mais; mas, e as lutas do nosso povo? Penso que, neste sentido, *O Globo* presta um bom trabalho, porque, sem divulgar, sem um conhecimento mais amplo dos fatos, ficamos sempre na ignorância. Trazer esses fatos para discussão, para debate, ajuda a população a compreender seu papel nos dias de hoje, na luta que está aí diante de nós.

No Brasil, há muitos Silvérios dos Reis, há muitos capitulacionistas, muitos fisiológicos e etc., mas a natureza do nosso povo, não é essa. A natureza do nosso povo é a da rebeldia. Em um país tão rico e privilegiado como o nosso, temos de criar uma feição diferente, que realmente seja a de um País no qual se assegure uma existência feliz, digna e cheia de esperança a seu povo. Quem deve construir somos nós, o povo brasileiro. Ninguém vai construir isto por nós.

A juventude desempenhou um grande papel no Araguaia. Jovens, alguns com o 4º ano de Medicina, outros

com o 5º ano de História, todos jovens que saíram da universidade para uma luta que eles sabiam que poderia ceifar as suas vidas. E com que entusiasmo, com que desprendimento! Só mesmo a força da juventude podia assegurar isso.

Foi um espetáculo esse problema dos jovens, com sua combatividade, com sua alegria. Os senhores pensam que no Araguaia tinha alguém amarrado com corda, obrigado e disciplinado à força? Não, no Araguaia havia muita espontaneidade, muita liberdade. Digo que no Araguaia havia alegria. Eu não via ninguém ali esmagado, com vontade

de sair. Havia alegria de estar numa tarefa daquela ordem, e alegria de compreender, de estudar e de participar de uma batalha histórica.

Helenira foi uma dessas jovens. Há uma entrevista na *Revista do Araguaia* que caracteriza Helenira como uma jovem séria, estudiosa. Perguntei-lhe

uma vez: “Helenira, e depois que você sair daqui, o que você quer ser mesmo? Você estudava para ser o quê?” Ela disse: “você sabe, eu estava querendo ser crítica de arte”. Imaginem, pensando em crítica de arte e estava lá no Araguaia de arma em punho pra enfrentar o inimigo. E Helenira, surpreendida numa emboscada, ao invés de fugir, enfrentou o inimigo armado de muitas metralhadoras, possuindo simplesmente uma carabina. Atirou até o último tiro. Uma grande personagem, como eram todos os que participaram do Araguaia.

João Carlos Haas Sobrinho. Que figura! Era uma dessas criaturas que a gente fica pensando se existe mesmo. João Carlos tinha acabado de se formar em Medicina, em Porto Alegre, com grande perspectiva de vida no Rio Grande. Apareceu a necessidade da luta e João Carlos se inscreveu. Pensou: vão precisar de médico e eu vou inscrever-me para isso.

João Carlos veio a São Paulo, conversou conosco. Perguntamos-lhe em que era especialista. Ele respondeu: “sou especialista em pouca coisa, aprendi em geral a Medicina”. Dissemos: “então, você faz o seguinte: vamos mandá-lo para o Pronto Socorro do Rio de Janeiro para você fazer um curso, porque vamos precisar de quem atenda gente de perna quebrada, com tiro no lombo, etc.” Ele disse: “sim, vou”. Fez um curso de pronto socorro no Rio de Janeiro e depois disse: “como é que eu vou começar?”. Situamos João Carlos numa cidade maranhense, às margens do Tocantins: Porto Franco. E João Carlos acabou construindo um pequeno hospital. Era queridíssimo pela população. Havia um lutador em Goiás, que se chamava Porfírio, o velho Porfírio, e ele não aparecia como comunista. Um dia, chega lá o filho do velho Porfírio e diz prá ele: “olha, meu pai está morrendo, não tem quem o atenda, não tem dinheiro nenhum, não tem recursos. Será que o senhor poderia dar uma ajuda?”. Ele respondeu: “como não?”. Foi buscar, junto com o filho, o velho. Tratou-o, curou-o. O velho ficou bom. E não cobrou coisa nenhuma, porque ele não era de cobrar mesmo, e eles não tinham o que pagar. Era um elemento muito querido.

**Só vencemos o caminho
difícil porque pensamos em termos
de povo e não em termos
de uma pequena elite que se arvora
em vanguarda capaz
de substituir o povo na tarefa
que a ele compete**

O Exército, quando matou o João Carlos, pegou o caixão, levou para a cidade de Tocantinópolis, pôs em exposição pública, para dizer ao povo: “olha aqui, o médico que vocês falam, olha o que aconteceu com ele, terrorista e não sei mais o quê”. E uma multidão vinha de Porto Franco, de todos os lugares, para ver o caixão e, ao mesmo tempo, prestar a última homenagem a um médico tão humanitário, tão digno. Foi imensa a fila de gente que passou por Tocantinópolis.

Então, para falar dos Guerrilheiros teríamos que falar um por um, e não termina essa grandiosidade, essa coisa que orgulha a gente e que, afinal de contas, dá forças para todo mundo compreender o que significava tudo aquilo.

Por que esse local? Houve luta nas cidades e nós devemos prestar nossa homenagem a todos esses jovens que tombaram nas cidades, numa luta também desigual. Perenciam a outras correntes políticas mas todos eles deram sua vida, todos enfrentaram a reação e são dignos dessa homenagem do povo brasileiro, contribuíram para a luta contra a ditadura. Mas a luta na cidade tornava-se impraticável naquela altura. Não era possível a gente fazer a guerrilha na avenida Faria Lima ou na avenida Rio Branco. Tinha que ser em algum local que assegurasse certas condições, que preservasse esse punhado de combatentes dum força poderosa que poderia vir. Nós não tínhamos nenhuma ilusão sobre isso, e o melhor local que se apresentava depois de várias pesquisas era o Araguaia. Ponto interessante de confluência de dois grandes rios, fronteira com Goiás, Maranhão, Pará. Onde havia uma população disseminada com muita pobreza, muito sofrimento. Onde havia uma mata densa também. Ali se apresentavam condições muito positivas para desenvolver uma luta desse tipo. Por isso nós escolhemos o Araguaia. E não erramos, a luta tinha que ser ali mesmo.

De resto, como disse aqui, poderíamos falar o tempo todo sobre esses personagens do Araguaia. Eu, pessoalmente, convivi com muita gente lá e me lembro sempre com saudades e com respeito de todas essas pessoas. Penso que nosso dever hoje – e o estamos fazendo aqui – é justamente o de resgatar esses fatos da nossa História.

Quando estive na Europa, visitei alguns museus. Fiquei admirado. Ali estavam as pulseiras de ferro que se usaram, os instrumentos de tortura, os buracos cavados no solo onde eram colocados os presos; enfim, havia uma espécie de reconstituição, de como foi a luta, dos instrumentos, inclusive, que foram utilizados contra a população, contra os rebeldes.

No Brasil, o testemunho da verdade histórica, a História do nosso povo, não existe, porque aqui perdura a teoria do colonialismo português. Apagar tudo, liquidar tudo que diz respeito às lutas do povo.

O que se passou com Tiradentes? Esquartejaram o seu corpo e puseram em exposição em praça pública, salgaram

os lugares onde ele andou para que não nascesse mais nada ali. Quer dizer, é o obscurantismo, a brutalidade.

O que é a Revolta da Chibata? É um feito glorioso: um punhado de marinheiros se rebela no cruzador Minas Gerais contra a injustiça do castigo feudal da chibata. A Marinha fez um acordo em que anistiava todos os marinheiros rebeldes. E eles acreditaram nisso. Em seguida assassinou a todos, escaparam apenas dois. O Almirante Negro foi um deles. Antes de sua morte eu conversei com ele no Rio de Janeiro. Disse-me: “Amazonas, sabe porque escapei? Nós fomos metidos numa fortaleza onde durante o dia a maré enchia e inundava quase pela metade a cela onde estávamos. Havia somente um quadrado de um palmo e meio numa grade, por onde entrava o ar. Escapei porque eu e um companheiro fomos os últimos a entrar. Então, fiquei com o nariz naquele buraco, os outros todos morreram asfixiados”. Faz parte da História, foi um crime que se cometeu contra os direitos humanos. Mas, no Brasil, se apaga tudo, não se deixa nada como testemunho da luta realizada.

Em Canudos, destruíram tudo. Não deixaram nem mesmo o local da luta. Fizeram um lago, uma represa, naquele local, para não deixar nenhuma marca do que foi a batalha de Canudos. Canudos foi uma luta de que tipo? O direito de defender a sua crença; esse direito foi negado, esmagado a ferro e fogo pelo Exército.

Por isso, a reconstituição da História do nosso País, com dados e fatos concretos, é parte da educação de nosso povo.

No Araguaia foi a mesma coisa: até as bananeiras que plantamos para ajudar a nossa alimentação foram destruídas. O Exército arrancou tudo, fez a “operação-limpeza”. Não deixou nada que pudesse lembrar que naquele território houve uma luta armada, que houve jovens combatentes que queriam a liberdade e a justiça social. Quanto aos barracos construídos pelos Guerrilheiros também foram arrasados. Tudo foi destruído. Um homem civilizado teria dito: não toquem nisso! Isso faz parte da história. Porém, destruíram tudo, como também assassinaram quase todos!

Penso que o Araguaia é um grande acontecimento. E devemos tratá-lo como foi: um acontecimento da História. Nós pensamos assim. Quando eu era jovem, ouvi falar dos 18 do Forte de Copacabana. Um dia, saíram 18 oficiais do Forte de Copacabana para morrer. E davam exemplo. Eu ficava pensando:

tais pessoas ultrapassaram o próprio sentimento de preservar a vida para dar um exemplo desse tipo. Não é verdade? Araguaia foi a luta de 100 contra 20 mil. Os 20 mil deviam se sentir humilhados, acovardados, traídos, porque mobilizar 20 mil para lutar contra 100 jovens combatentes, destemidos, é uma covardia muito grande, é uma indignidade. Por tudo isso, é preciso que vejamos esse acontecimento do ponto de vista histórico. Nosso povo tem um grande futuro, porque nosso país, como disse, é privilegiado, possuindo grandes as riquezas, com todas as possibilidades

Vemos que a democracia tem várias formas de ser violentada. Antes era no Araguaia e hoje é da forma que estamos vivendo, com os massacres de Eldorado de Carajás e de Corumbiara, Carandiru, da Candelária...

de ter umas das populações mais cultas do mundo. Nós temos que ajudar a formar esse povo. E o Araguaia ajuda.

DEPUTADO HÉLIO BICUDO – Antes de encerrar esta sessão, gostaria de oferecer a palavra ao companheiro e parlamentar Miguel Urbano Rodrigues para breves considerações a respeito desse ato.

MIGUEL URBANO RODRIGUES* – Sr. Presidente, Srs. Deputados; Presidente do PCdoB, meu querido camarada João Amazonas. Ao ouvir, com profunda emoção, o depoimento de João Amazonas, esta lição de História – repito as palavras do Deputado Hélio Bicudo –, o meu pensamento voou a propósito de uma expressão que ele empregou repetidas vezes, e que veio muitas vezes aqui, depois, no debate: “valeu a pena?”.

O meu pensamento voou para 35 anos atrás. Encontrava-me na cidade de Conacri, na República da ex-Guiné Francesa, onde estava instalado o Quartel General de todos os movimentos de libertação das colônias portuguesas. Dias antes, começara a insurreição angolana, com o assalto às prisões de Luanda. E eu encontrei, nestes dias, homens que se tornaram sujeitos da história do seu povo. Conheci – e foi o começo de uma amizade profunda, que durou até a sua morte – Amílcar Cabral, que foi uns dos mais lúcidos, dos mais inteligentes e dos mais puros revolucionários do continente africano neste século. Recordo-me de uma primeira conversa que tivemos e que marcou muito a minha vida. Eles estavam organizando o início da guerrilha do GC, o Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde – duas pequenas colônias que, isoladamente, não tinham condições para a luta. E ele me disse mais ou menos assim: “Miguel, o que me dói antes de começar esta luta é a certeza de que devido à estupidez, à irracionalidade, ao reacionarismo do fascismo e do colonialismo português, gente que está viva neste momento, camponeses da tua terra, vão vestir uma farda e vão mandá-los para os campos de batalha de Angola, de Moçambique e Guiné. Esses homens que estão vivos, estão com trator ou com um cavalo, dentro de dois ou três anos estarão mortos, e um número certamente maior dos meus compatriotas, tal como os Angolanos, Moçambicanos. Mas, na vizinha da Guiné, Conacri, milhares deles vão morrer”. E ele empregou esta expressão: “valeu a pena”! Vão morrer, “valerá a pena”!

Passaram-se os anos, 13 anos de guerra colonial. A insurreição da Guiné começa, e, nas guerras coloniais portuguesas, entre mortos e mutilados graves, morreram 25 mil portugueses e – embora não haja estatísticas precisas, porque o oprimido, a vítima tem sempre menos cuidado – mais de 100 mil africanos morreram numa guerra inútil.

Esses homens – Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Santos – eram tratados como bandoleiros e terroristas, o mesmo tipo de discurso das forças reacionárias no Brasil

Araguaia é uma página de bravura, de vida nova, de alta compreensão do ser humano. É preciso encará-lo do ponto de vista histórico, como uma experiência que deve ficar marcada, introduzida na História do nosso país

para qualificar os Guerrilheiros do Araguaia. Passados 16 anos, os presidentes das jovens Repúblicas Africanas eram aplaudidos de pé no parlamento português, iam dormir nas camas do Palácio Real de Queluz, dos reis de Portugal. E, nessa altura, eram tratados como heróis africanos, e, entre aqueles que os aplaudiam, estavam os capitães do MFA.

Falou-se há pouco aqui dos militares, e o camarada João Amazonas chamou a atenção para o perigo das generalizações e para os aspectos conjunturais: não se pode nunca julgar as Forças Armadas como totalidade, na longa duração da História, pelos erros, pelos crimes cometidos por uma geração e por aqueles que comandam os morticínios. A aplaudir homens, como os líderes africanos, estava essa geração dos capitães

do MFA, e muitos deles eram jovens tenentes, jovens oficiais e capitães no campo de batalha de Angola, do outro lado. Quer dizer, a combatê-lo.

E, por isso, eu repito: senti uma profunda emoção ao participar de uma sessão como esta, na qual escuto a lição do camarada João Amazonas. Não é apenas – ele fez questão de dizer – a geração Araguaia, porque a luta é mais extensa, atinge toda a América Latina. O tempo passou e a visão da História é diferente. Ninguém se recorda ou poucos sabem o nome do sargento (Mário Teran) que teve que se embriagar para matar Che Guevara; dos fuzis que mataram os guerrilheiros da Frente Sandinista, antes mesmo de se concretizar a unidade de todos os esbirros, de todos os pequenos e médios criminosos que assassinaram uma geração que bem merece a qualificação de heróica.

Eu penso que, da soma de todas as pequenas e grandes lutas que se travaram – lutas por estratégias diversificadas –, umas resultavam de avaliação mais correta, que a História veio a confirmar. E sequer é fácil para nós, hoje, formularmos juízos categóricos sobre a correção ou incorreção de determinadas estratégias, porque a História não se cumpre sempre de acordo com a lógica. Se assim fosse, não veríamos a Revolução Cubana resistir de pé contra o imperialismo americano nas condições em que está, travando a batalha em condições que, por vezes, contrariam frontalmente a lógica da História.

O que se coloca realmente é o da existência de uma luta justa, assentada num olhar sobre a humanidade, sobre o projeto de transformação da vida, e que conta com uma geração generosa que se dispõe a oferecer o que há de melhor em cada um de nós – o bem supremo, que é a vida. E o que se faz, como se fez no Araguaia, justifica-se: “valeu a pena”.

E, para terminar, queria apenas dizer aos Deputados, ao João Amazonas, meu querido e velho companheiro de trabalho, Hélio Bicudo, que eu traço a esses heróis – do Araguaia e de todos os outros do continente americano que deram as suas vidas por causas justas – a minha modesta homenagem de velho e combatente comunista, que se curva, com admiração, diante dessa geração que contribuiu decisivamente para uma transformação revolucionária do mundo e que contribui para o avanço da humanidade.

* Ex-deputado do Parlamento Europeu, convidado a participar da reunião da Comissão dos Direitos Humanos.

À guerrilheira que morreu pela liberdade

Maria Lúcia Petit, guerrilheira do Araguaia, morreu nas primeiras semanas de luta, a 16 de maio de 1972. Este artigo, escrito na ocasião por João Amazonas, assinado como Alfeu Duarte, foi difundido pelo Brasil de forma limitada na época. O corpo de Maria Lúcia Petit foi o primeiro a ser exumado e reconhecido. Maria Lúcia foi enterrada em Bauru (SP), no dia 15 de junho de 1996.

Eu queria colocar uma rosa, uma simples rosa vermelha entre as mãos geladas pela morte da jovem guerrilheira do Araguaia, Maria Lúcia Petit. Seria uma homenagem simbólica, dedicada àquela que deu a vida lutando pela liberdade e pelo bem do povo. Com este gesto eu exprimiria toda a ternura de seus companheiros e a afirmação solene de que seu sangue não foi derramado inutilmente. Mas, foi impossível de o fazer. Ninguém podia se aproximar de seu cadáver, vigiado pelas forças militares, nem conduzir seu corpo à última morada. Os bandidos do Exército têm medo dos combatentes da liberdade, mesmo após sua morte. De longe, seus amigos choraram a perda desta jovem dedicada à causa dos oprimidos e juraram prosseguir a luta contra a ditadura sangüinária até a vitória final.

Tinha pouco mais de 20 anos, esta heróica guerrilheira. Ela amava a vida. Trabalhou e estudou na capital de São Paulo, onde desfrutava de relativo conforto. Podia, como muitas outras jovens, seguir os velhos caminhos do casamento e do aburguesamento. Apesar disso, preferiu dar um sentido à sua existência. Amava a liberdade e odiava o regime militar que persegue violentamente a juventude e fecha o caminho para a realização de seus melhores e mais caros sonhos.

Não hesitou. Há quase dois anos partiu de São Paulo e foi viver no interior do Estado de Goiás. Fez numerosos amigos no lugar pobre onde morou. Mais tarde, mudou-se em direção ao Sul do Estado do Pará. Trabalhou no campo. Adquiriu melhor conhecimento da terrível situação de abandono e miséria na qual vegetam os trabalhadores rurais e a população camponesa.

Em abril, as Forças Armadas, no curso de uma de suas provocações costumeiras, atacaram os habitantes

da margem esquerda do Araguaia, onde Maria Lúcia morava. Cometeram toda a espécie de violência.

Mas não saíram impunes deste covarde ataque. Muitos dos habitantes pegaram em armas, se retiraram para a mata, e decidiram resistir.

Maria tomou lugar entre os resistentes, transformou-se em guerrilheira, combatendo pela liberdade e pelos direitos do povo. Durante semanas viveu na floresta, dormindo sob as estrelas, procurando os meios de sobreviver e estudando a arte militar. Apoiada pelas massas, combateu as forças da reação. Cumpriu corajosamente as tarefas mais arriscadas, sem se lastimar das dificuldades, sem deixar arrefecer seu entusiasmo juvenil. Pensava sempre sobre o que havia escrito um poeta: 'A luta abate somente os fracos. Ela não pode exaltar senão os bravos e os fortes'.

Tendo pouquíssima experiência, perdeu a vida, ao mesmo tempo que outro companheiro, em uma emboscada preparada pelo inimigo, muito próximo à casa de pessoas que conhecia e que procurava para ter o seu apoio. Não tinha medo da morte. Tombou lutando, a arma na mão. Seu fim glorioso impressionou a população local que ela estimava e admirava muito.

Um general fascista, chefe de polícia do Estado de Mato Grosso, festejou a notícia declarando que estava lá o tratamento que o Exército reservava àqueles que ousavam lutar no Araguaia. O bandido não perde por esperar. As Forças Armadas já estão pagando, e pagarão sempre mais, um alto preço pela vida de cada guerrilheiro. A morte dos que combatem pela liberdade se transforma num apelo, escrito com sangue, a todos os brasileiros inconformados com a tirania. Milhares de outros combatentes ocuparão, mais cedo ou mais tarde, o lugar dos que tombarem. E chegará o dia em que nesta terra mandará o povo e não um punhado de militares que odeiam a democracia e traem os interesses da nação.

Maria Lúcia Petit viverá sempre na lembrança dos verdadeiros democratas e patriotas. Muitas e muitas rosas, as rosas vermelhas da nossa saudade e do nosso reconhecimento, serão ainda ofertadas à memória de quem viveu, lutou e morreu pela felicidade do povo e pela liberdade da pátria.

Cartas dos leitores

Uma velha ambição do Conselho Editorial se concretiza nesta edição – a criação de uma seção de cartas. Espaço vivo e aberto, ela vai permitir a aferição da sintonia entre a revista e seus leitores e amigos. Sejam bem vindos a ela!

Cartas para a revista PRINCÍPIOS devem ser remetidas para Editora Anita Ltda.- R. Mons. Passalacqua, 158 - CEP 01323-010 - São Paulo - SP ou através do e-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br.

“Acabo de recibir con mucha alegría revista número 43, correspondiente a los meses de noviembre, diciembre 96 y enero 97. Y, como siempre, contiene artículos y estudios orientadores que en medio de la ofensiva ideológica burguesa, iluminan el camino hacia la construcción de una sociedad socialista. Sin desmerecer para nada los otros artículos y estudios que aparecen en este número, personalmente me vuestra interésó mucho el trabajo del norteamericano Erwin Marquit ‘Contradições na dialética e na lógica formal’ [...]”

**Ichi Terukina
Lima/Peru**

“A verdade é que estamos diante de uma realidade que, ao mesmo tempo, não é nova, essencialmente. Não é nova porque estamos sob o capitalismo, ainda. Essa realidade, como não poderia deixar de ser, está carregada de fatores novos, novos aspectos, novas coisas, as quais merecem e precisam – caso contrário, estaremos nos condenando à retrógrados ou atrasados – ser explicadas, estudadas e compreendidas a fundo.

A nossa revista dá a seus leitores maior responsabilidade. É fato: a essência, da realidade dos trabalhadores por nós denunciada – como a denunciemos e como propomos superá-la – é referência por sua justeza. [...]”

**Ricardo de Queiroz
Goiânia/GO**

“Possuo todos os números da PRINCÍPIOS, a exceção do número 1, que não consegui. Utilizo seus

artigos – quando são bons – com meus alunos, e já influenciei várias pessoas da minha cidade a fazerem a assinatura da revista. [...]”

**Luiz Claudio Duarte
Campos/RJ**

“Neste número da PRINCÍPIOS (43), o artigo de Luís Fernandes teve minha atenção especial. O problema da relação entre os Estados-nação e a internacionalização do capital, deve ser o tema central da minha dissertação de mestrado. O autor foi preciso ao desmistificar as novidades do processo de globalização. [...]”

**Sinival Osório Pitaguari
Salvador/BA**

“O capitalismo, ao longo de sua existência, sempre (ou quase sempre), encontrou meios para superar suas crises. É um sistema que está sempre inovando as formas assassinas de exploração, e isso, nós estamos sentindo na pele – mais fortemente neste final de década com a implantação mais agressiva do neoliberalismo, com as privatizações gerando desemprego em massa e várias outras reformas que estão acabando com a soberania do Estado brasileiro. [...]”

**José Arimatéa Souza da Cunha
Bujari/AC**

“Como membro da Editora da Revista *Práxis*, signatária do Acordo Internacional de Cooperação e Intercâmbio de Revistas Marxistas, representante das dezenas de publicações, revistas e periódicos assinantes do Acordo, venho convidar

a revista PRINCÍPIOS a ingressar em nossa associação, assinando o Protocolo de Adesão ao Acordo.

O Acordo tem como uma de suas finalidades estimular e ampliar a cooperação, intercâmbio e fomento das idéias e estudos marxistas sobre todos os campos do conhecimento humano, em especial os estudos sociais, políticos e econômicos, cuja meta é o entendimento e a transformação de nossas realidades. [...]”

**Néliton Azevedo
Belo Horizonte/MG**

“Enviei há dias um fax para informar da chegada das revistas e jornais e agradecer.

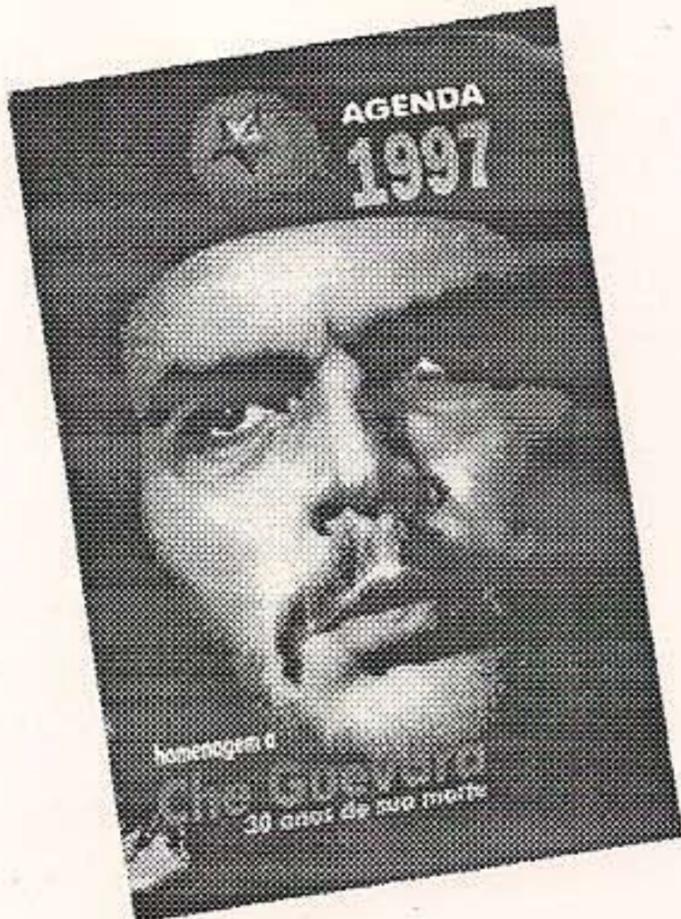
Somente depois – estava aqui uma delegação do meu Partido – tive a oportunidade de começar a ler o valioso material recebido.

Não sei como vocês, companheiros, conseguem fazer bem tanta coisa com tão poucos recursos e em condições tão desfavoráveis. Ainda me falta ler muita coisa, mas apresso-me a felicitá-los. [...]”

Nos números de PRINCÍPIOS, cuja leitura apenas iniciei, impressionou-me de modo especial o importante trabalho de Lécio Moraes: ‘O Plano Real está em crise?’. Gostei muito dos textos de Nelson Werneck Sodré, do José Carlos, do Luis Fernandes e do Bellamy Foster.

Já distribuí os exemplares que sobraram da *Classe* e de PRINCÍPIOS. Sou um propagandista entusiasta da vossa imprensa. [...]”

**Miguel Urbano Rodrigues
Havana/Cuba**



Um ano inteiro na companhia de **CHE GUEVARA**, desfrutando de belas poesias, textos, cartas, documentos e fotos que a agenda lhe oferece!

Preço promocional: **R\$ 10,00**



Se você também concorda que é preciso ter *Princípios* assine agora mesmo a revista que vai às raízes das questões!

ASSINATURA ANUAL
4 EDIÇÕES = R\$ 30,00
EXTERIOR = US\$ 50,00

PROMOÇÃO ESPECIAL DO TRIMESTRE
AGENDA + ASSINATURA: R\$ 35,00

Válida até 20/5/97

Preencha o cupom abaixo, escolha a forma de pagamento e envie pelo correio ou fax, aos cuidados do Departamento de Circulação da Anita Garibaldi.

Não é preciso recortar. Tire cópia do cupom

CUPOM DE ASSINATURA DA REVISTA PRINCÍPIOS

OPÇÃO: Assinatura Princípios Agenda Che Promoção Assinatura + Agenda

Nome: _____ Telefone: (____) _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Profissão: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Forma de Pagamento: () Cheque nominal à Editora Anita Ltda.
() Depósito no Banco Itaú, agência 0251 C/C nº 48678-3
() Cartão Credicard/Diners nº _____ Validade ____/____/____

ANITA GARIBALDI - RUA MONSENHOR PASSALÁQUA, 158 CEP 01323-010 SÃO PAULO/SP TELEFAX: (011) 289-1331

Partido Comunista 75 anos do Brasil



Fundadores do Partido Comunista do Brasil - 25/3/1922

Sempre Jovem



PCdoB



1922 - 1997